



A geografia do **CAFÉ**

Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Michel Miguel Elías Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira (interino)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Paulo Rabello de Castro

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia
Claudio Stenner

Atualizado em 03/10/2017

Errata

Constatou-se a necessidade de alteração da Unidade da Federação apresentada na coluna indicadora do Quadro 4.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia

Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária

A Geografia do Café

Rio de Janeiro
2016

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4401-4 (meio impresso)

© IBGE, 2016

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro - Gerência de Editoração /
Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

A Geografia do café / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

136p.

Acima do título: Dinâmica territorial da produção agropecuária.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-240-4401-4

1. Geografia agrícola - Brasil 2. Café - Cultivo. 3. Produtividade agrícola. 4. Agricultura familiar.
5. Inovações agrícolas. 6. Agropecuária - Aspectos econômicos. I. IBGE. Coordenação de
Geografia. II. Título: Dinâmica territorial da produção agropecuária.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

CDU 911:63

RJ/2016-28

GEO

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Sumário

Apresentação

Introdução

Dinâmica territorial da cafeicultura entre 1975-2013

A geografia contemporânea da cafeicultura brasileira

Uma contextualização regional e sustentável

Distribuição espacial dos estabelecimentos produtores de café

Espacialidade da quantidade produzida do café arábica e canephora, familiar e não familiar

Produção familiar e não familiar do café arábica

Produção familiar e não familiar do café canephora

As diferentes condições do produtor

Difusão espacial da modernização

Mecanização

Adubação e uso de agrotóxicos

Irrigação

Modernização imaterial do café

Destino da produção

Logística da cafeicultura

Referências

Apêndices

Apêndice 1 - Trabalho de campo

Apêndice 2 - Estabelecimentos agropecuários produtores de café: agricultura familiar e não familiar

Apêndice 3 - Condição do produtor

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.



Apresentação

Com o lançamento de *A geografia do café*, o IBGE traz a público os primeiros resultados do Projeto Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária, que tem por objetivo acompanhar o deslocamento espacial e revelar a geografia contemporânea dos principais produtos desse importante segmento econômico. Para tal, foram selecionados aqueles que, ao longo do tempo, alcançaram uma expressão relevante na estruturação do espaço rural brasileiro, como é o caso do café, cuja importância histórica, tanto economicamente, quanto no que diz respeito ao povoamento do território brasileiro, o credencia para inaugurar essa divulgação.

Contemplando segmentos construtores do processo de expansão da fronteira agrícola e da própria identidade nacional, os próximos volumes terão como foco os seguintes segmentos: a geografia da cana-de-açúcar, em 2017; a distribuição espacial da produção alimentar do arroz, do feijão e da mandioca; a distribuição espacial da produção alimentar da soja e do milho; e, finalmente, a pecuária bovina, suína e a avicultura. Eles compõem, inicialmente, a sequência anual de divulgação do Projeto Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária, que se compromete a acompanhar a evolução espaço-temporal desses segmentos a cada cinco anos.

Os procedimentos metodológicos adotados no presente estudo foram baseados em pesquisa bibliográfica e trabalho de campo que qualificam a análise estatística voltada à agropecuária.

Wadih João Scandar Neto

Diretor de Geociências



Introdução

A análise geográfica é fundamental para o planejamento da agricultura contemporânea, e o conhecimento da dinâmica territorial dos diferentes segmentos agroindustriais auxilia diretamente nesse projeto.

Com efeito, na perspectiva moderna de gestão do território, toda ação referente ao seu planejamento, ordenação e monitoramento deve privilegiar a análise dos diferentes usos pela agropecuária, seja em sua dinâmica ao longo do tempo, seja em termos da distribuição espacial de um segmento em um dado momento.

Nesse sentido, cabe lembrar a relevância que a questão da dinâmica territorial da produção agropecuária vem adquirindo no debate contemporâneo em torno das mudanças climáticas e das políticas de adaptação e mitigação a elas associadas¹, bem como das diversas formas de manejo dos solos e dos recursos hídricos que atendam a essa produção. Afinal, de acordo com Giddens (2010, p. 205), a “adaptação nos reconduz à questão do planejamento, uma vez que envolve a reflexão antecipada e sistemática” das formas atuais e futuras de apropriação do território e, nesse sentido, as análises dos deslocamentos dos diferentes usos da terra estão no centro das medidas em torno da diminuição das vulnerabilidades locais, regionais e nacionais diante das mudanças climáticas.

Esse é um desafio posto ao planejamento do território, notadamente de países de dimensão continental, como o Brasil. Contudo, dada a complexidade e a diversidade dos temas envolvidos, o foco desse projeto

¹ O conceito de adaptação, pelo menos aquela orientada para “futuros possíveis”, isto é, a “adaptação pró-ativa”, de acordo com Giddens (2010, p. 203), diz respeito a diagnosticar vulnerabilidades e responder a elas, cabendo ressaltar que a vulnerabilidade não é apenas um problema referenciado ao meio físico, mas também às dimensões econômicas e sociais.

está concentrado no mapeamento e análise da evolução das áreas de concentração da produção agropecuária, com base nos resultados da Produção Agrícola Municipal - PAM entre os anos de 1975 e 2013, e das diferenças regionais verificadas entre os estabelecimentos rurais e as quantidades produzidas, a partir de variáveis selecionadas do Censo Agropecuário 2006, ambas as pesquisas realizadas pelo IBGE.

A Pesquisa de Estoques e o Cadastro Central de Empresas - CEMPRESA, referentes a 2013, constituem outras fontes de informações do IBGE que auxiliam a traçar a trajetória geográfica do café no Território Nacional.

Nesse contexto, cabe lembrar que a perspectiva geográfica do espaço rural brasileiro permite a integração, em um único projeto, de inúmeras pesquisas da Instituição voltadas à agropecuária.

Para a elaboração desse estudo, é, portanto, fundamental o trabalho conjunto da Estatística e da Geografia do IBGE, uma vez que a operacionalização dos novos conceitos do rural contemporâneo passa, na atualidade, pela compreensão integrada, não só das informações censitárias, como também das demais pesquisas conjunturais que gravitam em torno da agropecuária nacional.

Além das bases de dados do IBGE, o presente estudo conta também com informações disponibilizadas pela Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, acerca da exportação de *commodities* agrícolas².

O mapeamento, enquanto instrumento operacional, por excelência, da espacialização das informações estatísticas, permite ademais uma visão integrada inerente à complexidade da análise geográfica das redes viárias *vis-à-vis* os pontos estratégicos de estocagem, processamento e consumo da produção agropecuária.

A geografia dos diversos segmentos que compõem a agricultura e a pecuária vem seguindo, cada vez mais, uma dinâmica espacial que tem como motor, na maioria das vezes, o comércio mundial de *commodities* e, portanto, a logística que envolve não só as áreas agrícolas, como também, cada vez mais, sua localização frente às vias de circulação e aos pontos de armazenagem, processamento e distribuição da produção e de serviços.

Nesse contexto, o espaço agrário tradicional passou por um intenso processo de transformação, perdendo a autonomia relativa que possuía e se integrando mais intensamente às esferas econômica, social e cultural de uma sociedade e de um território em crescente articulação.

Enfim, elaborar a sistematização, em uma mesma base cartográfica, de um conjunto de informações agropecuárias de modo a contribuir para a análise geográfica dos principais segmentos que compõem o espaço rural brasileiro na contemporaneidade constitui o foco do Projeto Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária, cuja divulgação ora se inicia.

O presente estudo espera servir, também, de instrumento para a consolidação de um quadro geográfico de referência para a divulgação e a análise estatísticas, essencial ao aprofundamento da complexa realidade territorial do Brasil contemporâneo.-

² Para informações mais detalhadas, consultar: BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. *AliceWeb*: sistema de análise das informações de comércio exterior. Brasília, DF: Secex, 2014. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: out. 2015.



Dinâmica territorial da cafeicultura entre 1975-2013

“A trajetória da civilização brasileira está sintetizada nas peripécias históricas do café....”

(GUEDES apud TAUNAY, 1939, p. 5)

A agricultura e, em especial, a cafeicultura, tem histórica relevância geopolítica e econômica no Brasil, tendo moldado as diversas formas de apropriação e uso do imenso patrimônio natural tropical e subtropical que formam o País.

Araújo (2006) chama atenção para o fato de que o Brasil engatou no Século XVI no velho movimento de internacionalização do capital comercial como colônia de exploração dentro de um processo que deixa sua marca até os dias atuais. Desse modo, pedaços do território brasileiro foram articulados nesse movimento, montando bases produtivas e estruturas socioculturais diferenciadas que, ainda hoje, marcam nossas distintas regiões¹.

A estrutura espacial nas primeiras décadas do Século XIX, ainda refletia, contudo, um País de ocupação concentrada na faixa litorânea, cuja base econômica agrária, espacialmente descontínua e comandada pelo mercado externo, era marcada por dinâmicas pontuais que se reproduziam em diferentes áreas de seu território, de forma desintegrada, conforme as condições naturais reagiam à participação do Brasil no mercado internacional enquanto produtor de bens primários diferenciados.

¹ Sobre os primórdios da lavoura cafeeira no Oriente e os principais episódios do uso do café nos “grandes países ocidentais” consolidando o “comércio da ‘fava de Moka’ e a transplantação do ‘cafeeiro à América antilhana e à Guyana de onde veio ter ao Brasil’ ainda em 1723, ‘ano em que se malograram por completo as tentativas para a plantação de mudas vindas de Guyana Francesa, de Cayenna para o Pará’, de onde Francisco de Mello Palheta introduziria a ‘fava rubiácea’ para a região onde mais tarde viria a tomar o imenso surto que sabemos, a ponto de ser a quase monopolizadora, por assim dizer, do seu comércio, e a fornecedora máxima dos mercados mundiais” (TAUNAY, 1939, p. 17). Em 1760 as primeiras mudas foram trazidas para o Rio de Janeiro onde se expandiu pela Serra do Mar, atingindo, em 1780, o Vale do Paraíba (ORMOND; PAULA; FAVERET FILHO, 1999, p. 7).

Nesse contexto, as principais atividades econômicas, desenvolvidas desde o início da colonização, estiveram ligadas a produtos agrícolas ou de caráter extrativo, como pau-brasil, cana-de-açúcar, fumo, algodão, café, borracha e cacau.

Dentre elas, a atividade cafeeira assume papel relevante na economia nacional, ao induzir, em parceria com o Estado, o desenvolvimento dos setores industrial, comercial e financeiro, diferenciando e influenciando até os dias atuais a configuração territorial de São Paulo.

Além disso, o cultivo do café no Brasil esteve historicamente associado ao deslocamento espacial de sua produção consagrando a narrativa de sua “marcha pioneira” (MONBEIG, 1957) sobre o território fluminense em direção ao planalto paulista em meados do Século XIX².

Com efeito, a cafeicultura constitui uma das mais antigas explorações agrícolas do Brasil e sua expansão, a partir do último quarto do Século XIX, que se prolongaria e se consolidaria ao longo das três primeiras décadas do Século XX, eleva essa cultura à condição de principal exportação do País, assumindo, portanto, a posição antes desfrutada pelas economias açucareira e algodoeira. Tal posição se deu, portanto, a partir de uma conjunção de fatores favoráveis, tanto internos, como externos (ATLAS..., 2011, p. 173).

No plano interno, a disponibilidade de terras férteis e de mão de obra, remanescente das lavouras algodoeira e açucareira, logo engrossada pela imigração de colonos europeus e mais tarde de japoneses, resultou na expansão da cultura pela Região Sudeste, estendendo-se mais tarde pela Região Sul, enquanto, no plano externo, a quebra da safra nos principais Países produtores e o incremento do consumo nos mercados europeu e norte-americano, alçou o Brasil à condição de maior produtor mundial de café.

Nunca é demais lembrar que a cafeicultura teve papel central tanto na estruturação do sistema colonial, pautado no binômio *plantation*/escravidão, como na questão da migração europeia e asiática que marcou a agenda política e o processo de povoamento do Brasil no Século XIX³.

Analizando o longo período entre 1884-1977, Freitas (1979 apud GASQUES; BASTOS, 2014, p. 158), faz uma análise do ciclo do café mostrando os fatos mais importantes como geadas e intervenções de política pública que provocaram mudanças na tendência de produção e preço que estão na raiz do deslocamento espacial verificado na cafeicultura no território nacional ao longo do tempo.

Entre as grandes intervenções naquele período Freitas (1979 apud GASQUES; BASTOS, 2014, p. 158) relata a proibição de plantio feita em 1932 e entre junho de 1931 e julho de 1944, promovendo a destruição de 78,0 milhões de sacas de 60 quilos. Entre 1962 e 1967 foi aplicado o plano de erradicação por meio do qual foram erradicadas cerca de 2,0 bilhões de cafeeiros liberando uma área da ordem de 2,7 milhões de hectares.

Dentre esses fatores, as fortes geadas que atingiram os cafezais de São Paulo e Paraná, dentre as quais se destaca a de 1975, além da política pública voltada a esse segmento específico, como

² “Nada mais comprobatório de tal proposição do que o deslocamento do eixo econômico nacional, para o sudoeste, desde que as terras montanhosas, e portanto sujeitas à erosão das velhas zonas cafeeiras fluminenses, cessaram de suportar as lavouras da planta arábica” (TAUNAY, 1939, p. 8).

³ O cafezal “se alastrando por montes e colinas, desbravando matas, rasgando estradas, fundando cidades, dilatando sempre a fronteira litorânea, que então delimitava a zona rica do imenso império brasileiro” (GUEDES apud TAUNAY, 1939, p. 6).

as ações de erradicação, os planos de renovação e, mais recentemente, os zoneamentos agroclimáticos, constituem os mais poderosos vetores geográficos indutores do deslocamento espacial da cafeicultura no território brasileiro ao longo do tempo histórico.

Os períodos de superprodução e preços elevados, nos quais os cafeicultores estabeleciam novas áreas de expansão, são igualmente apontados como elementos responsáveis pela dinâmica espacial da produção cafeeira, além do próprio crescimento do mercado urbano associado ao processo de urbanização do País e, mais diretamente, do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a temporalidade da longa duração, ligada a aspectos estruturais, é aquela que interessa mais de perto a essa pesquisa, pois constitui o objeto geográfico por excelência da análise territorial, sendo fundamental para a explicação dos processos socioeconômicos em sua totalidade (JORDÁ POBLET, 2011), *vis-à-vis* a temporalidade ligada a aspectos conjunturais e os de curta duração, decorrentes, em grande parte, do comportamento cíclico do café⁴.

No caso dessa lavoura em especial pode-se afirmar que dentre as profundas transformações operadas em seu processo produtivo, aí se destacando a introdução da tecnologia, de novas variedades e de práticas agrônômicas, o deslocamento espacial, resultando na mudança das regiões cafeeiras constitui, seguramente, um dos traços mais significativos que acompanhou a evolução da cafeicultura no Brasil ao longo do tempo.

Não se pode deixar de mencionar a importância que a ocupação do oeste paulista pela cafeicultura representou em termos da inserção do Brasil e, sobretudo, de São Paulo, na lógica do “sistema-mundo” quando o mercado externo ampliou o consumo do café.

Em relação ao passado, cabe observar, também, a importância que a interpretação de Monbeig (1984) sobre a ocupação do oeste paulista pelo café representou para a evolução da própria análise geográfica e a consolidação de sua visão abrangente do território.

Tal visão articulava, pioneiramente, a expansão e mobilidade da produção cafeeira no território paulista não só estritamente ao aproveitamento das condições naturais proporcionados pela presença dos latossolos associados a derrames basálticos, clima e relevo, mas à aceleração do uso desses recursos através do desenvolvimento técnico que podia ser identificado concretamente pela expansão das ferrovias, além de sua associação ao mercado mundial⁵.

A ocupação agrícola do território brasileiro em geral e, especificamente, aquela promovida pelo café foi, assim, um dos elementos fundamentais para conformar a diferenciação regional que hoje em dia compõe a Região Sudeste, aí incluída a peculiar malha territorial de São Paulo que distingue esse Estado no contexto nacional pelo adensamento de uma malha viária indutora de uma interiorização fortemente associada à expansão ferroviária e suas “Bocas do Sertão”.

⁴ No curto prazo, o comportamento cíclico do café decorre, em essência, do fato de se tratar de uma planta perene, que atinge a idade de produção comercial por volta do terceiro ano, embora já com um ano e meio inicie a primeira produção, segundo Freitas (1979 apud GASQUES; BASTOS, 2014, p. 158).

⁵ Em Monbeig (1984) a questão da relação tempo e espaço – amplamente discutida na Geografia – se torna crucial em busca de explicações mais abrangentes e complexas do espaço geográfico.

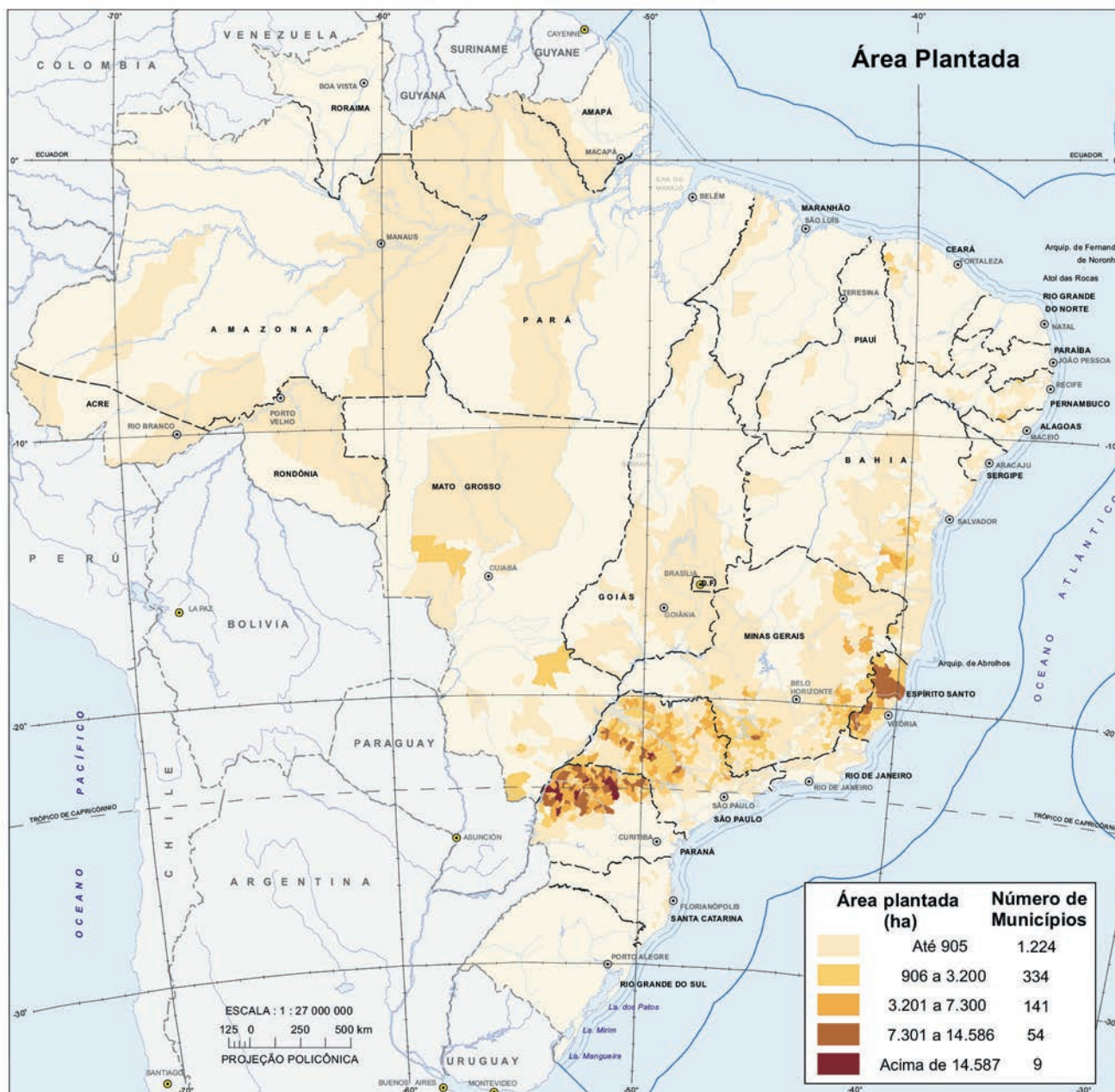
Com efeito, como legado da civilização do café e da interiorização pioneira desse Estado, sua estrutura urbano-regional caracteriza-se na atualidade por uma rede urbana polinucleada e uma distribuição de cidades bem mais equilibrada que a dos demais Estados brasileiros.

Ao contrário de grande parte dos estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, observa-se na Região Sudeste e, em especial no território paulista, uma distribuição espacial sem forte primazia urbana, que, combinada a uma estrutura fundiária e uma espacialidade de estabelecimentos rurais menos desigual, proporciona uma geografia singular no que diz respeito às formas de ocupação de seu espaço rural.

O Mapa 1, relativo à distribuição espacial da área plantada com café segundo município e o Mapa 2, que utiliza para o mapeamento desta informação a técnica de Kernel⁶, permitem uma avaliação geográfica abrangente da distribuição espacial da área plantada de café em meados da década de 1970, ressaltando, o primeiro, a geografia do conjunto de municípios paulistas, paranaenses e capixabas que lideravam a produção de café no País naquele momento enquanto o segundo permite uma visão da intensidade dessa atividade no noroeste paraense.

⁶ O Mapa de Kernel permite uma análise geográfica do comportamento de padrões espaciais que chama atenção da intensidade pontual erminado fenômeno no espaço investigado. Nesse sentido, pode-se afirmar uma visão geral da intensidade de ocorrência da área plantada de determinado produto agropecuário.

Mapa 1 - Café - 1975



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1975.

Os Mapas 1 e 2, contudo, apesar de apontarem para áreas de especialização futura dessa produção, rebatem, ainda, em grande parte, a configuração das regiões pioneiras que marcaram historicamente a interiorização do Sudeste brasileiro e, em especial, do oeste paulista. Esses Mapas destacam também a expressão espacial que adquiriu o noroeste paranaense até esse período devido às vantagens comparativas apresentadas por essa “nova” fronteira agrícola do País no período 1940-1960 e da política de valorização externa (DELGADO, 2014, p. 363).

Em meados dos anos 1970, embora não se pudesse mais afirmar, como em períodos anteriores, que a produção de café se “distribuía em quase todo o Estado bandeirante”, conforme assinalado em estudos anteriores (STRAUCH, 1958, p. 508), quando analisadas todas as classes de área plantada do Mapa 1, ainda aparecia um padrão difuso de distribuição da cafeicultura, guardando o Planalto Ocidental paulista uma posição de destaque, seguindo os eixos ferroviários.

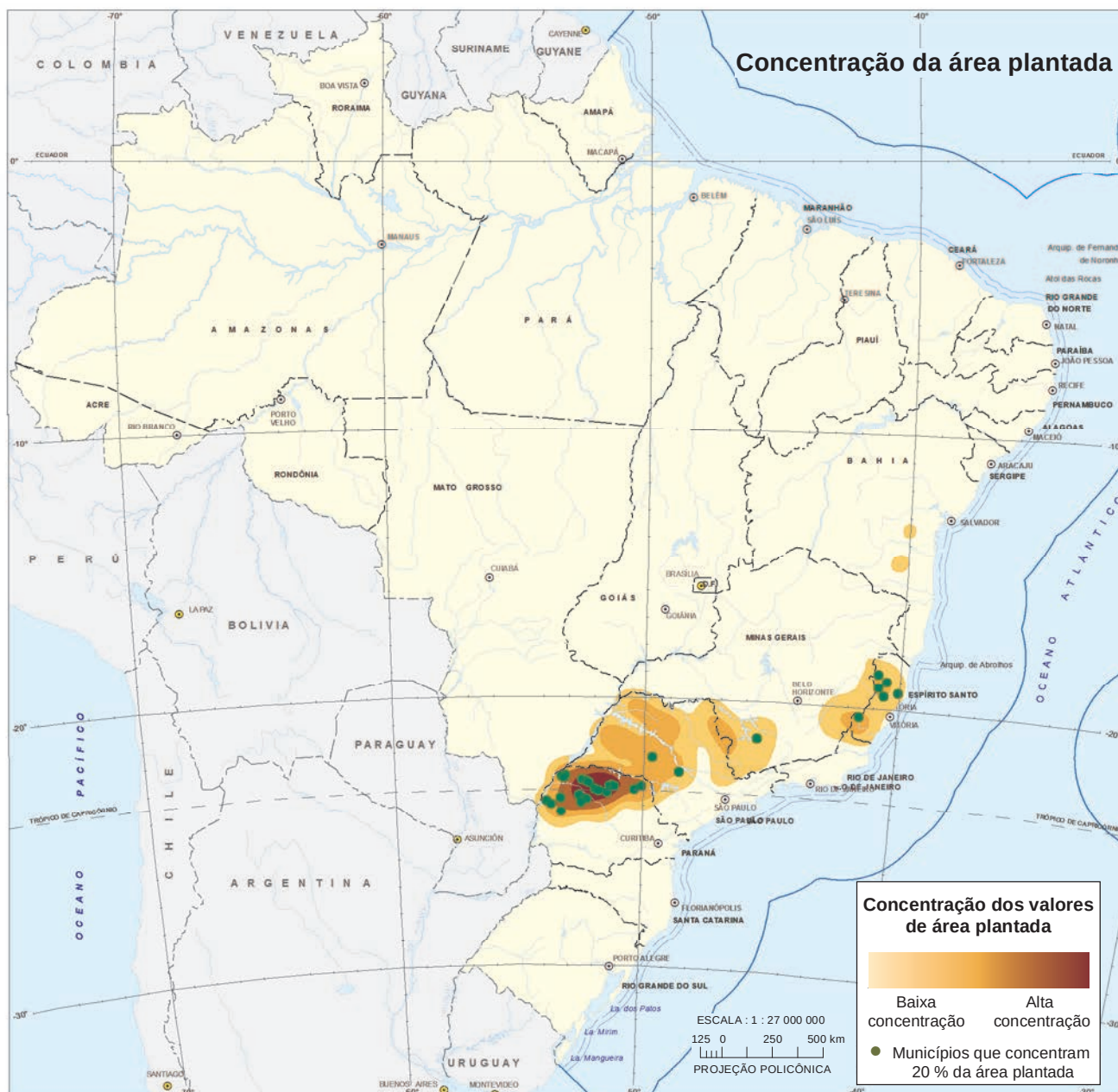
Nesse contexto é ilustrativo o fato de o Estado de São Paulo possuir apenas dois municípios – Garça e São Manuel - dentre aqueles que concentravam 20,0% da área plantada do País em 1975, conforme observado no Mapa 2. O primeiro deles, ligado ao do ciclo do café no início do Século XIX, está situado na Microrregião Geográfica de Marília, pertencendo a uma das “Zonas Velhas” (MOMBEIG, 1958) da cafeicultura paulista, enquanto São Manuel, ocupada no início do Século XX, localiza-se na chamada Expansão das Zonas Velhas⁷.

Em publicação de 1939 Taunay assinalava como “grandes zonas produtoras” os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e, “de menor importância”, os Estados do Espírito Santo, Bahia, Ceará etc. (TAUNAY, 1939, p. 23), revelando a geografia traçada por essa lavoura no início do Século XX.

Na geografia do café de meados da década de 1970, se destacam, contudo, nas classes mais altas observadas nos Mapas 1 e 2 tanto as áreas de incorporação de novos cafezais resultantes do prosseguimento direto da marcha pioneira paulista (MONBEIG, 1957, p. 722), situadas no norte-noroeste do Paraná, como aquelas localizadas no Espírito Santo, sinalizando a consolidação futura dessa cultura para fora do eixo histórico representado por São Paulo e Paraná, que sucedeu o curto ciclo da cafeicultura fluminense.

⁷ Faixa que se estende pela região central de São Paulo, de forma paralela aos limites oeste e leste, desde Franca, no norte, até Pirajuí, no sul, passando por Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, Jaú e Botucatu (MONBEIG, 1958, p. 724).

Mapa 2 - Café - 1975



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1975.

Conforme observado no Mapa 2, o Estado do Paraná possuía nessa ocasião cafezais situados muito além das fazendas e sítios surgidos entre 1935-1945 em torno da região de Londrina, alterando profundamente a paisagem das margens dos Rios Paraná e Paranapanema. Nesse Estado destacavam-se, em meados dos anos 1970, os municípios situados nas Mesorregiões Geográficas do Norte Central, Noroeste e Oeste Paranaense, aí se destacando os Municípios de Rolândia, Londrina e Cambé, pertencentes à Microrregião Geográfica de Londrina, Umuarama e Cianorte, nas microrregiões geográficas de mesmo nome; e Formosa do Oeste, pertencente à Microrregião Geográfica de Toledo.

Combinando um número superior ao de municípios paulistas dentre aqueles que concentravam 20,0% das áreas plantadas com café em 1975, Colatina, Barra do São Francisco, Linhares, Pancas e São Gabriel da Palha, que integram a Mesorregião Geográfica do Noroeste Espírito-santense, além de Lúna, na Mesorregião Geográfica Sul Espírito-santense, afirmam a consolidação da cafeicultura desse Estado no contexto nacional, notadamente após a substituição, na década de 1960, do café arábica pelo tipo robusta (café Conillon) mais adaptados às condições climáticas locais.

Na escala estadual, observa-se a consolidação do noroeste e do Vale do Rio Doce como região cafeicultora em expansão e em substituição à antiga região serrana ao sul na qual a migração italiana e alemã desempenhou importante papel na introdução do café no Estado do Espírito Santo ainda no Século XIX.

Como extensão da cafeicultura paulista no Estado de Minas Gerais, o Município de Três Pontas, na Microrregião Geográfica de Varginha no sul deste Estado, constituía em 1975 o único município mineiro pertencente ao conjunto daqueles que nesse ano reuniam 20% da área plantada de café⁸.

Quando comparamos os Mapas 1 e 2 referenciados ao ano de 1975 aos Mapas 3 e 4 relativos a 1985 é justamente a faixa fronteira entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, isto é, na zona de influência da concessão da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que sinalizará, no Mapa do Brasil, uma linha demarcatória entre a geografia traçada pelas frentes pioneiras do café e uma outra que vai pautar a distribuição espacial dessa cultura no Brasil contemporâneo.

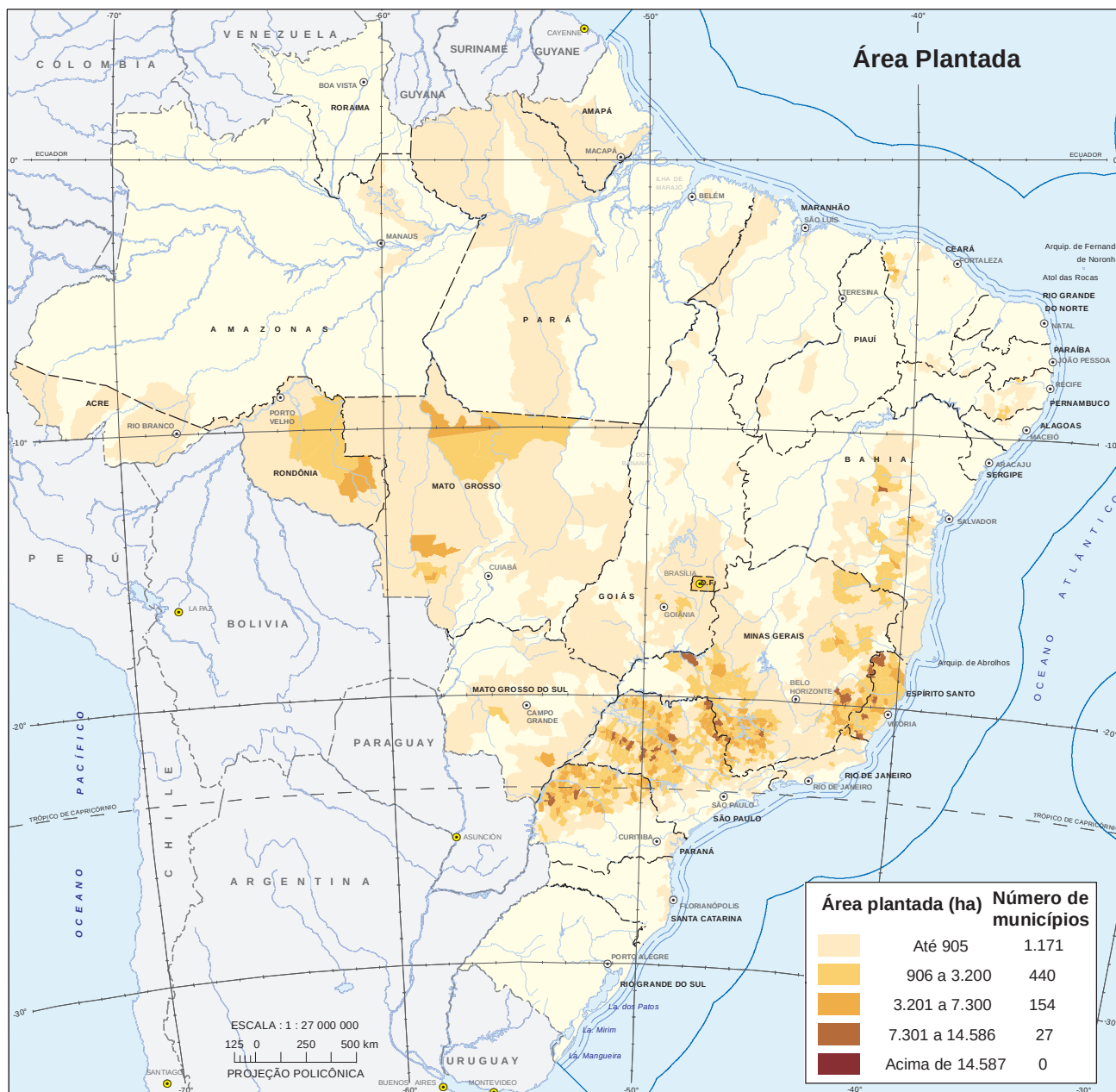
Nesse contexto, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, incluídos na economia do café desde final do Século XIX e início do Século XX, são, ao contrário de São Paulo e do Paraná, os dois Estados que irão, não só permanecer, como se firmar na liderança da produção nacional⁹.

Com efeito, se até a década de 1970, Paraná e São Paulo ofertavam o maior volume de café, dentre os Estados brasileiros, nas décadas seguintes, como decorrência de três processos principais como o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais - PRRC, proposto pelo então Instituto Brasileiro do Café - IBC, a ocorrência de geadas nas principais áreas de produção do Paraná e São Paulo e a incorporação de extensas áreas de cerrado para a prática agricultura (PELEGRINI; SIMÕES, 2010, p. 3), a cafeicultura de Minas Gerais e do Espírito Santo passaram a apresentar resultados mais expressivos comparativamente aos demais Estados. Nunca é demais lembrar que é a partir dos anos 70 do século passado que o “sul de Minas Gerais” alcança realce na produção cafeeira nacional.

⁸ A região do sul de Minas Gerais foi inserida nas frentes pioneiras do café do final do Século XIX e início do Século XX, acompanhando expansão do ramal ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

⁹ “A região sul de Minas Gerais, devido às dificuldades de transportes e de comunicações com as demais regiões do Estado, sempre foi muito ligada ao Estado de São Paulo, levando sua produção em carros de boi até as estações ferroviárias da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro mais próximas, no interior paulista (ramal de Mococa), rumo ao porto de Santos” (GRINBERG, 2011, p. 319).

Mapa 3 - Café - 1985



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1985.

A ocorrência de geadas nas principais áreas de produção nos Estados do Paraná e São Paulo, e a adesão técnica de Minas Gerais ao PRRC, marcou, desse modo, o início de uma profunda transformação na cafeicultura nacional¹⁰.

Os estímulos governamentais destinados a promover a implantação de novos cultivos, ao longo da década de 1970, concomitante à implantação de novos cafezais em inúmeros municípios do Sul-sudoeste, Zona da Mata, Vale do Rio Doce, dentre outros, fizeram elevar a participação de Minas Gerais na produção nacional, relativamente aos demais Estados produtores, processo que se tornou mais pronunciado a partir de 1978.

Com efeito, o Mapa 3 e, principalmente, o Mapa 4, deixam evidenciados o período dessa mudança no padrão regional da cafeicultura brasileira, o que fica registrado espacialmente até mesmo pelo crescimento numérico dos municípios que concentram 20,0% da produção nacional que, em 1985, não mais se localizavam tão acentuadamente no Paraná, como em 1975, mas, antes, se dispersavam por São Paulo, notadamente na região fronteira com o território mineiro na Bacia do Rio Grande, pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Conforme observado no Mapa 4, o Paraná reduz o número de municípios dentre aqueles que concentram 20,0% da área plantada em 1985, com forte retração em relação a 1975. No Estado de São Paulo, todavia, a participação de municípios nas classes mais altas de área plantada sinaliza o momento de mudança, com o revigoramento das tradicionais áreas dedicadas à cafeicultura. Esse processo desenvolveu-se ao longo do eixo da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e, mais ao norte, nas áreas de influência da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Como núcleos iniciais responsáveis pela dispersão da cafeicultura nos cerrados da Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o Mapa 4 destaca, dentre os municípios que concentram 20,0% da área plantada em 1985, os Municípios de Araguari, na Microrregião Geográfica de Uberlândia; e Patrocínio, na Microrregião Geográfica de Patrocínio que, de acordo com Pelegrini e Simões (2010) se vincularam a essa cultura a partir da migração para Estado de Minas Gerais de famílias de cafeicultores oriundos do Estado do Paraná.

Quando se observa em sequência a evolução da cafeicultura no tempo e no espaço não se pode deixar de verificar que a década de 1980 marca a passagem de uma geografia do café, ainda sediada nos Estados do Paraná e de São Paulo, para uma outra que incorpora crescentemente as áreas de Cerrado.

Tal passagem longe de ser conduzida, como no período anterior, por uma política estritamente focada para o café, articula-se agora aos avanços tecnológicos e inovações advindas da “Revolução Verde”, entre as quais se destacam as técnicas de correção e adubação de solos e a adaptação de novas espécies e variedades de grãos aos solos de Cerrado.

Um aspecto importante do deslocamento da cafeicultura em direção aos cerrados diz respeito a um contexto mais amplo de ampliação/diversificação da pauta de exportação, com destaque para a soja, carne (bovina, suína e aves), açúcar e algodão dentro de um processo que se iniciou

¹⁰ De acordo com Caixeta (1977 apud PELEGRINI; SIMÕES, 2010, p. 2), “100% dos cafeeiros do Paraná, 80% dos de Mato Grosso, 66% dos de São Paulo e apenas 10% dos cafeeiros de Minas Gerais foram afetados pela geada” em julho de 1975.

nos Estados da Região Sul do Brasil, mas alcançou a região desse bioma como extensa fronteira de expansão agropecuária, conforme relatado por Diniz (2006, p. 87).

A correção da acidez dos solos a partir de aplicações de calcário – experiência procedida pelos imigrantes alemães nos Campos de Guarapuava, no Estado do Paraná - serviu de exemplo aos agricultores mineiros. Tendo como centro de difusão das novas tecnologias os programas iniciais de incentivos, a exemplo do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, imensas áreas de chapadas de Minas Gerais tornaram-se produtoras, não só de soja, milho e algodão, mas também de café.

O Mapa 3 distingue claramente não somente os municípios localizados na Região Sudeste, mas também aqueles situados no norte e sudoeste de Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul; na Região Centro-Oeste; no Estado de Rondônia, na Região Norte; e nos Estados da Bahia e Ceará, na Região Nordeste, que, embora já inseridas anteriormente na cafeicultura, aumentam, contudo, sua participação em termos de área plantada, conforme observado no referido Mapa.

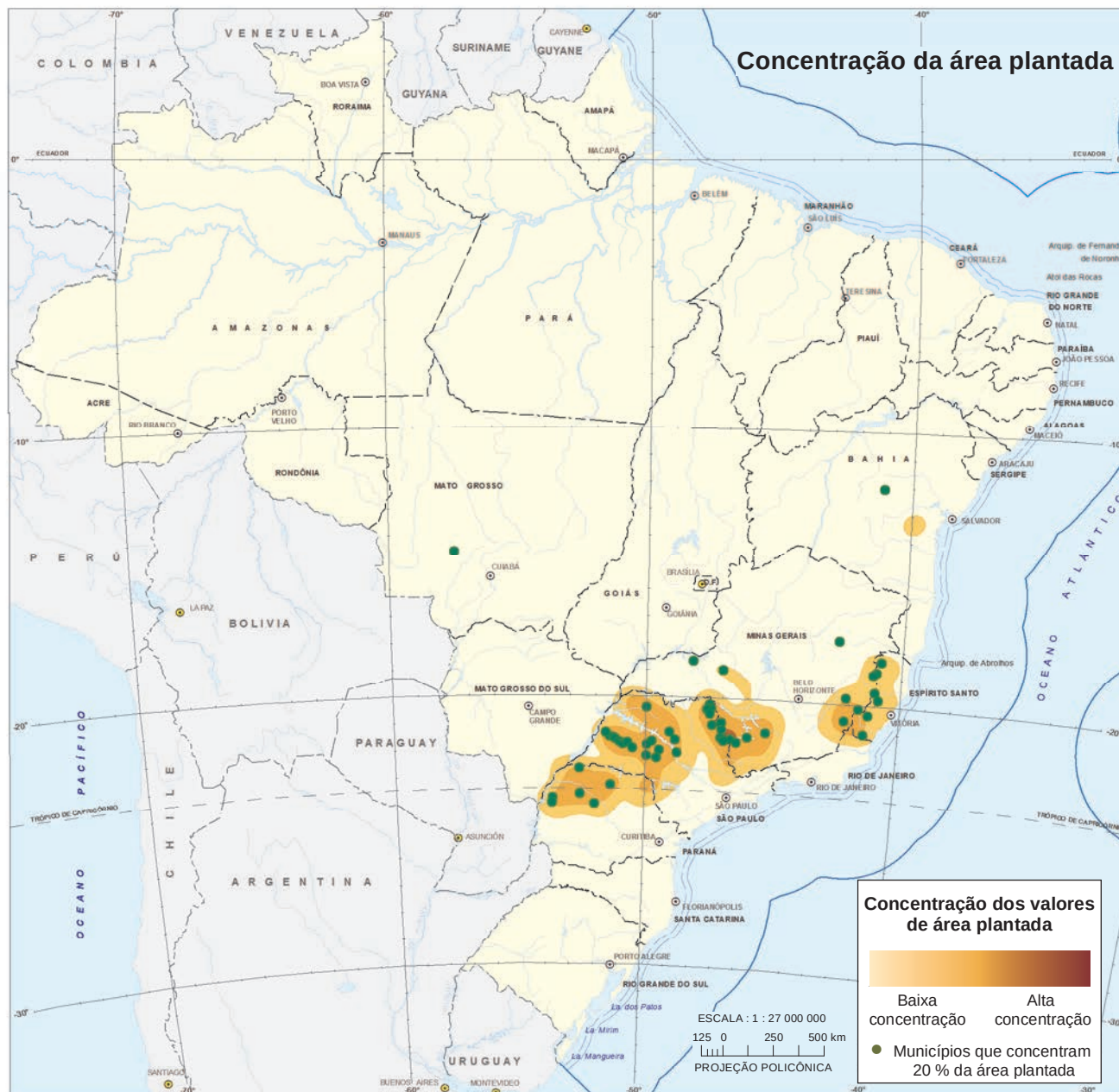
Com efeito, a consolidação de novas áreas e o esgotamento do histórico padrão espacial de concentração da cafeicultura brasileira em torno do núcleo liderado pelo binômio São Paulo-Paraná marcam a passagem da geografia do café em direção a um outro núcleo, em meados da década de 1980 (Mapas 3 e 4), articulado a partir de Minas Gerais-Espírito Santo. Na década de 1990, a cafeicultura ainda se destacava nos Municípios de Umuarama e Altônia, no noroeste paranaense, e no Município de Londrina, no norte central do Paraná, quando os municípios paranaenses e paulistas não mais constavam do conjunto que concentrava 20,0% da área plantada do País, conforme observado nos Mapas 5 e 6.

Gasques e Bastos (2014, p. 159) relatam a ocorrência, no ano de 1994, de duas grandes geadas (junho e julho) que atingiram extensas áreas produtoras de café no País, quando praticamente todo o Estado do Paraná, grande parte do Estado de São Paulo e faixas consideráveis do sul do Estado de Minas Gerais tiveram suas lavouras seriamente comprometidas pelos danos causados pelas intempéries climáticas. Nesse contexto, a continuação dessas condições climáticas ao longo do tempo, constituiu, seguramente, um dos motivos mais fortes, dentre outros, associados ao deslocamento do café em direção aos estados ao norte do território paulista.

Ainda segundo esses autores, esse fator, associado à desfavorável conjuntura econômica internacional fez com que o café até meados dos anos 1990 conhecesse um longo período de baixas cotações internacionais causadas, entre outros fatores, por uma quase ausência de estratégia comercial, aliada a uma eficiente manutenção de altos estoques pelos países consumidores, que conseguiam assim manter os preços deprimidos e direcionar o mercado de acordo com seus interesses¹¹.

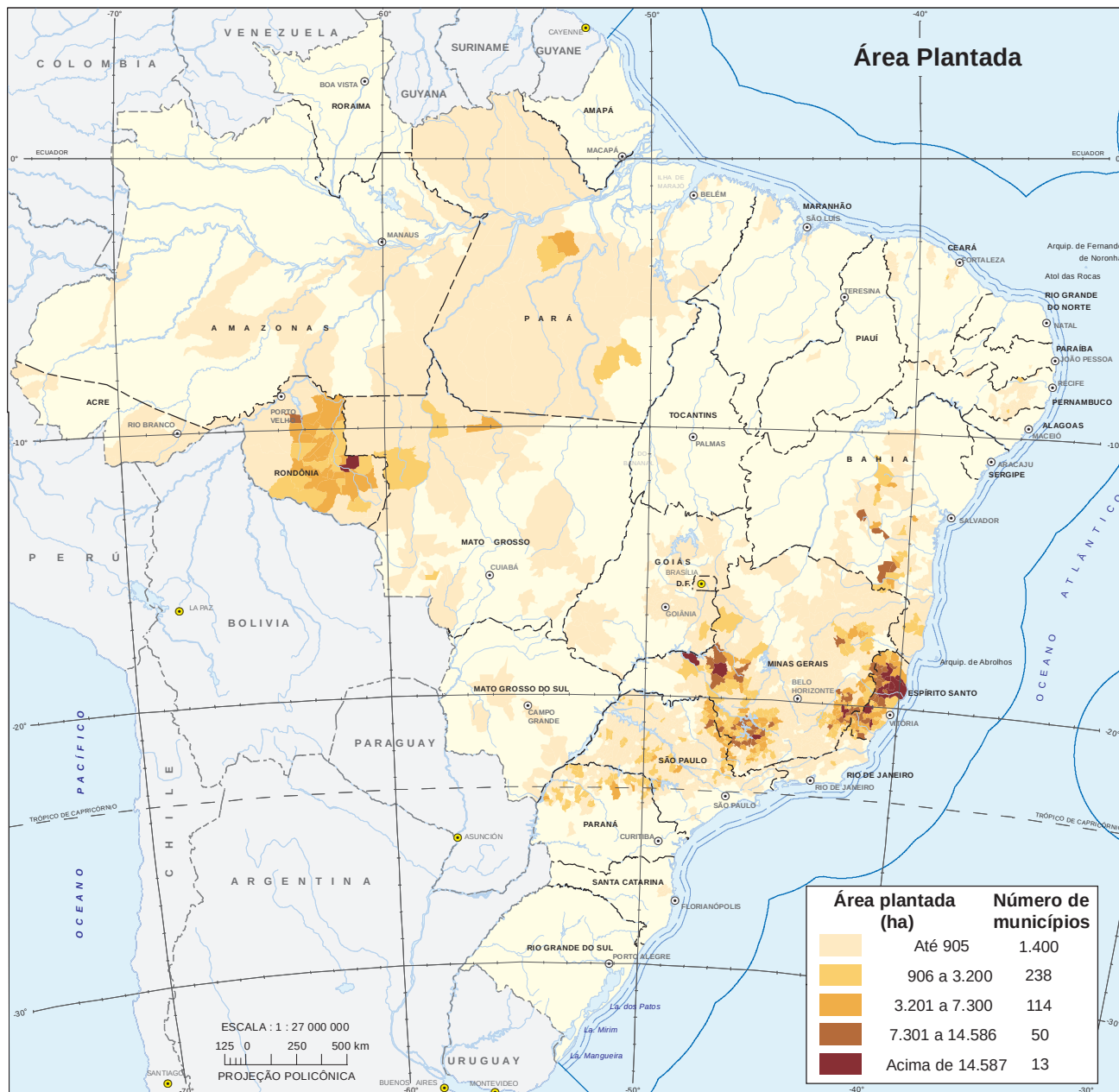
¹¹ Este comportamento levou nossa cafeicultura a um círculo vicioso que consistia em baixas cotações, que geravam pouca renda, que causavam desestímulo ao produtor, que não cuidava adequadamente de suas lavouras, as quais produziam cada vez menos e eram, cada vez mais, afetadas por carências nutricionais, pragas e doenças. Como esta situação se prolongou por muitos anos, os estoques dos países consumidores foram diminuindo, também caindo a disponibilidade de cafés de alta qualidade. Este declínio teve seu ápice no primeiro semestre de 1994, quando as cotações por saca de café beneficiado atingiram um preço que inviabilizava de vez a cafeicultura, sendo a única saída o abandono ou a erradicação das plantas em pior estado, em boa parte das regiões produtoras.

Mapa 4 - Café - 1985



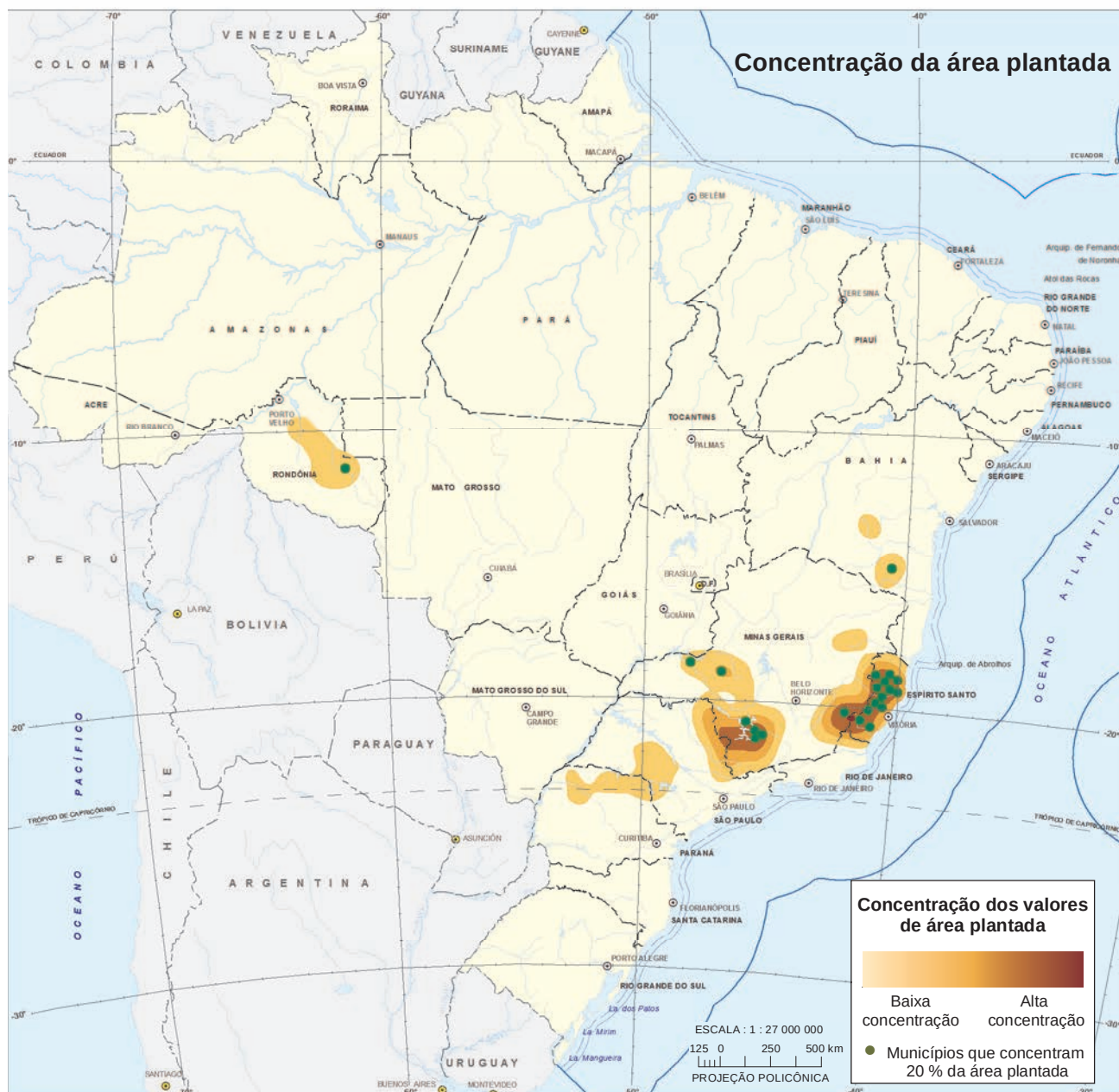
Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1985.

Mapa 5 - Café - 1995



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1995.

Mapa 6 - Café - 1995



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1995.

Com efeito, um acontecimento importante no que se refere ao deslocamento geográfico desse período foi a conjunção de fenômenos interligados de fortes geadas, seguidas de ventos, causando a chamada “geada negra” em alguns locais, o que geralmente causa prejuízos irreversíveis, matando a planta. Além disso, após as geadas, seguiu-se nesse período uma estiagem que se prolongou até a floração da safra 1994-1995 (GASQUES; BASTOS, 2014, p. 159).

Nesse contexto climático adverso, a elevação dos preços no mercado mundial e o estímulo à retomada da cafeicultura que ocorreria de 1996 em diante já se dará através de uma dinâmica territorial que reafirma a tendência verificada nas décadas anteriores em torno da liderança dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, com expansão para os estados situados ao norte dessas duas Unidades da Federação, conforme observado nos Mapas 7 e 8.

Com efeito, na segunda metade da década de 1990, a situação se manteve favorável aos produtores de café e o setor teve condições de se reorganizar, com a criação de órgãos normativos, com a valorização do selo de qualidade da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC e com a diversificação de produtos nas prateleiras dos supermercados. O café voltou a ser um bom negócio e os produtores passaram a investir mais na atividade.

Assim, a partir do final do Século XX e início do Século XXI, os investimentos em novos plantios e de novos viveiros ocorreram nas principais regiões produtoras, reforçando a presença dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Nesse período consolidou-se, também a tendência do plantio adensado e superadensado, com populações de cinco mil a 15 mil plantas por hectare, alguns em respaldo experimental, visando apenas a possibilidade de lucro mais rápido (GASQUES; BASTOS, 2014, p. 160).

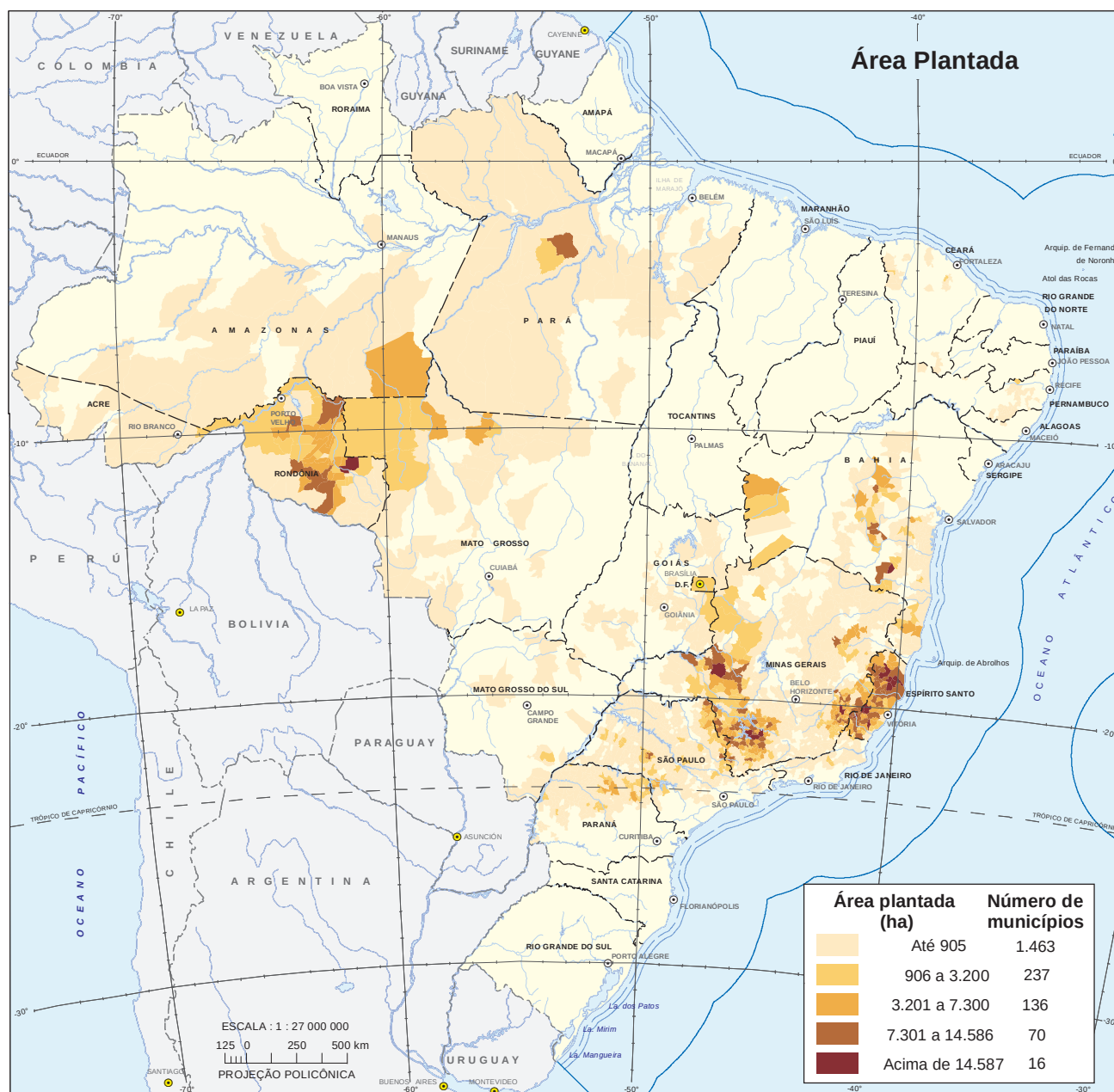
Gradativamente foram eliminadas as áreas de maior risco de geadas, dentro de um processo observado principalmente na implantação de novos plantios, consolidando uma geografia do café no Brasil contemporâneo agora marcada pela liderança mineira e capixaba e pela contínua expansão dessa cultura em direção ao cerrado do oeste baiano e ao eixo da Rodovia BR-364 no Estado de Rondônia, área pioneira de cultivo do café na Região Norte do País assim como alguns municípios situados na Rodovia Transamazônica, conforme observado pela comparação dos Mapas 5 e 6 e os dois subsequentes - Mapas 7 e 8.

Nesse contexto, cabe observar que em 1995 e 2005 os Mapas de Concentração da Área Plantada (Mapas 6 e 8) começam a apresentar manchas espaciais em torno de municípios, como Cacoal (RO), e Barra do Choça (BA), que embora incluídos dentre aqueles que detêm 20,0% da área plantada no País, estão situados fora dos grandes estados produtores de Minas Gerais e Espírito Santo. Em 2005, o Mapa 8 registra, além de Cacoal a presença de São Miguel do Guaporé (RO), naquele grupo de municípios com expressão na cafeicultura brasileira.

Na outra ponta da dinâmica territorial da cafeicultura observa-se que tanto em 1995, como em 2005 (Mapas 6 e 8) os municípios paulistas e paranaenses estão excluídos do grupo de unidades municipais que concentram 20,0% da área plantada no País, refletindo, assim, a consolidação de um novo Mapa da cafeicultura brasileira, distante daquele vinculado à histórica migração do café que se deslocou das proximidades da cidade do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba fluminense e mineiro¹², em direção a São Paulo.

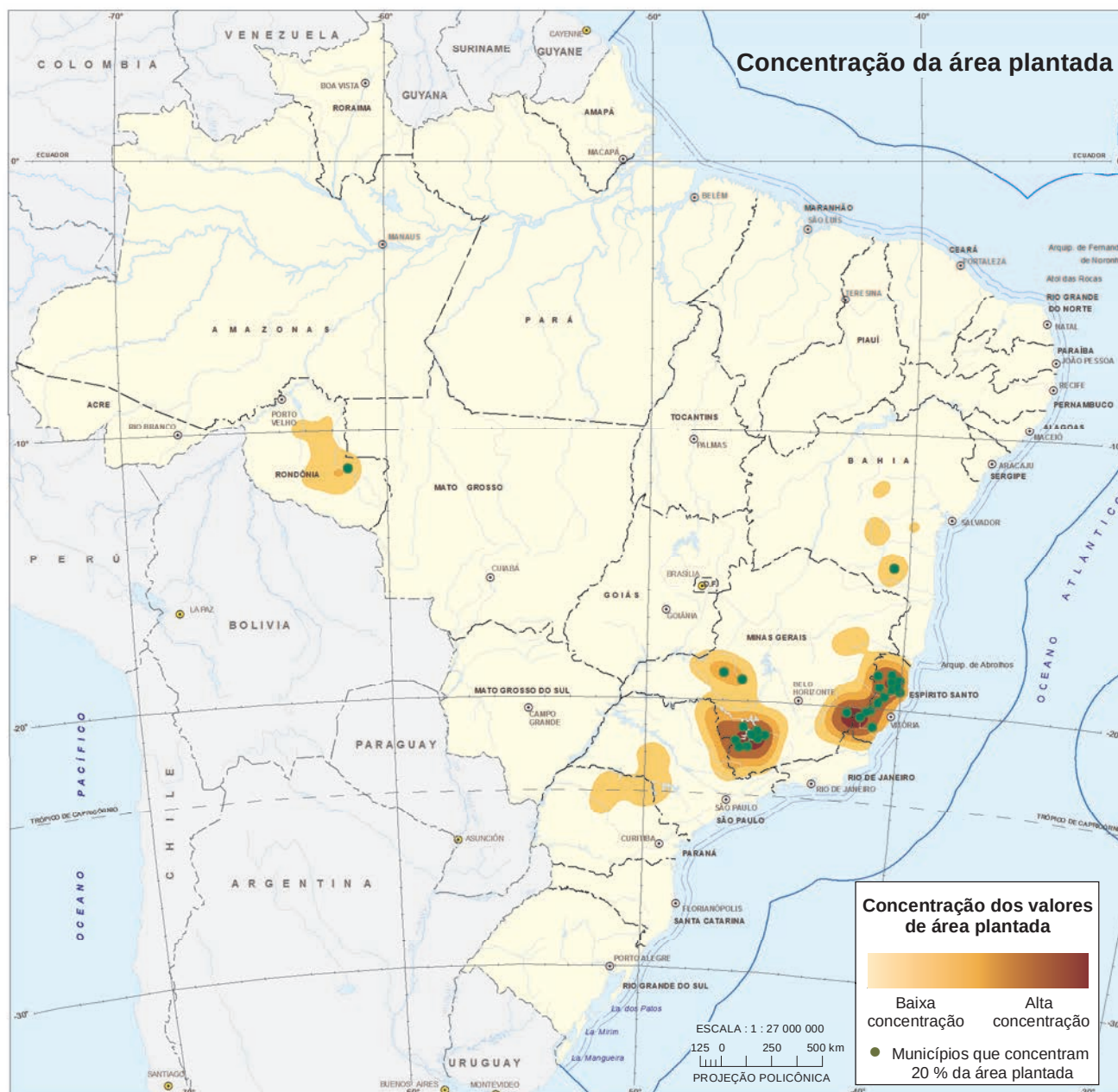
¹² De acordo com Taunay (1939), a zona mineira onde a cultura do café iria se desenvolver “de modo absolutamente notável” viria a ser a Mata pela sua maior proximidade com o Rio de Janeiro e, nos Municípios do Vale do Paraíba onde em breve Mar de Espanha, Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguases e Ubá seriam centros cafeeiros da maior importância na segunda metade do Século XIX.

Mapa 7 - Café - 2005



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2005.

Mapa 8 - Café - 2005



Finalmente o último período comparativo observado nesse trabalho, entre 2005 (Mapas 7 e 8) e 2013¹³ (Mapas 9 e 10), permite um olhar contemporâneo da geografia da cafeicultura no Brasil no que diz respeito à sua distribuição espacial no Território Nacional, apontando persistências e mudanças entre o período analisado.

Com efeito, seguindo a liderança estadual de Minas Gerais e Espírito Santo na atual geografia do café no Brasil, em escala local, destaca-se, desde o final da década de 1990 o Município de Patrocínio, localizada na Microrregião Geográfica de mesmo nome pertencente à Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que há mais de uma década ocupa a primeira posição no *ranking* dos municípios com área plantada de café, seguido, na maior parte desse período, pelo Município de Três Pontas, pertencente à Microrregião Geográfica de Varginha no sul/sudoeste do Estado de Minas Gerais.

Tais municípios mineiros alcançaram ao final dos anos 1990 a hegemonia da área plantada de café em detrimento da liderança nacional prevalecente até cerca de 1997 em torno dos Municípios espírito-santenses de Linhares, Afonso Cláudio e Colatina, pertencentes às microrregiões de mesmo nome, situados o primeiro deles no litoral norte espírito-santense e os demais nas Mesorregiões Central e Noroeste Espírito-santense, respectivamente.

Em relação ao Estado do Espírito Santo, cabe ressaltar a liderança alcançada desde 2005 pelos Municípios de Vila Valério e Nova Venécia, situados na Microrregião Geográfica de Nova Venécia no noroeste espírito-santense e o Município de Jaguaré, pertencente à Microrregião Geográfica de São Mateus no litoral norte espírito-santense. Ainda em relação a esse estado, chama atenção a presença de uma distribuição espacial relativamente dispersa em seu território, o que pode ser visualizado no Mapa 10, no qual se destaca não só o litoral norte e o noroeste do estado, como também sua porção central e meridional. Com efeito, nesta última os Municípios de Lúna e Vargem Alta se destacam naquele grupo de municípios que detêm 20,0% da área plantada de café em escala nacional.

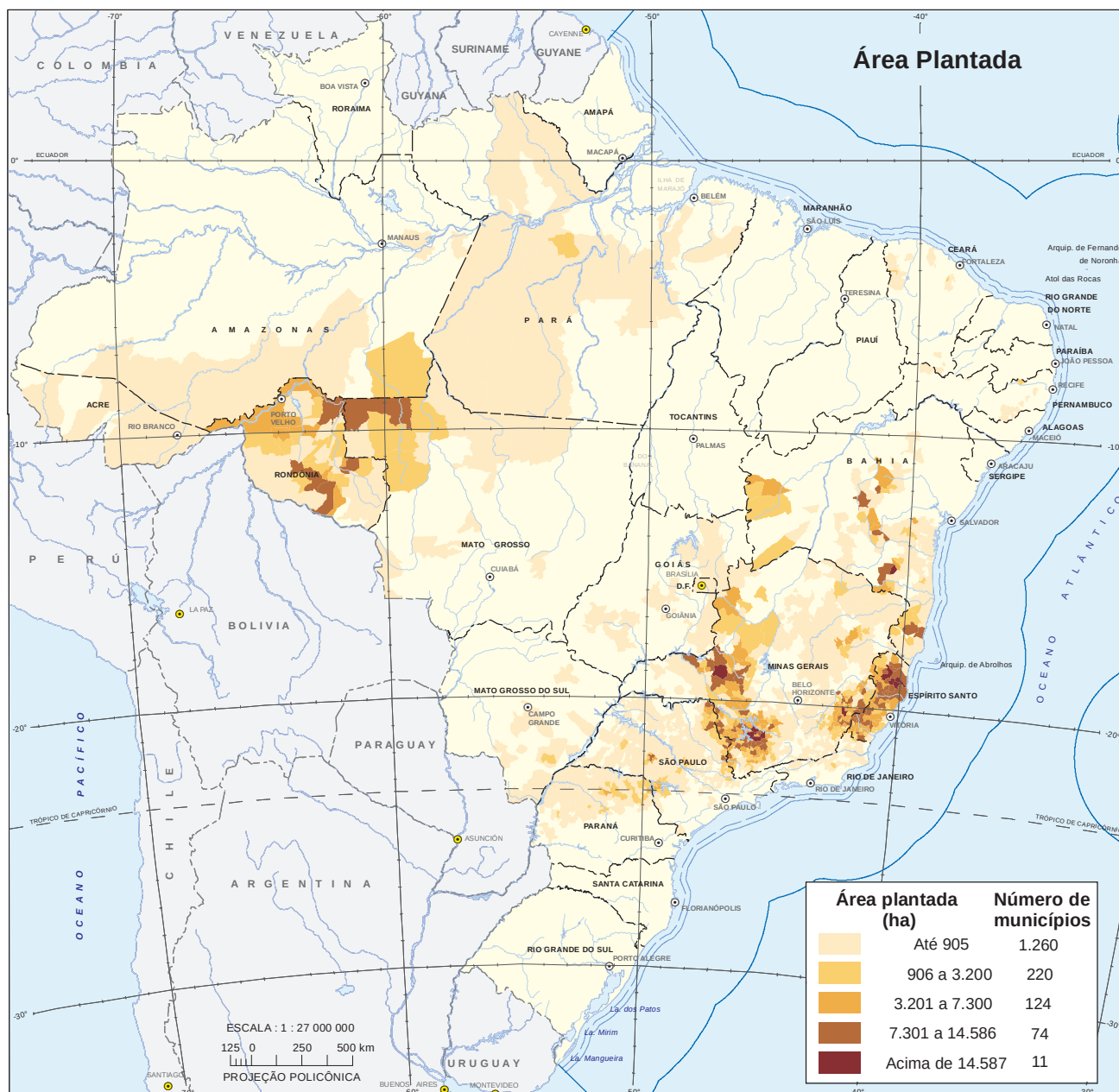
Fora os municípios localizados nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, se destacam nas últimas décadas quanto à área plantada de café em escala nacional, o Município baiano de Barra do Choça, localizado na Microrregião Geográfica de Vitória da Conquista, no centro-sul baiano, e o Município de Cacoal, no Estado de Rondônia. Este último, embora com presença relativa em declínio nos últimos 15 anos em relação à posição ocupada no grupo dos municípios que detêm 20,0% da área plantada do País, continua a fazer parte desse conjunto até o ano de 2012.

Em relação a esses dois últimos Estados, isto é, Rondônia e Bahia, cabe observar a presença nesse grupo selecionado de municípios, não só de Cacoal (RO), como de Barra do Choça (BA), mas o Município de São Miguel do Guaporé, localizado na Microrregião Geográfica de Alvorada do Oeste no leste rondoniense, como de Barra da Estiva, localizado na Microrregião Geográfica de Seabra, na Mesorregião Geográfica do Centro Sul Baiano.

Cabe observar, contudo, que, no Estado de Rondônia, enquanto o Município de São Miguel do Guaporé alcançou uma presença na cafeicultura nacional desde o ano 2000, o município baiano de Barra da Estiva só alcançaria essa expressão no último ano analisado neste trabalho, isto é, em 2013. Esses dois casos apontam que, enquanto em escala estadual ocorre um movimento de

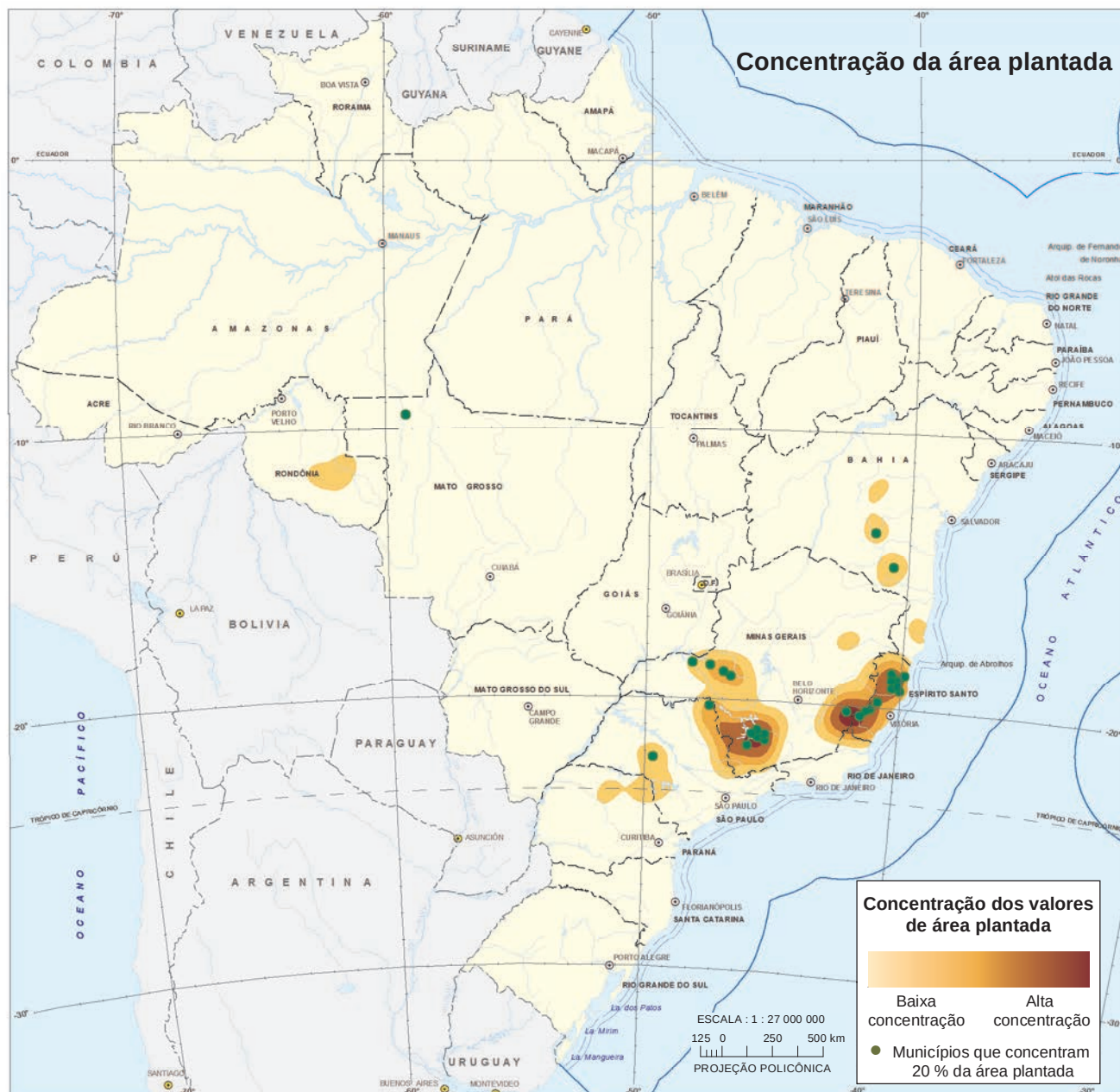
¹³ O ano de 2013 foi selecionado por possibilitar o mapeamento mais recente que se dispõe da Produção Agrícola Municipal no momento de elaboração desse projeto, o que permite avançar, em termos temporais, na análise geográfica.

Mapa 9 - Café - 2013



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013.

Mapa 10 - Café - 2013



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013.

alternância ao longo do tempo ligado não só à sazonalidade natural da produção agropecuária, como, na atualidade, tais alterações entre espaços relativamente próximos podem, também, estar associadas à valorização de potencialidades naturais e/ou culturais locais vinculadas à diversificação dos chamados cafés diferenciados.

No período compreendido entre meados da década de 1970 e o início do segundo decênio do Século XXI, pode-se inferir que, em escala macrorregional, embora disseminada no Território Nacional, inclusive com focos importantes em áreas de exploração mais recente, como é o caso das Regiões Nordeste e Centro-Oeste, a cafeicultura se manteve concentrada na Região Sudeste, quer pelo conhecimento acumulado do manejo da cultura, quer pela fertilidade do solo, aliado ainda a uma eficiente infraestrutura de transporte e comunicação que agiliza o escoamento e a distribuição da produção (ATLAS..., 2011, p. 173).

Com efeito, a Região Sudeste não só foi o *locus* de dispersão dessa cultura como atividade econômica geradora de riquezas para o País, como, ainda hoje, detém o controle da cadeia produtiva (do plantio ao mercado). Nesse circuito, os estados cafeicultores do sudeste lideram a produção propriamente dita, discutem políticas para o setor, desenvolvem pesquisas, atuam na formação de preços e realizam negociações comerciais nacionais e internacionais. Há, todavia, em outras regiões do País, como o Norte, Nordeste e o Centro-Oeste, que vêm consolidando sua participação na cafeicultura nacional, produzindo café seja em quantidade, seja em qualidade e diversidade crescentes.

Quando se analisa esse mesmo período em termos intrarregional, contudo, pode-se afirmar que na geografia da cafeicultura brasileira as mudanças estão atreladas, por um lado, ao próprio processo geral de desconcentração do espaço rural brasileiro como um todo, isto é, acompanhando sua expansão em direção à região dos cerrados e ao norte do País.

Nesse movimento se destacaram a Região do Triângulo Mineiro e o Oeste Baiano, em relação ao cerrado¹⁴ e, em relação à fronteira amazônica, o Estado de Rondônia, onde a cafeicultura fez parte do processo de colonização da Amazônia promovido pelo planejamento estatal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o norte do Estado de Mato Grosso.

Por outro lado, correspondendo a uma dinâmica específica do segmento da cafeicultura, observa-se seu histórico deslocamento das terras paulistas e paranaense, associada, em grande parte à recorrência das geadas, abrindo caminho para a hegemonia mineira e capixaba na atualidade.

Pode-se afirmar, enfim, que a dinâmica territorial do café na atualidade possui importância marcante em determinadas regiões do espaço rural brasileiro nos quais o café constitui senão o segmento econômico dominante, um dos que possuem importância não só em termos de ocupação e uso da terra, como, principalmente, em termos das relações em rede, de natureza socioeconômica e, mesmo, política, estabelecidas no interior do território brasileiro e entre este e o mundo.

Desse modo, a comparação do Mapa 10 com a malha territorial-regional definida pelo Projeto Regiões Rurais (PROJETO..., 2015), permite afirmar que as Regiões Rurais das Capitais Regionais

¹⁴ Na atualidade a cafeicultura praticada no Triângulo Mineiro e no oeste da Bahia utiliza cultivares bem adaptadas ao Bioma Cerrado e é, de forma geral, amplamente tecnificada, contando com sistemas de irrigação, colheitadeiras mecânicas, entre outros recursos tecnológicos de ponta bastante representativos do agronegócio do café no País.

de Pouso Alegre e Varginha (RR-3105) e a Região Rural da Capital Regional de Vitória (RR-3201)¹⁵, possuem na cafeicultura um dos motores de suas articulações internas e externas.

Em Minas Gerais, ainda se destaca a Região Rural do Centro Sub-regional de Patos de Minas Gerais (RR-3107), onde se localiza o Município de Patrocínio, como área de crescente afirmação da cafeicultura moderna ligada à expansão do café nos cerrados do Triângulo Mineiro.

Quanto à Região Rural Espírito-santense, de protagonismo na cafeicultura nacional, tem na Região Rural das Capitais Regionais de Ipatinga e Governador Valadares (RR-3103), uma forte relação de contiguidade espacial e de fluxos econômicos.

Finalmente, a Região Rural da Capital Regional de Vitória da Conquista (RR-2909), no Estado da Bahia, e a Região Rural da Capital Regional de Porto Velho (RR-1101), no Estado de Rondônia, constituem importantes segmentos espaciais descontínuos em relação às regiões core da cafeicultura nacional que, apesar de apresentarem distintos contextos geográficos e temporalidades históricas, se mantêm presentes na geografia do café no País, cuja dinâmica territorial interage, cada vez mais, às mudanças econômicas nacionais e internacionais que historicamente regem a trajetória geográfica do café no Brasil.

Com efeito, a crescente demanda internacional pelo segmento dos cafés especiais pressupõe atributos de qualidade indissociáveis das características físicas, como a origem geográfica que, como veremos mais adiante, podem revitalizar antigas regiões especializadas, assim como projetar novas áreas associadas a especificidades de mão de obra, de gestão empresarial e/ou mesmo à logística de propaganda/circulação/distribuição ao consumidor final.

Desse modo, o futuro da dinâmica territorial da produção do café vai refletir, de modo geral, o intenso processo de transformações e reajustamentos pelo qual passa esse segmento da agropecuária brasileira, decorrente não só da reestruturação tecnológica, como das diferenças existentes no interior dos estabelecimentos voltados à produção do café e, mais amplamente, em decorrência das alterações verificadas no imprevisível mercado consumidor.

De acordo com Giddens (2010, p. 181), “quem poderia imaginar que, depois de suportarem durante anos um café com qualidade inferior, os consumidores norte-americanos e britânicos ansiavam secretamente por um produto melhor e com numerosas variedades?”.

Nesse contexto, as diferenças verificadas nos estabelecimentos cafeicultores vão depender, na contemporaneidade, não só de especificidades próprias desse setor como, ao mesmo tempo, se inserir na dinâmica econômica comum aos demais segmentos produtivos da agropecuária brasileira, não restando mais qualquer margem para correr o erro que se cometeu em décadas posteriores à crise de 1930, “quando se dava por encerrada a era do café no Brasil tropical” (MONBEIG, 1957, p. 724).

¹⁵ A proximidade existente entre a Região Rural das Capitais Regionais de Pouso Alegre e Varginha (RR-3105), tradicional produtora de café no sul do Estado de Minas Gerais e a Região Rural do Centro Subregional de Patos de Minas (RR-3107), nos Cerrados do Triângulo Mineiro, de recente e modernizada expansão dessa lavoura, reafirmam a tendência de reforço à contiguidade espacial da cafeicultura entre essas duas Regiões Rurais. Isto é, elas constituem duas regiões protagonistas na atualidade da lavoura do café no País.



A geografia contemporânea da cafeicultura brasileira

A abordagem geográfica sobre a dinâmica de ocupação do território pelo café foi elaborada com base tanto nas informações secundárias como naquelas recolhidas no trabalho de campo realizado entre os dias 23 de março e 02 de abril de 2015 que percorreu alguns municípios da Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas¹⁶ e da região conhecida como Baixa Mogiana paulista, áreas de cultivo do café arábica, por excelência. Uma síntese deste trabalho encontra-se no Apêndice 1 desta publicação.

A operação de campo permitiu a identificação de novas tendências que aportam nessa lavoura através de entrevistas realizadas com os mais variados agentes, cujo objetivo também era identificar suas práticas socioespaciais. Conjuntamente, levantamentos em *sites* de referência da produção do café e leituras bibliográficas representam instrumentos metodológicos relevantes para a contextualização geográfica da dinâmica territorial da lavoura do café.

Também nesse capítulo, outro importante alicerce é a descrição da distribuição espacial da produção de café arábica e canephora, isto é, o mapeamento em escala municipal da variável quantidade produzida levantada pelo Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE, que serve de referência para a análise espacial. Portanto, o volume gerado nessa cultura são os norteadores da territorialidade da lavoura de café. Bem como, neste mapeamento, procurar-se-á compreender as feições diferenciadas dos estabelecimentos produtores de arábica e canephora e identificar os arranjos espaciais da

¹⁶ Segundo a divisão regional do Brasil em mesorregião geográfica e microrregião geográfica do IBGE (DIVISÃO..., 1989), a Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas é composta pelas Microrregiões de Passos, São Sebastião do Paraíso, Alfenas, Varginha, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, Andrelândia e Itajubá. No trabalho de campo citado foram visitados os Municípios de Alfenas, Varginha e Poços de Caldas.

produção familiar e não familiar e das condições legais do produtor cafeicultor (Apêndice 2), uma vez que o Censo Agropecuário permite esse debate.

Além dessas informações, limitam o escopo de análise desse capítulo as variadas formas de uso da técnica, além dos canais de comercialização de uma atividade, cuja expansão marcou e ainda marca a articulação do Brasil com o mercado externo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a totalidade dessas análises teve influência determinante no direcionamento das considerações aqui apresentadas.

Uma contextualização regional e sustentável

A começar por uma rápida contextualização, na contemporaneidade o Brasil experimentou, a partir da década de 1970, profundas mudanças no processo produtivo de sua agropecuária. Nesse processo, as políticas públicas voltadas à lavoura do café tiveram papel central na distribuição espacial dessa lavoura no Território Nacional, uma vez que o Plano de Renovação e Revigoreamento de Cafezais - PRRC, organizado pelo Instituto Brasileiro do Café - IBC¹⁷, teve o objetivo de renovar e recuperar o parque cafeeiro do País baseado na trilogia do uso do crédito, da assistência técnica e apoiado pela pesquisa cafeeira regionalizada (MATIELLO, 2006, p. 1).

A partir daí a lavoura de café sofre grandes transformações no seu processo produtivo e na sua distribuição geográfica, que deve obedecer aos limites ditados por zoneamento agroclimático¹⁸. Nesse sentido, na atualidade, a avaliação que se faz da cafeicultura corrobora a ideia de ser o Brasil o País que mais reorganizou sua atividade agropecuária desde meados do Século XX, conforme analisa Elias (2013, p. 14).

Na verdade, com o PRRC e o zoneamento agroclimático encerra-se o ciclo da lavoura de café condicionada, praticamente, por fatores naturais, herança da distanciada marcha pioneira, especialmente no oeste paulista, que firmou a ideia do uso dos solos férteis, como àqueles de solos roxos, dos Estados do Paraná e de São Paulo, ou as terras de mata virgem (MATIELLO, 2006, p. 1), e inicia-se um novo ciclo mais complexo envolvendo os condicionantes locais da cafeicultura.

Na apreciação de Matiello (2006, p. 1), é reconhecido que antes da década de 1970 a cafeicultura estava mais identificada aos Estados de São Paulo e Paraná e, agora, está distribuída, com destaque para o crescimento havido nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rondônia. Esse autor atribui toda expansão mais recente dessa atividade como resultado do zoneamento agroclimático e do PRRC que possibilitaram a incorporação de áreas do cerrado nos Estados de

¹⁷ O IBC foi criado pela Lei n. 1.779, de 22.12.1952, como entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda. A partir de 1961 passou para o âmbito do então Ministério da Indústria e do Comércio, tendo sido extinto pela Lei n. 8.029, de 12.04.1990. O Instituto tinha por atribuições executar a política cafeeira nacional, prestar assistência técnica e econômica à cafeicultura e controlar a comercialização do café. Quanto ao PRRC, ele foi implantado nos primeiros anos da década de 1970, após o Programa Nacional de Erradicação de Cafezais com o objetivo de ampliar a capacidade produtiva do café. De acordo com Moura (2007), o PRRC alocou recursos que permitiram ao Estado de Minas Gerais alcançar a liderança nacional da produção cafeeira.

¹⁸ Segundo Silva e Soares (2016), "na agricultura globalizada, incrementos nos rendimentos e redução dos custos e dos riscos de insucessos são exigências básicas à competitividade. Maior eficiência no uso de recursos; melhora qualitativa dos produtos; e preservação dos recursos naturais são desafios da sustentabilidade da moderna agricultura. Entretanto, a maioria das culturas está sujeita à imprevisibilidade das variáveis climáticas, para as quais pouco se tem a oferecer como solução ao produtor sem que haja um aumento do custo de produção. Diante desse cenário, o zoneamento agroclimático visa atender a uma grande demanda existente e possibilita significativa redução de perdas na agricultura".

Minas Gerais e Bahia, antes terras inativas e hoje abrigando uma atividade cafeicultora de grande expressão na escala nacional. Nesse contexto, pode-se afirmar que o programa lançado pelo extinto IBC redesenhou a geografia da lavoura de café no território brasileiro.

Se a década de 1970 é marcada pela reestruturação territorial do café no País, (PEREIRA, 2014, p. 241) com a expansão geográfica do seu cultivo, pode-se reconhecer nos anos 1990 a emergência de um novo período que marcará também sua expressão espacial.

Em primeiro lugar, uma medida institucional notável dessa mudança pode ser entendida com a extinção do organismo oficial regulador, o IBC. Além da significativa alteração no quadro institucional e, como indica Frederico (2014, p. 58):

sem nenhum tipo de intervenção estatal, as especulações no mercado futuro do café se tornaram um grande negócio. Por se tratar de uma cultura perene, com bianualidade nas safras e muito sensível a intempéries climáticas (seca, geada, granizo) e doenças, a cafeicultura possui grande instabilidade de preços, tornando-se atrativa para os especuladores.

Com efeito, nesse ambiente de desarticulação do aparato de regulação estatal, a busca inquietante da defesa de interesses comuns por parte de segmentos da cadeia produtiva concorreu para que um número significativo de ações lograsse êxito. Tanto que um conjunto significativo de associações e cooperativas se (re)organizaram e, em alguns casos, surgiram cooperativas de expressiva influência tanto econômica, quanto no que diz respeito à própria definição das escolhas seletivas de espaços para expansão dessa atividade.

Sob a perspectiva da adoção de técnicas na cafeicultura brasileira, Pereira (2014, p. 245) chama atenção para seu caráter seletivo, uma vez que são usadas, na maioria das vezes, apenas pelos maiores produtores, com emprego crescente “de um conjunto de modernidades, como máquinas e sistemas técnicos modernos, que se fortalece, nos anos 1990, com o emprego da colheita mecanizada e da irrigação”.

De acordo com Frederico (2014, p. 59):

grande parte dos sistemas técnicos oriundos do paradigma da Revolução Verde e difundidos na cafeicultura brasileira foi aperfeiçoada ou substituída com o advento das novas tecnologias da informação e também no desenvolvimento de novos sistemas técnicos agrícolas, tais como: a biotecnologia, a agricultura de precisão, o monitoramento de riscos climáticos, dentre outros.

Cabe esclarecer que “nas novas áreas de produção, em que as propriedades são maiores [...], o uso intensivo de tecnologia é evidenciado, cujos destaques são a fertirrigação e a mecanização”. A escala de produção aplicada ao café *commodity*, “aliada à configuração das áreas planas do cerrado brasileiro, tem favorecido a colheita mecanizada e elevado a produtividade média” (SAES, 2008, p. 79).

Por sua vez, no momento em que o café *commodity* brasileiro ocupa um lugar de relevância no mercado externo, cresce a produção dos cafés especiais em solo nacional. Com efeito, o surgimento de um mercado exigente e diversificado dessa rubiácea cada vez mais afirma seu sentido como especiaria na busca da surpresa agradável da degustação. Entretanto, se a natureza, clima, solo, altitude, dentre outros fatores, é essencial na diferenciação deste café, parâmetros técnicos são adicionados a essa produção traduzindo-se, entre outros, no emprego de mudas com procedência, na gestão empresarial da propriedade agrícola, na participação em concursos de qualidade, na ino-

vação tecnológica e, não menos importante, no *marketing* e identidade da região. Isto é, a explicação da dinâmica territorial do café na contemporaneidade aponta para uma complexidade de fatores não só condicionados pelo meio físico, como pelo seu comprometimento com as contingências regionais, culturais e tecnológicas que gravitam em torno de sua produção, circulação e consumo.

Igualmente,

o crescimento da demanda dos cafés especiais, aliado ao movimento do “consumo consciente e responsável”, criou a oportunidade para a comercialização de cafés de alta qualidade produzidos de forma sustentável, com prêmios de preço em relação ao mercado de *commodity*. Paralelamente, vários concursos de qualidade surgiram no Brasil como forma de incentivar a produção desses cafés de qualidade (SAES, 2008, p. 110).

Com efeito, a discussão de uma agricultura sustentável, que será feita em seguida, nos remete às contingências de adaptações regionais e locais, isto é, geográficas, que cada vez mais estão associadas aos novos paradigmas da cafeicultura “modernizada”.

Alcançar uma agricultura sustentável, isto é, que esteja imbuída do equilíbrio dos fatores econômicos, sociais e ambientais, é um objetivo relativamente recente na escala de tempo, já que só nas últimas duas décadas, aproximadamente, tem se ampliado a sua aceitação social e científica. E foi só a partir de uma maior demanda por parte da sociedade que muitas empresas fizeram (e têm feito) uma revisão de suas práticas muitas vezes predatórias de produção.

Com efeito, até o início da década de 1990, há o total predomínio do modo de produção da chamada agricultura convencional, amplamente usuária de máquinas e produtos químicos na forma de adubos, agrotóxicos, fungicidas, herbicidas. Um fruto da imbricação, do forte vínculo entre agricultura e indústria, a montante e a jusante, a forma como são estruturados os complexos agroindustriais. Um paradigma de produção dominante e até então visto como único caminho possível a ser trilhado para a segurança alimentar e o progresso da atividade agrícola. Nesse contexto eram poucas as vozes a se levantar contra esta situação, cuja visão hegemônica e sua posterior e inevitável reavaliação é comentada por Khatounian (2001, p. 30):

Para os organismos internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas, a postura predominante até o início dos anos 1970 era a de que toda a contestação ao modelo convencional era improcedente. Contudo, o acúmulo de evidências em contrário foi obrigando a uma mudança na postura oficial. Na sequência de conferências sobre o desenvolvimento e o meio ambiente de 1972, 1982 e 1992, foi-se tornando cada vez mais evidente que tanto o padrão industrial quanto o agrícola precisavam de mudanças urgentes. Ambos haviam se desenvolvido com a premissa do campo ilimitado, mas agora o planeta se mostrava pequeno em face da voracidade no consumo de matérias pela indústria e pela agricultura. A poluição dos ecossistemas havia atingido tais proporções que ameaçava as bases de sustentação da vida. A contaminação das águas doces e dos oceanos, a destruição da camada de ozônio, o comprometimento das cadeias tróficas, os resíduos de agrotóxicos no leite materno e na água das chuvas, as chuvas ácidas, tudo isso infelizmente não eram mais especulações ou alarmismos, mas fatos concretos e fartamente documentados. A agricultura, em particular, tornara-se a maior fonte de poluição difusa do planeta. A situação era claramente insustentável.

Nesse contexto, uma revisão do modelo se fazia necessária, o que não significava, em si, uma total ruptura em relação ao modelo vigente, tão influenciado pelas grandes corporações internacionais com forte poder econômico e influência política. Khatounian (2001, p. 31), um defensor da agricultura orgânica, nos chama a atenção, inclusive, para o fato de que o próprio termo agricultura

sustentável foi criado “[...] como tentativa de conciliar as expectativas sociais de alimento e ambiente saudáveis com os interesses dessas corporações. Por essa razão, o termo [...] comporta muita nebulosidade”. Se por um lado o autor considera a expressão um retrocesso em relação à agricultura orgânica, por outro, vê um avanço por representar “um reconhecimento oficial da inadequação do modelo convencional”.

No caso específico do Brasil, onde na década de 1970 o crescimento da agricultura se vinculava à industrialização e à urbanização, o crédito rural subsidiado pelo Estado era atrelado à adoção de todo um arcabouço instrumental da agricultura convencional: farto estímulo ao uso de fertilizantes, agrotóxicos e insumos químicos em geral. Um modelo caro perseguido pelos grandes produtores individuais e pelas grandes empresas e, em contrapartida, excludente dos pequenos produtores com maior dificuldade de acesso ao crédito. Um modelo, sobretudo, comprometedor do ambiente, socializando suas más consequências para a sociedade como um todo.

Só nas décadas recentes alternativas como associações voltadas para a pequena produção têm ganhado força em algumas regiões representando uma forma de sobrevivência da diversidade no meio rural e, em muitas dessas associações, a visão da administração de uma agricultura realmente sustentável está fortemente presente. Mesmo entre alguns médios e grandes produtores parece crescer a percepção de que a adoção de técnicas poupadoras dos recursos naturais pode trazer uma lucratividade não só a curto, mas também a longo prazo.

O alcance da sustentabilidade no nosso país, porém, ainda encontra vários obstáculos, e lamentavelmente parece estar longe de ser realmente buscado pelo atual modelo agrícola do agro-negócio nacional, mostrando, de fato, a nebulosidade comentada por Khatounian (2001). Ilustra muito bem esse fato a entrevista com Luiz Cláudio Meirelles (2013) presente no portal da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz na Internet intitulada “Agrotóxico é veneno. É sintetizado para pragas, mas pode matar humanos”. Na introdução, a triste constatação:

O uso de agrotóxicos é atualmente um dos mais importantes fatores de risco para a saúde da população e o meio ambiente no Brasil. O país é atualmente o maior consumidor mundial desses produtos. De acordo com dados da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), apesar de o Brasil não ser o maior produtor agrícola do mundo, o crescimento nacional do consumo de agrotóxicos chegou a quase 200% entre 2000 e 2009. As empresas produtoras de agroquímicos no país duplicaram desde 2008 e, nos últimos anos, o crescimento da importação dessas substâncias foi de quase 400%. A matéria continua na entrevista com Luiz Claudio Meirelles, pesquisador daquele instituto. Ele ressalta o fato de o Brasil continuar a permitir a comercialização de agrotóxicos já proibidos em vários países e a pressão política de grandes empresas para fragilizar a legislação brasileira que regula o uso de determinadas substâncias. Quanto ao modelo agrícola vigente - excludente do pequeno agricultor e concentrador de terras - considera a necessidade de fortalecimento das ações que implementem a agroecologia, como políticas de financiamento de projetos nessa área e a ampliação de uma extensão rural que oriente os produtores em alternativas a uma plantação sem o uso de agrotóxicos (MEIRELLES, 2013).

Nesse sentido, se caminhos já foram abertos pela agricultura ecológica no Brasil, eles não têm sido, porém, fáceis de trilhar. A necessidade de manter e ampliar ainda mais essa trajetória, no entanto, se faz fundamental e urgente. Entre outras medidas, é preciso buscar o aprimoramento e o cumprimento da legislação ambiental, favorecer a infra-estrutura e o crédito à produção sustentável (especialmente aos pequenos produtores), estimular a pesquisa e a extensão de práticas

agrícolas realmente sustentáveis. Nesse processo, uma sociedade mais consciente e com maior acesso à informação sobre a importância das questões ambientais tem papel central no sentido de atuar para que prevaleçam os interesses da coletividade por uma melhor qualidade dos alimentos consumidos, fato diretamente relacionado às condições de saúde da população.

A discussão em torno da sustentabilidade da cafeicultura brasileira impõe crescentemente a necessidade de se analisar a distribuição espacial da cafeicultura no Brasil vista aqui a partir de uma abordagem multiescalar que transita do recorte estadual, mesorregional e municipal.

Distribuição espacial dos estabelecimentos produtores de café

Quanto à distribuição espacial, os estabelecimentos produtores de café arábica ou *canephora*¹⁹ concentram-se em grande parte naquelas Unidades da Federação que dispõem, em alguma medida, tanto de fatores naturais favoráveis ao cultivo do grão, como as condições edafoclimáticas adequadas, assim como de fatores ligados à tradição agrícola e ao acesso a incentivos públicos de apoio financeiro e técnico voltados para a produção.

Conforme dados apresentados na Tabela 1, no ano de 2006, destacavam-se quanto à quantidade de estabelecimentos voltados à cafeicultura os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Bahia, Paraná e São Paulo.

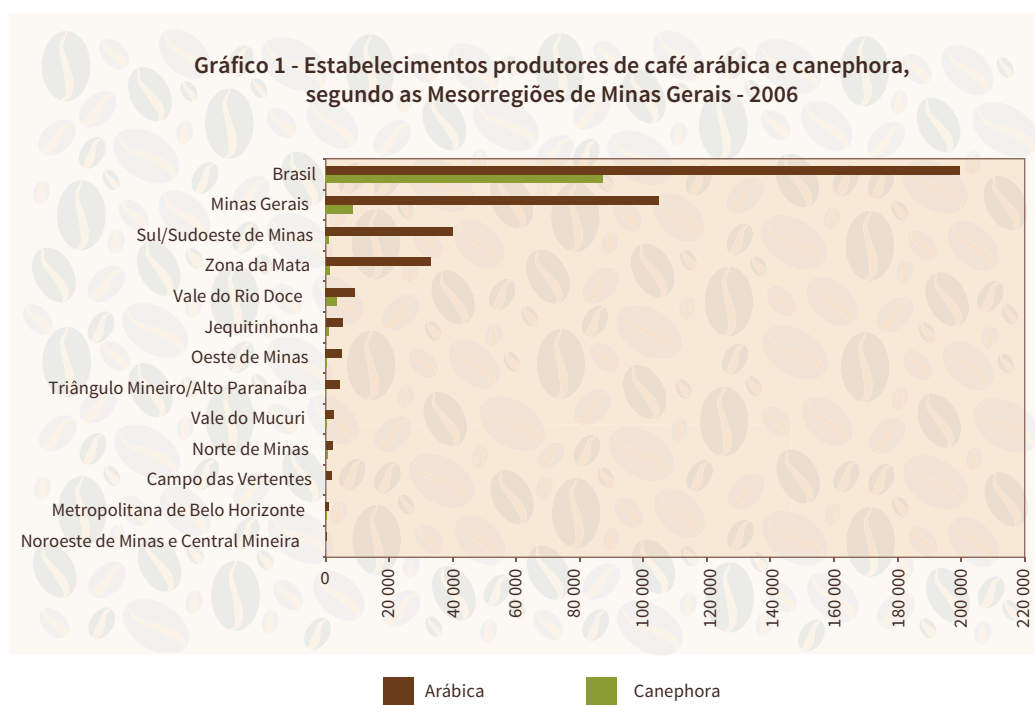
Tabela 1 - Número de estabelecimentos produtores de café arábica e de café *canephora*, segundo as Unidades da Federação - 2006

Unidades da Federação	Estabelecimentos produtores				
	Total	Café arábica		Café <i>canephora</i>	
		Total	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Brasil	286 842	199 492	69,5	87 350	30,5
Minas Gerais	113 427	104 939	52,6	8 488	9,7
Espírito Santo	59 797	24 452	12,3	35 345	40,5
Rondônia	34 717	5 079	2,5	29 638	33,9
Bahia	24 239	21 319	10,7	2 920	3,3
Paraná	23 173	20 488	10,3	2 685	3,1
São Paulo	18 470	16 830	8,4	1 640	1,9
Demais Unidades da Federação	13 019	6 385	3,2	6 634	7,6

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

¹⁹ O Brasil produz duas espécies de café, ou seja, duas espécies de arbustos originários do continente africano que pertencem à família das rubiáceas e ao gênero *Coffea*. São classificadas como *Coffea arábica* e *Coffea canephora*, sendo, esta última, mais comumente identificada pelos nomes de suas variedades Conilon e Robusta. Essas variedades são diferenciações naturais que ocorrem entre indivíduos de uma mesma espécie, identificadas em subdivisões segundo nomes que as distinguem das demais. Como exemplo de variedades de café da espécie arábica, destacam-se os cafés Bourbon, Catuaí, Novo Mundo, que são cultivados nas principais regiões produtoras do País. Ainda de acordo com essa fonte, existem, ainda, as cultivares que são variedades desenvolvidas a partir da seleção humana das características desejáveis presentes no café produzido. Nesse sentido, há um vasto campo de informações sobre espécies, variedades e cultivares, além dos critérios de qualidade do grão, que obedecem a condicionantes que vão desde os mais estritamente naturais como tipo de solo, altitude, insolação, declividade do terreno, até as técnicas de manejo utilizadas no plantio. Finalmente, cabe observar que o café consiste, de forma geral, em *blends* ou ligas resultantes da composição de grãos das diferentes espécies: arábica e *canephora*. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço eletrônico: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=15311>>.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstram que Minas Gerais é o Estado brasileiro que detém o maior número de estabelecimentos cafeicultores do País, em sua maior parte dedicados ao cultivo do café arábica. As unidades produtivas localizam-se, em grande número, nas Mesorregiões Geográficas do Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata mineira e Vale do Rio Doce, como mostra o Gráfico 1.

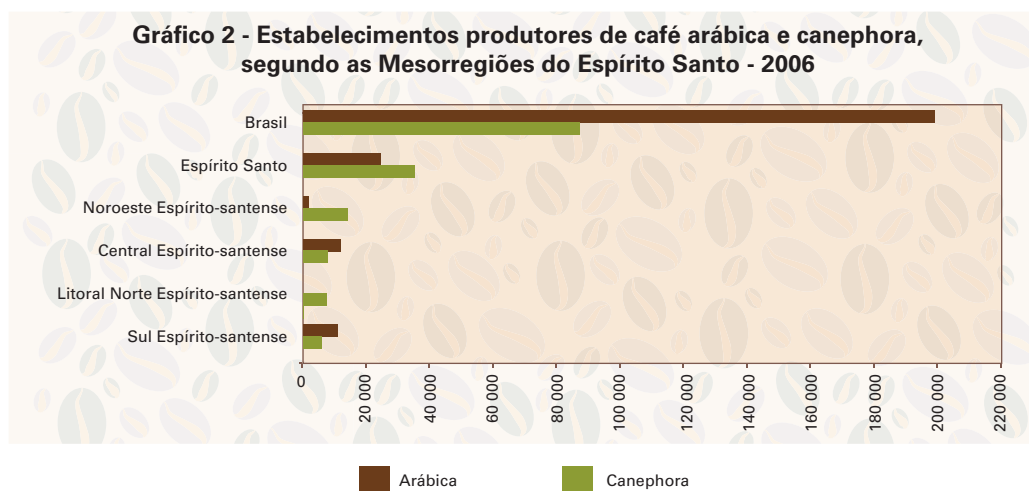


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

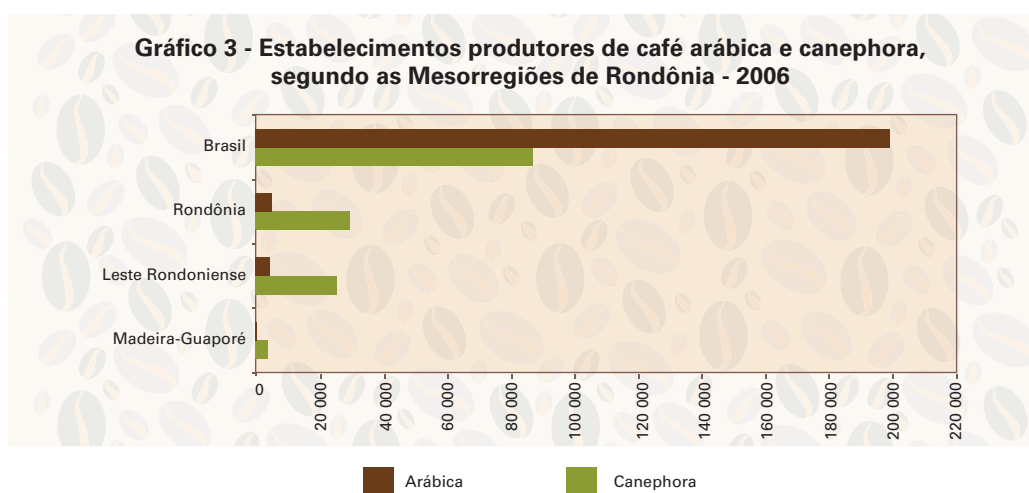
Nas mesorregiões geográficas da Zona da Mata Mineira e do Vale do Rio Doce, os cafezais compõem, em conjunto com aqueles dos municípios do estado vizinho do Espírito Santo, uma extensa área de cultivo. O Espírito Santo é o segundo estado com o maior número de estabelecimentos cafeicultores no País – 59 797 – dos quais 35 345 produzem café canephora e se encontram em maior número na porção norte do estado. O café arábica, por sua vez, é produzido em 24 452 estabelecimentos, localizados, em sua maior parte, na região centro-sul capixaba (Gráfico 2).

Em 2006, duas outras Unidades da Federação também se destacavam no cultivo do café no País: Rondônia e Bahia. Também nestes estados, a cafeicultura avançou a partir da década de 1970, estimulada pelas políticas de incentivos agrícolas então vigentes.

No Estado de Rondônia, os precursores da cafeicultura foram em grande parte produtores oriundos do norte do Estado do Espírito Santo que lá iniciaram a produção familiar do café canephora (BINSZTOK, 2006). No ano de 2006, o Estado de Rondônia ocupava o segundo lugar na produção nacional de café canephora, precedido apenas pelo Espírito Santo. Dos 34 717 estabelecimentos cafeicultores existentes no estado, 29 638 produziam café canephora enquanto 5 079 cultivavam café arábica. Na Mesorregião Geográfica Leste-Rondoniense concentrava-se a quase totalidade do número de unidades produtivas, conforme demonstrado a seguir, no Gráfico 3.



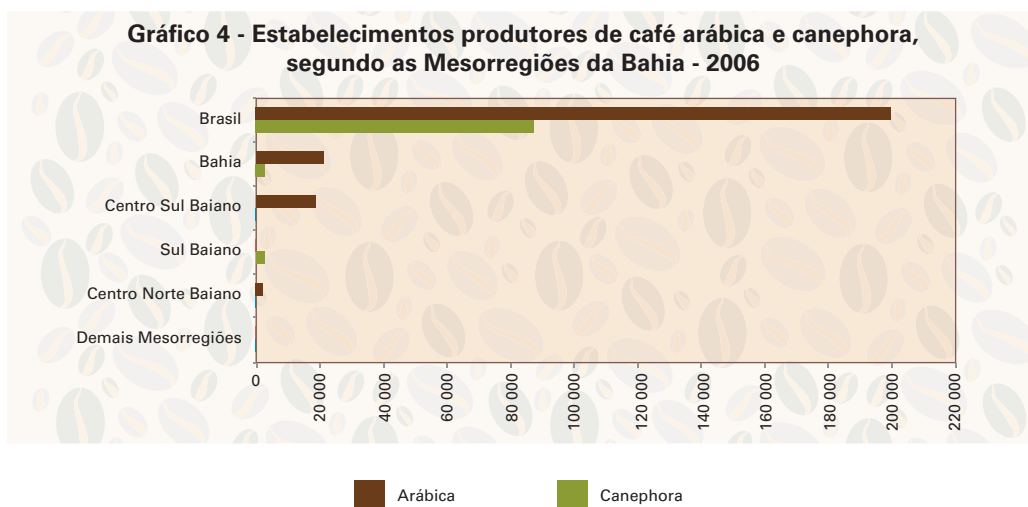
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

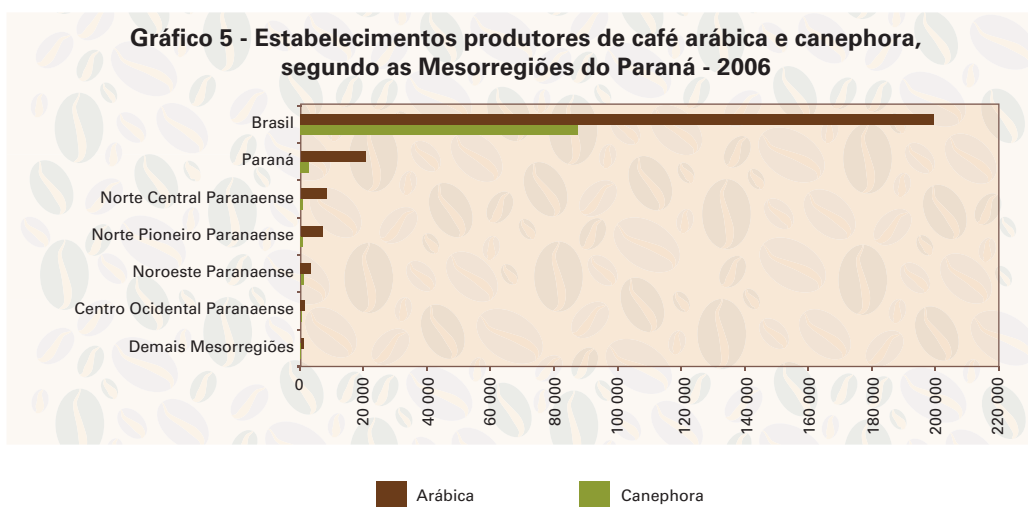
Na Bahia, a cafeicultura se consolidou com a espécie arábica nas Mesorregiões Geográficas Centro Sul Baiano, Centro Norte Baiano e Extremo Oeste Baiano (esta última tendo sido incorporada em tempos mais recentes). Na Mesorregião Geográfica Sul Baiano, o plantio do café canephora se desenvolveu a partir da expansão da produção norte espírito-santense dessa espécie (FERREIRA, 2014).

O Censo Agropecuário 2006 computou 24 239 estabelecimentos cafeicultores no Estado da Bahia, dos quais 21 319 produziam café arábica. A Mesorregião Geográfica Centro Sul Baiano concentrava a quase totalidade dos estabelecimentos que produziam esta espécie de café. Quanto aos produtores de café canephora, seus estabelecimentos localizavam-se, em maior número, na Mesorregião Geográfica Sul Baiano, como pode ser observado no Gráfico 4. Sob o título de “demais mesorregiões” consta o somatório dos números de estabelecimentos produtores das duas espécies de café (71 unidades produtivas ao todo).



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

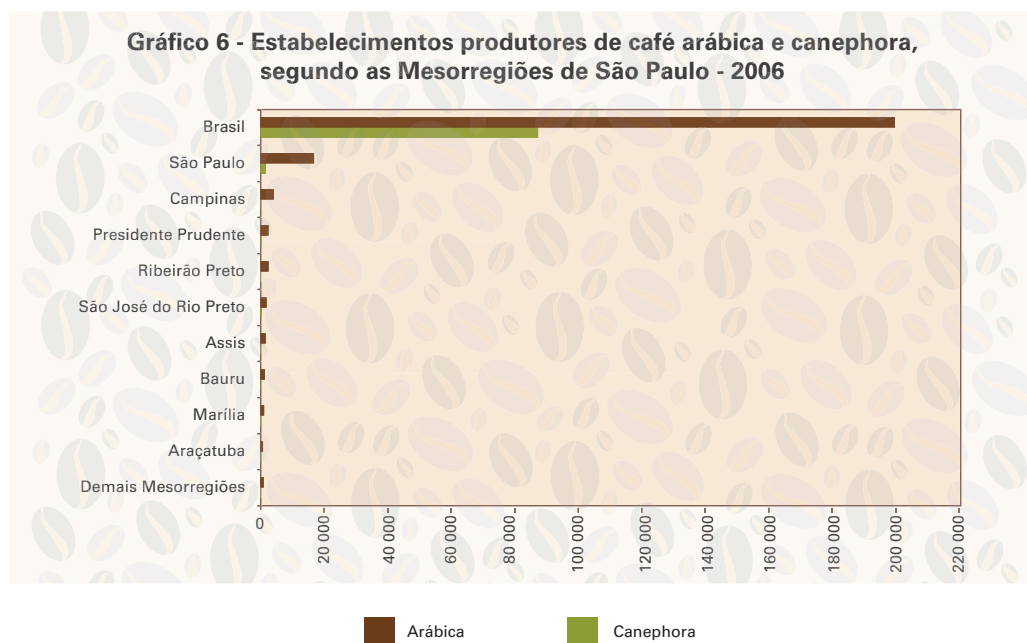
Dos 23 173 estabelecimentos cafeicultores existentes no Estado do Paraná, 20 510 produziam café arábica. Destes, 18 208 localizavam-se no norte paranaense, região historicamente construída a partir da expansão das lavouras paulistas (Gráfico 5).



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

No Estado de São Paulo, o Censo Agropecuário 2006 computou 18 470 unidades produtivas como número total de estabelecimentos cafeicultores no estado. Destes, 16 830 cultivavam a espécie arábica. Nas Mesorregiões Geográficas de Campinas; de Presidente Prudente; e de Ribeirão Preto encontravam-se 9 128 do total de estabelecimentos paulistas que produziam esta espécie de café (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Estabelecimentos produtores de café arábica e canephora, segundo as Mesorregiões de São Paulo - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Quanto ao nível municipal, os quadros a seguir apresentam os municípios brasileiros que, em 2006, concentravam os maiores números de estabelecimentos produtores de cafés das espécies arábica e canephora, nas modalidades de produção familiar e não familiar.

Na escala local, o Quadro 1 revela os municípios com os números mais elevados de estabelecimentos produtores de café arábica (agricultura familiar) no País. Entre esses municípios destacam-se: Manhuaçu (2 815), Barra da Estiva (2 319) e Santa Maria de Jetibá (2 311), localizados, respectivamente, nas Mesorregiões Geográficas da Zona da Mata Mineira (MG); do Centro-Sul Baiano (BA); e da Central Espírito-santense (ES).

Quadro 1 - Número de estabelecimentos produtores de café arábica na agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, as Mesorregiões e os Municípios - 2006

Unidades da Federação	Mesorregiões	Municípios	Número de estabelecimentos
Bahia	Centro-Sul Baiano	Barra da Estiva	2 319
		Ibicoara	1 378
Minas Gerais	Zona da Mata Mineira	Manhuaçu	2 815
		Santa Margarida	1 380
		Ervália	1 343
Espírito Santo	Sul/Sudoeste de Minas	Nova Resende	1 869
		Santa Maria de Jetibá	2 311
	Central Espírito-santense	Domingos Martins	1 829
		Afonso Cláudio	1 433
	Sul Espírito-santense	Muniz Freire	1 488

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O Quadro 2 apresenta os municípios que abrigam os maiores números de estabelecimentos produtores de café arábica (agricultura não familiar), sendo os mais expressivos: Três Pontas (424), Cabo Verde (400) e Campos Gerais (398), todos localizados na Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas (MG).

Quadro 2 - Número de estabelecimentos produtores de café arábica na agricultura não familiar, segundo as Unidades da Federação, as Mesorregiões e os Municípios - 2006

Unidades da Federação	Mesorregiões	Municípios	Número de estabelecimentos
Bahia	Centro-Sul Baiano	Barra do Choça	373
Minas Gerais	Sul/Sudoeste de Minas	Três Pontas	424
		Cabo Verde	400
		Campos Gerais	398
		Manhuaçu	351
	Zona da Mata Mineira	Divino	337
		Santa Margarida	325
	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Patrocínio	354
Espírito Santo	Central Espírito-santense	Santa Maria de Jetibá	300
	Sul Espírito-santense	Iúna	299

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O Quadro 3 apresenta os municípios que reúnem os maiores números de estabelecimentos que se dedicam à produção de café canephora (agricultura familiar). Destacam-se os Municípios de Cacoal (2 213), São Miguel do Guaporé (1 890), Machadinho D'Oeste (1 625) e Nova Brasilândia D'Oeste (1 311), todos pertencentes à Mesorregião Geográfica Leste Rondoniense (RO).

Quadro 3 - Número de estabelecimentos produtores de café canephora na agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, as Mesorregiões e os Municípios - 2006

Unidades da Federação	Mesorregiões	Municípios	Número de estabelecimentos
Rondônia	Leste Rondoniense	Cacoal	2 213
		São Miguel do Guaporé	1 890
		Machadinho D'Oeste	1 625
		Nova Brasilândia D'Oeste	1 311
		Seringueiras	1 154
		Alta Floresta D'Oeste	1 080
		Barra de São Francisco	1 291
Espírito Santo	Noroeste Espírito-santense	Nova Venécia	1 131
		Vila Valério	1 077
	Litoral Norte Espírito-santense	São Mateus	1 232

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Finalmente, observa-se no Quadro 4 que os números mais elevados de estabelecimentos produtores de café canephora no País (agricultura não familiar) estão situados em municípios do Estado do Espírito Santo. Destacam-se os Municípios de Nova Venécia (482) e Colatina (350), na Mesorregião Geográfica Noroeste Espírito-santense e Cachoeiro do Itapemirim (318) e Rio Bananal (303), nas Mesorregiões Geográficas Sul-Espírito-santense e Litoral Norte Espírito-santense, respectivamente.

Quadro 4 - Número de estabelecimentos produtores de café canephora na agricultura não familiar, segundo as Unidades da Federação, as Mesorregiões e os Municípios - 2006

Unidades da Federação	Mesorregiões	Municípios	Número de estabelecimentos
Espírito Santo	Noroeste Espírito-santense	Nova Venécia	482
		Colatina	350
		Vila Valério	290
		São Gabriel da Palha	289
		Vila Pavão	252
		Barra de São Francisco	248
	Sul Espírito-santense	Cachoeiro de Itapemirim	318
		Castelo	283
	Litoral Norte Espírito-santense	Rio Bananal	303
		Linhares	291

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Os estados, macrorregiões geográficas e municípios brasileiros que se destacam na dinâmica territorial da cafeicultura brasileira na contemporaneidade permitem o avanço na análise das geografias traçadas pela produção familiar e não familiar do café arábica e canephora, feita a seguir.

Espacialidade da quantidade produzida do café arábica e canephora, familiar e não familiar

Tendo sua espacialidade condicionada seja pelos atributos naturais²⁰, seja pelos processos socioeconômicos e contingências políticas que influenciam as escolhas locais das formas de apropriação e uso do território brasileiro e, em especial, de seu espaço rural, a espacialidade da produção cafeeira no Brasil está, em grande parte, associada às duas espécies dominantes no território brasileiro e às características decorrentes da produção familiar e não familiar de condução dessa atividade, o que confere uma geografia própria a cada um desses segmentos da cafeicultura no País.

Produção familiar e não familiar do café arábica

Nessa perspectiva, a variável quantidade produzida respaldou a elaboração do mapeamento que irá auxiliar na análise da distribuição espacial da produção da lavoura do café arábica. Portanto, o volume de produção gerado nessa cultura serve como norteador da territorialidade da lavoura de café.

Assim, segundo a ótica do valor total da quantidade produzida do café arábica, cerca de 1 949 695 toneladas, 66,0% são atribuídos à agricultura não familiar enquanto 34,0% à agricultura familiar, evidenciando, desta maneira, uma forte assimetria entre as diferentes produções. Do ponto de vista do conjunto das Unidades da Federação, em termos de quantidade produzida do café arábica, Minas Gerais concentra 65,0% da produção do País, sucedidas por São Paulo (14,0%), Paraná (8,0%), Espírito Santo (6,0%) e Bahia (6,0%). O grupo dessas Unidades da Federação totalizam 99,0% da produção nacional.

²⁰ Em relação aos condicionantes naturais, as cultivares de café arábica disponíveis atualmente são adaptadas às regiões de altitudes elevadas e temperaturas amenas, com médias anuais entre 18° a 23°C, ao contrário do que ocorre na Amazônia Ocidental, onde são verificadas baixas altitudes e temperaturas médias elevadas, em torno de 25° a 27°C, durante todo o ano (SILVA, 2015).

Nesse contexto, o conjunto de mapas apresentado tem o objetivo de traçar, de forma mais acurada, as geografias diferenciadas da produção familiar e não familiar do café arábica (Mapas 11 e 12).

O Mapa 11, relativo ao segmento produção familiar do café arábica no território brasileiro, permite uma abordagem geográfica contextualizada, no plano nacional, enquanto a Figura 1 identifica os 10 principais municípios produtores que, em seu conjunto, representam 12,0% da quantidade produzida de café arábica familiar no País.

Segundo a Figura 1 em 2006 destacavam-se, em ordem decrescentes, na produção familiar do café arábica os Municípios de Manhuaçu (MG); Nova Resende (MG); Andradas (MG); Campos Gerais (MG); Campestre (MG); Poço Fundo (MG); Caconde (SP); Domingos Martins (ES); Ibiraci (MG); e Patrocínio (MG).

Em termos da concentração espacial, chama atenção o Estado de Minas Gerais, que possui oito entre os 10 municípios elencados, localizados em diferentes regiões do estado, aí se destacando a Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas. A hegemonia dessa mesorregião geográfica pode ser constatada, segundo o Censo Agropecuário 2006, pela participação de 30,0% no total nacional e de 51,0% no total estadual no que se refere à quantidade da produção familiar de café arábica.

Numa sucinta descrição da ocupação da Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas; Vale, Calderaro e Fagundes (2014) apontam que a atividade cafeicultura

[...] se deu a partir do cultivo do café no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, no início século XIX, que marca sua primeira fase [...] O segundo período de expansão começou no final do século XIX e ocorre por conta do deslocamento da cafeicultura do Oeste Paulista. Foi essa fase que permitiu o grande desenvolvimento da cafeicultura na região, fazendo dessa mercadoria uma das suas principais atividades econômicas. O terceiro período, datado a partir de meados da década de 1970, coincide com o da expansão do meio técnico-científico-informacional para o meio rural e corresponde à formação do “moderno” circuito espacial produtivo do café (VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2014, p. 7).

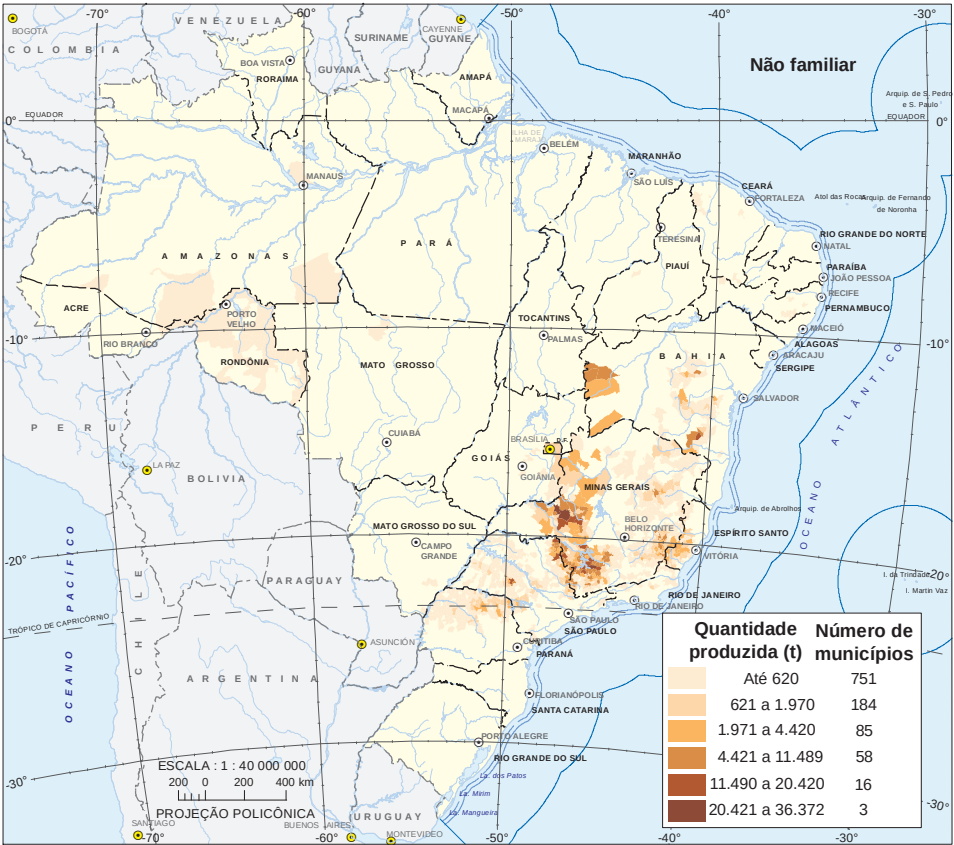
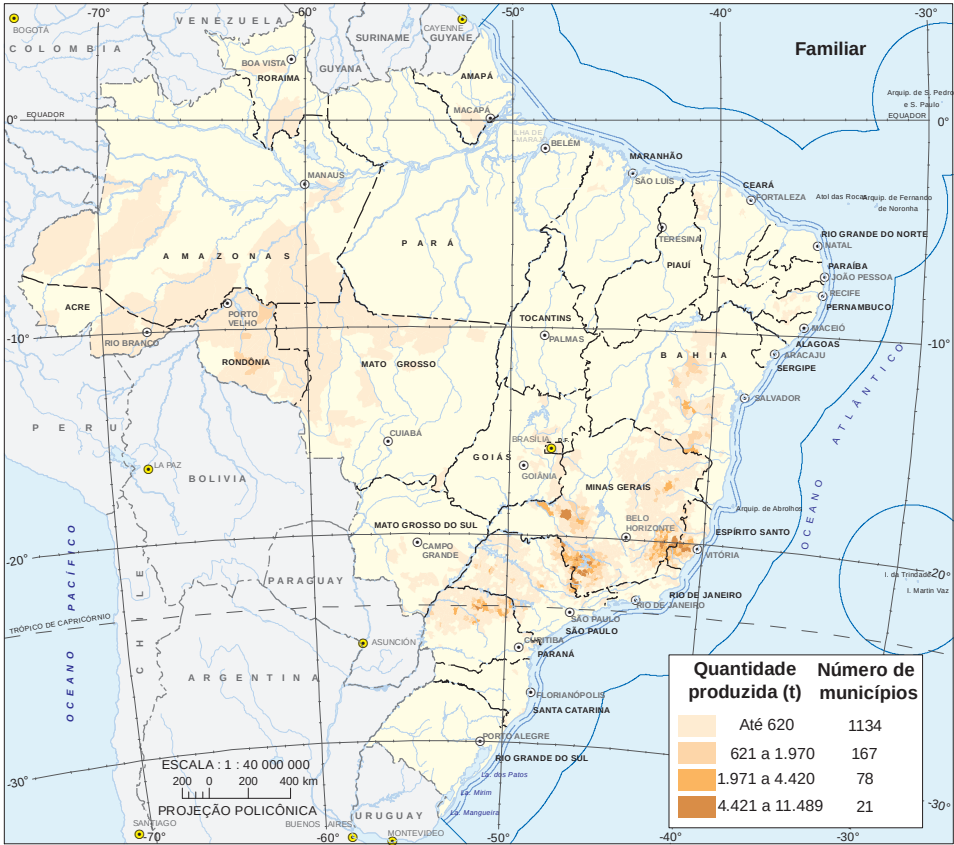
Neste último período, como um dos principais agentes estruturantes da produção de café, citam-se as cooperativas. Neste contexto, fato relevante no histórico do sul/sudoeste mineiro é a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda - COOXUPÉ, pois no período de desregulamentação (SOUZA; BIALOSKORSKI NETO, 2004, p. 4) do mercado do café assumiu “um pioneirismo que possibilitou capacitá-la com recursos únicos para iniciar a comercialização direta do café com os consumidores internacionais”. (SAES, 2008, p. 109) e assim iniciar uma longa trajetória.

A COOXUPÉ divulga em seu *site* possuir mais de 12 mil cooperados – 84,0% deles pequenos produtores que vivem da agricultura familiar – recebendo café produzido em mais de 200 municípios de sua área de ação, localizados nas regiões do Sul de Minas Gerais, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo, no Estado de São Paulo (COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ, 2016).

Em trabalho de campo ao Município de Guaxupé²¹ (Apêndice 1), foi realizada uma visita e entrevista na COOXUPÉ na qual se observou a complexidade de suas instalações enquanto reflexo de sua própria participação na economia e no mercado do café em âmbito regional, nacional e global.

²¹ O Trabalho de campo citado ao longo do texto, realizado pela Coordenação de Geografia do IBGE, em 2015, não foi publicado, mas está armazenado nesta Coordenação. Uma síntese do trabalho está no Apêndice 1, desta publicação.

Mapa 11 e 12 - Quantidade produzida de café arábica - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Figura 1 - Principais municípios produtores de café arábica familiar - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A visita ao complexo da Cooxupé possibilitou a observação de sua planta industrial de torrefação, do processo automatizado de rebeneficiamento, além da grande dimensão de seus armazéns gerais e de uma unidade exclusiva de armazenagem para a empresa Starbucks²². Nessa ocasião, estavam montados diversos *stands* de uma grande feira de agronegócio²³ realizada, em dias anteriores, próximo à unidade do Complexo do Japy.

A Cooxupé vem, ao longo dos anos, ampliando o mercado no segmento de cafés especiais e certificados e no de cosméticos. Além disso, ela realiza operações na BM&FBovespa, sendo membro do conselho da bolsa de valores, operando em Nova York e em outros mercados internacionais de *commodities*.

Com efeito, no decorrer dos anos, foi crescente e transformadora a importância dessa cooperativa para seu município-sede, alavancando Guaxupé (MG), como sede da cooperativa, a ter papel

²² Starbucks é uma empresa multinacional que possui a maior cadeia de cafeterias do mundo.

²³ Feira de Máquinas Implementos e Insumos Agrícolas - FEMAGRI, realizada em março de 2015 no Município de Guaxupé (MG).

central na gestão territorial de 27 municípios onde se localizam unidades locais da cooperativa, além dos 200 municípios de sua área de atuação.

Nesse contexto, a cidade de Santos (SP), como porto exportador e como lugar do escritório da cooperativa e a unidade do Complexo do Japy encravada em seu território, constituem também expressão concreta da densa rede territorial articulada pela CooxupÉ a partir do sul/sudoeste mineiro.

No transcorrer do trabalho de campo (Apêndice 1), observou-se a importância crescente na adoção de certificações *fair trade*²⁴ e da produção de orgânicos certificados por parte da agricultura familiar. Dentre as experiências citadas está a do Município de Poço Fundo, listado entre os 10 principais produtores do sul/sudoeste de Minas Gerais.

Segundo a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região - COOPFAM²⁵, em seu *site* oficial, as certificações asseguram o cumprimento de requisitos e normas legais de compromisso com a sustentabilidade socioambiental. No que concerne à produção no campo, deve respeitar as normas trabalhistas, a rastreabilidade dos lotes comercializados e a justiça comercial. A COOPFAM possui certificação de produção orgânica BCS Oko-Garantie²⁶ para os mercados brasileiro, americano, europeu e japonês, bem como o certificado de comércio justo, além do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar - SIPAF²⁷ (COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO E REGIÃO, 2013). Numa demonstração que os processos de certificação para cafés avançam em todo o mundo, não apenas como diferencial, mas principalmente, como exigência do mercado.

Outro exemplo de cooperativa de grande importância regional constitui a Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde - COCARIVE sediada no Município mineiro de Carmo de Minas Gerais. A singularidade dessa cooperativa é que sua origem tem um grande apelo territorial, uma vez que sua formação, segundo descrito em seu *site* oficial, objetivava transformar a cafeicultura local em pólo de referência, tanto pela produtividade, quanto pela excelência na produção de cafés de alta qualidade, promovendo assim o desenvolvimento da região²⁸.

Além disso, a COCARIVE valoriza sua identidade geográfica ao promover o sítio geográfico nas encostas da Serra da Mantiqueira, próximo às nascentes do Rio Verde, o que lhe confere, segundo *marketing* promocional, uma exuberância devido a terras muito férteis e excelente clima de características amenas que vem consagrando essa área como das principais produtoras de cafés finos no País (COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO VALE DO RIO VERDE, 2014).

²⁴ O *fair trade*, conhecido no Brasil como comércio justo, é uma modalidade que busca o estabelecimento de preços justos, bem como de padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas, nas quais atuam a pequena produção familiar. O certificado *fair trade* surgiu no final dos anos 1990, na Alemanha com a Fair Trade Labelling Organizations International - FLO. Visando a contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável, a FLO é uma organização em busca de maior equidade no comércio internacional, por meio da garantia dos direitos dos produtores e trabalhadores marginalizados dos países subdesenvolvidos.

²⁵ A COOPFAM foi fundada em 2003. Hoje conta com a participação de sócios espalhados em aproximadamente 20 municípios do sul do Estado de Minas Gerais.

²⁶ Certificadora alemã BCS Oko-Garantie, que assegura a boa procedência e a rastreabilidade do café.

²⁷ O SIPAF surge como uma importante ferramenta, criada pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário, para identificar os produtos oriundos desse setor.

²⁸ Região composta pelos municípios mineiros: Carmo de Minas Gerais - Sede, Baependi, Cachoeira de Minas Gerais, Cambuquira, Campanha, Caxambu, Conceição das Pedras, Conceição do Rio Verde, Cristina, Dom Viçoso, Heliódora, Itanhandu, Jesuânia, Lambari, Olímpio Noronha, Pedralva, Pouso Alto, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São Lourenço, Soledade de Minas Gerais, Virgínia.

Outra especificidade dessa área é a Indicação de Procedência²⁹ com a marca Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais. É significativo que a produção familiar dessa área tem se destacado em vários concursos da premiação internacional Cup of Excellence^{TM30} os quais dão visibilidade mundial à produção brasileira de café especial, através da venda de seus lotes para prestigiosas marcas e cafeterias internacionais.

A produção familiar no Estado de Minas Gerais também pode ser observada na área identificada como cerrado mineiro onde o Município de Patrocínio, além de se destacar pelo ritmo intenso na produção empresarial, possui também, segundo dados censitários, participação importante na produção familiar. Nesse sentido, Patrocínio está entre os 10 mais influentes municípios da produção familiar do café arábica em todo o País.

Vale, Calderaro e Fagundes (2014) afirmam que os primeiros cafeicultores que se instalaram na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba³¹,

sobretudo nos Municípios de Araguari e Patrocínio os quais mais tarde tornaram-se polos de dispersão do café pelo cerrado mineiro. Eram cafeicultores de origem alemã, oriundos do Paraná, que migraram em busca principalmente de terras com preços mais acessíveis e de condições climáticas favoráveis livres de geadas. (VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2014, p. 11)

A conjunção das oportunidades de oferta de terras, políticas de governo para ocupação agrícola do cerrado e de um complexo de técnicas e tecnologias que superaram as limitações edáficas, contribuíram para tornar, em pouco tempo, o cerrado de Minas Gerais em outro ponto geográfico de importância na produção cafeeira desse estado.

Em termos de quantidade produzida, a produção familiar da Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba não possui a mesma grandeza, comparativamente, da produção familiar da Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas. Com efeito, segundo dados censitários, a participação do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba alcança somente 4,0% da produção nacional de café e 7,0% em termos estaduais, considerados os valores totais da produção familiar.

Tal efeito estatístico pode ser resultado do que aponta Vale, Calderaro e Fagundes (2014, p. 14) como:

²⁹ No Brasil, o termo indicações geográficas foi introduzido por ocasião da promulgação da Lei da Propriedade Industrial (Lei n. 9.279 de 14.05.1996) que considera indicação geográfica a indicação de procedência e a denominação de origem, dando ao Instituto Nacional de Produção Industrial - INPI a competência para estabelecer as condições de registro das indicações geográficas no Brasil. Sendo que a indicação de procedência refere-se ao nome do local que se tornou conhecido por produzir, extrair ou fabricar determinado produto ou prestar determinado serviço e a denominação de origem refere-se ao nome do local, que passou a designar produtos ou serviços, cujas qualidades ou características podem ser atribuídas a sua origem geográfica.

³⁰ O concurso Cup of ExcellenceTM foi iniciado por um grupo de conhecedores de café juntamente com o suporte de entidades do governo e Organizações Não Governamentais (ONGs), com o objetivo de recompensar os produtores por seus esforços e trabalho. A Associação Brasileira de Cafés Especiais (Brazil Specialty Coffee Association - BSCA), realiza este concurso desde o ano 2000, e hoje conta com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Agência de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil e da Alliance for Coffee Excellence - ACE. Um café vencedor do prêmio Cup of ExcellenceTM é o escolhido por um grupo de provadores internacionais como um dos melhores cafés daquele país durante aquele ano.

³¹ Segundo a divisão regional do Brasil em mesorregião geográfica e microrregião geográfica, do IBGE (DIVISÃO..., 1989), a Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é formada pelas Microrregiões Geográficas de Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas Gerais, Frutal, Uberaba e Araxá.

A ausência de um grande número de pequenas e médias propriedades no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba [...] fruto de uma política agrícola “modernizadora e conservadora” que buscava expansão e aumento contínuo da área cultivada e da produtividade através da inserção de métodos modernos e alta tecnologia no campo que excluiu os pequenos e médios produtores deste processo.

Entretanto, cabe observar que, a produção familiar existente no cerrado mineiro traz consigo profunda singularidade. Em estudo recente, Souza Júnior (2011, p. 97) verifica que:

[...] as unidades de produção paranaenses organizam-se, em geral, a partir de uma complexa articulação entre café e hortaliças. De acordo com esse autor, ainda que o café seja sempre o produto principal, as hortaliças têm desempenhado papel essencial nas unidades de produção, respondendo pela iniciação dos filhos homens na atividade produtiva, pela manutenção das sociedades entre pais e filhos e pelo consumo cotidiano das unidades domésticas “filiais” vinculadas à unidade de produção familiar, com a consequente liberação do capital obtido com o café para a aquisição de novas áreas, escrituradas em nome dos filhos. Em suma, as hortaliças têm viabilizado um modelo de organização do trabalho familiar que atua significativamente, em muitas unidades de produção do município, na manutenção dos filhos na atividade agrícola.

Ainda no Estado de Minas Gerais, a Mesorregião Geográfica da Zona da Mata sobressai em importância na produção do café arábica familiar. Em termos de participação relativa, credita-se à esta mesorregião geográfica 15,0% no total nacional e 26,0% no total estadual. Seu principal município produtor é Manhuaçu, representando 20,0% no total da microrregião geográfica que leva seu nome, além de ser o principal produtor nacional de café arábica familiar, considerando o resultado do Censo Agropecuário 2006.

Valverde (1958, p. 32) aponta, em trabalho clássico sobre a Zona da Mata, que a marcha do povoamento com base na cultura do café prosseguiu para o nordeste da Zona da Mata, induzindo, na segunda década do Século XX, a expansão da ferrovia desde o Município de Carangola até Manhuaçu, aonde chegou ao fim de 1915. O autor afirma que quando se realizou o primeiro censo agrícola no Brasil, em 1920, eram Manhuaçu e Carangola os dois principais municípios cafeeiros do Estado de Minas Gerais.

Neste sentido, se de um lado o Município de Manhuaçu registra importante participação histórica na cafeicultura mineira, por outro, o esforço de adentrar no mercado de cafés especiais se anuncia como recente. Assim, a partir do ano de 2010 foram feitos esforços por um grupo de instituições com essa finalidade, existindo atualmente duas certificações de natureza local que abrangem a Zona da Mata: Certifica Minas Gerais Café e Região das Matas de Minas Gerais.

Se no início do Século XX a chegada da ferrovia representou a confirmação de Manhuaçu, como grande produtor de café, na atualidade o conhecimento traduzido em qualidade do café, identidade da região, governança e mercado é o que, segundo lideranças da cafeicultura local, vai garantir um café de qualidade com aceitação nacional e internacional.

De menor impacto na quantidade produzida está a Mesorregião Geográfica do Jequitinhonha, onde o Município de Novo Cruzeiro acompanhado do Município de Capelinha detém importância local no nordeste do Estado de Minas Gerais. A produção cafeeira nesta área foi implementada a partir da década de 1970, pelo Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais - PRRC.

A cidade de Capelinha, sede da microrregião geográfica do mesmo nome, é um ponto focal para eventos, como cursos e seminários, ligados à difusão de conhecimento sobre a lavoura do café. Desta maneira, percebe-se, em quatro áreas distintas, que o estado mineiro detém parte significativa da atividade agrícola do café arábica oriundo da produção familiar.

É possível também observar que o padrão espacial da produção do café arábica familiar inclui extensas áreas fora do território mineiro, como ocorre com o prolongamento da produção do arábica familiar que se alonga de forma contínua da Zona da Mata mineira em direção ao Estado do Espírito Santo.

Com efeito, de acordo com Caliman (2012, p. 42):

[...] a introdução do café no Espírito Santo se deu a partir das fronteiras com o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, como forma de expansão do seu cultivo. O regime de produção ainda se dava através da utilização da mão-de-obra escrava, que perdurou até a abolição da escravatura, já no final da década de oitenta do século XIX. Inicialmente ocupando a região sul do Estado, a economia cafeeira prosperou atrelada fortemente ao Rio de Janeiro, para onde escoava toda a produção.

Ainda segundo esse autor, no período subsequente, após a abolição, ocorreu a “substituição por um modelo baseado na pequena propriedade, sobretudo, a familiar. Passou-se rapidamente de um regime escravista e de grandes propriedades para um regime de produção autônoma e baseada na pequena propriedade”. No entanto, o que caracterizou a mudança “foi exatamente a ausência de dinamismo e poder de transformação. De meados do Século XIX até a década de 50 do Século XX, nada aconteceu de extraordinário em todo o território capixaba, mas o café subsistiu, ou resistiu, sem evoluir” (CALIMAN, 2012, p. 44).

Sob essa característica, a cafeicultura configurou-se no principal suporte econômico do Estado do Espírito Santo. Essa lavoura garantiu mesmo como economia de subsistência sua expansão geográfica para praticamente todo estado capixaba. Após a década de 1960, ela sofre, contudo, uma forte retração espacial e fica “contida” nas áreas montanhosas do Espírito Santo. Ao tempo que o café *canephora* responderá ao desafio de uma nova estratégia econômica com enorme repercussão na dinâmica econômica e territorial do estado, como será visto posteriormente.

Do Estado de Minas Gerais o café arábica familiar se espraia também pelas terras altas do sertão baiano, em área compatível com as unidades morfológicas do Planalto Sul Baiano e da Chapada Diamantina. Cabe lembrar que a história recente do café no Estado da Bahia pode ser remetida também à década de 1970 e ao PRRC. No início do processo em áreas baianas, o café foi plantado no Planalto da Conquista e com o passar dos anos se estendeu para Chapada Diamantina formando uma vasta área nas terras altas do sertão baiano.

Como pode ser observada, a faixa que se alonga no sentido norte-sul no território baiano, apresenta valores mais baixos quanto à quantidade produzida de café no contexto nacional. Porém, é importante ressaltar que alguns produtores de café arábica nesse estado têm seguido a tendência de produção de cafés especiais, uma vez que as terras altas baianas se destacam em concursos³² de qualidade, com as marcas locais ganhando, inclusive, notoriedade internacional. Igualmente, a

³² O concurso de 2014, da Associação Brasileira de Cafés Especiais (Brazil Specialty Coffee Association - BSCA), foi vencido por um produtor de café arábica da Chapada Diamantina, do Município de Piatã (BA).

produção do café arábica em microlotes³³, como tendência atualmente em voga, pode ser encontrada na busca pelo reconhecimento desse território na geografia dos cafés especiais.

Neste sentido, é muito comum ao acessar um *site* sobre a produção do café arábica, quer em relação ao *e-commerce* de uma torrefadora local, quer acerca de uma cooperativa/associação, observar as referências sobre as belas paisagens da Chapada Diamantina. Assim, existe uma forte combinação entre os cafés especiais e a beleza cênica da chapada baiana, a exemplo da Serra da Mantiqueira, na Região Sudeste do País.

No restante da Região Nordeste, o Mapa 11 revela uma produção familiar de arábica de pouca expressão, em termos de volume produzido. Entretanto, a localização do café arábica nordestino chama atenção para uma especificidade regional, uma vez que nos microclimas serranos dos Estados de Pernambuco e do Ceará torna-se necessário, como manejo de produção, sombrear os pés de cafés e protegê-los da forte insolação. Nesse contexto, é possível encontrar na Região Nordeste um sistema agroflorestal de produção em lotes muito reduzidos.

Dando sequência, no mapeamento realizado a produção localizada na Região Sudeste surge com alguma nitidez. Outrora principal núcleo de produção de café arábica no País, na atualidade, o Estado do Paraná se sobressai com o cultivo de cafés especiais. No Norte Pioneiro, a partir de 2006, foi implantado o projeto de cafés especiais que teve como principal desafio mudar o conceito da produção e focar no cultivo de cafés diferenciados, de qualidade e certificados, para abrir novos mercados. Essa iniciativa dotou essa região com a Indicação de Procedência, em 2012, um selo distintivo da origem conhecido como Norte Pioneiro do Paraná.

A partir dessa visão geral, é oportuno afirmar que no futuro, novas informações censitárias poderão avaliar o ritmo de crescimento da produção familiar além das transformações ocorridas no período intercensitário e mesmo sua sustentabilidade econômica, social, e, principalmente, sua geografia.

No Mapa 12, os dados censitários apontam que a quantidade produzida de café arábica não familiar reúne no Estado de Minas Gerais os 10 principais municípios produtores, ressaltados na Figura 2. Em áreas do cerrado mineiro estão os Municípios de Patrocínio; Monte Carmelo; Rio Paranaíba; e Serra do Salitre e na Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas encontram-se os Municípios de Três Pontas; Alfenas; Machado; Campos Gerais; São Sebastião do Paraíso e Carmo da Cachoeira e correspondem 17,0% do total nacional de quantidade produzida de café arábica não familiar.

No grupo da produção não familiar, o Município de Patrocínio revela em seu território marca contemporânea da lavoura cafeeira. Como observa Pereira (2014, p. 245):

É Patrocínio que sedia um conjunto de agentes políticos fundamentais à organização da produção (Federação dos Cafeicultores, Expocaccer³⁴ e associações das mais atuantes), além de um conjunto bastante expressivo de agentes (locais e externos) que oportunizam o necessário consumo produtivo do campo moderno. Tal situação confere ao município de Patrocínio a condição de cidade do campo moderno.

³³ Os microlotes surgem no mercado, de tempos em tempos, em pequenas cafeterias ou entre finalistas de concursos de qualidade como ofertas de cafés especialíssimos. Todo o esforço para produzir o melhor café, que inclui uma boa variedade, bom *terroir* e bom manejo, acaba concentrando em poucos pés de cafés, que rendem sacas contadas. Esta é uma tendência do mercado cafeeiro. São cafés únicos, com alto potencial sensorial, valorizando o trabalho do produtor e atendendo a uma demanda de cafeterias.

³⁴ Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado - EXPOCACER tem sua sede na cidade de Patrocínio (MG).

Figura 2 - Principais municípios produtores de café arábica não familiar - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Pois é reconhecido como centro estratégico de gestão do agronegócio do café no cerrado mineiro (PEREIRA, 2014, p. 243). Fato notório é que em dezembro de 2013, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, com sede em Patrocínio, conseguiu que a Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro obtivesse registro.

Acompanhando a geografia revelada pelo Mapa 12, observa-se a partir do Município de Patrocínio (MG), enquanto ponto de referência da produção não familiar, uma nítida contiguidade espacial estabelecida com regiões do cerrado mineiro que seguem para norte em direção ao Distrito Federal e ao Município de Cristalina (GO) e, no território mineiro, em direção aos Municípios de Unaí, Paracatu, Buritizeiro entre outros³⁵.

Além desse espaço contíguo, deve-se considerar, também, o prolongamento dessa mancha em direção aos Municípios de Cocos, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras no cerrado baiano.

³⁵ Cabe observar que todo esse segmento de importância para a produção cafeeira tem sua contiguidade espacial confirmada pelas imagens do Google Earth, nas quais é visível uma extensa área coberta pelas circunferências dos pivôs centrais.

Finalmente, de Patrocínio estende-se, ao sul, em direção aos Municípios da Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas e, transpassando a fronteira do Estado de São Paulo, agregam-se as Mesorregiões Geográficas de Ribeirão Preto e Campinas, em trechos conhecidos como Região Mogiana Paulista.

A formação dessa vasta malha produtiva da cafeicultura é a soma da implantação de uma rede de fixos, como armazéns, dotando, as regiões cafeeiras e, em especial a da Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas não apenas de grande capacidade armazenadora como de automatização da atividade de rebeneficiamento. Nesse contexto, existe em torno da cafeicultura uma complexidade de centros de pesquisa, comandado pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, conhecido como Consórcio Pesquisa Café³⁶, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, além da disseminação de espaços físicos como os recintos de exportação e porto seco, dos eixos rodoviários conectados, como a BR-491/BR-381³⁷ e das cooperativas com gestão corporativa, com capacidade inclusive de fecharem parcerias internacionais; empresas de consultorias e as atividades industriais de torrefação e moagem.

A complexidade da malha territorial que gravita em torno da cadeia do café inclui ainda fluxos de informação, conhecimento, certificações, mercadorias, pessoas, interesses globais e interesses locais. Além disso, não se deve esquecer a natureza, sobre a qual o café “submete seus caprichos”.

Em visita ao Município de Alfenas, situado na Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas, observou-se a presença relevante de armazéns gerais de grande porte ao longo da BR-491. Grandes grupos econômicos internacionais assinam presença nesse município contando com unidades do chamado rebeneficiamento³⁸ automatizado do café no momento em que esse processo se torna difundido nas usinas dos modernos armazéns gerais para seleção e exportação do café *commodity*.

Em visita a uma unidade de armazenagem no sul/sudoeste mineiro (Apêndice 1), que é uma empresa de capital asiático, foi observada a ocorrência de um carregamento de café em contêiner, fazendo com que ele siga lacrado até o porto de Santos, com toda a documentação para sua exportação liberada na própria empresa, isto é, em uma empresa localizada no município interiorano de Alfenas, o que acelera e encurta o tempo de transbordo dessa *commodity* rumo ao mercado externo.

Com efeito, esse município é dotado de grandes empresas e instalações, servindo de sede a um importante grupo empresarial que possui inúmeras fazendas de café, aí incluída a primeira delas fundada em Alfenas, no final da década de 1960. Em 1986, esse grupo atingiu 3 000 hectares plantados com café, agora, com essa produção espacialmente distribuída por diversos municípios.

Na ocasião da visita de campo (Apêndice 1), ao se adentrar a propriedade constatou-se de imediato a natureza internacional desse empreendimento através de placas indicativas em diversos idiomas, o que foi confirmado na entrevista realizada no local e, posteriormente, em consulta ao *site* da empresa. Nesse sentido, a partir da década de 1990, a empresa passou a vincular-se a diversas

³⁶ Para informações mais detalhadas sobre o assunto, consultar o *site* do Consórcio no endereço: <<http://www.consorciopesquisacafe.com.br/>>.

³⁷ A BR-491 começa em São Sebastião do Paraíso passa por Guaxupé, Alfenas, Elói Mendes e Varginha, todos são municípios mineiros, e termina na BR-381 (Rodovia Fernão Dias). Toma-se como evidente a relação direta desses eixos, uma vez que a Fernão Dias é rota para o porto do Município de Santos.

³⁸ O rebeneficiamento do café pode ser dividido da seguinte forma de atividades automatizadas: separação por peneiras, ventilação e catação eletrônica.

firmas internacionais, como supermercados e cafeterias, incorporando e ampliando sua participação no mercado de cafés especiais e em concursos voltados à melhoria da qualidade do produto.

Na escala macrorregional, através do mapeamento elaborado, é possível observar que, nas Regiões Sul e Sudeste, a participação, respectiva, dos Estados do Paraná e de São Paulo é atualmente pouco expressiva do ponto de vista do volume produzido. Cabe observar que a região reconhecida como Mogiana Paulista, que faz divisa com a Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas, apresenta na atualidade um vigor renovado da cafeicultura. Nesse contexto, é relevante o fato de que um trecho da Alta Mogiana (SP)³⁹ tenha efetivado, em 2013, o registro de Indicação de Procedência, sob o rótulo de Alta Mogiana.

Dos cinco principais municípios produtores de café do Estado de São Paulo, quatro estão localizados na Alta Mogiana: Caconde, Pedregulho, Altinópolis e Franca. Nessa região, o Município de São João da Boa Vista (SP) destaca-se também ao sediar uma importante exportadora de café que, junto com sua unidade armazenadora com rebeneficiamento automatizado e suas seis grandes fazendas localizadas nos Municípios mineiros de Campo do Meio, Paraguaçu, Alfenas e Campos Gerais, na Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas Gerais e da Garça (SP), alcança um relevante papel empresarial. O Município de Espírito Santo do Pinhal, sede da tradicional Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Pinhal - COOPINHAL, destaca-se, também, pela presença de indústria de base produtora de maquinário voltada para o complexo cafeeiro.

Outros casos podem ser citados para contextualizar o processo de inovação pelo qual passa a Região da Mogiana paulista para se ajustar aos novos parâmetros exigidos pela competição capitalista. Por exemplo, no Município de Pedregulho um grande grupo empresarial se destaca nesta área histórica do café com seis fazendas cafeeiras, no total de 1 000 hectares, sendo 70,0% irrigada.

Conforme divulgado pelo *site* desse grupo empresarial, as diferentes localizações das fazendas conferem variedades de sabor ao café nelas produzido, o que faz do fator locacional um elemento chave para o sucesso no competitivo mercado em busca de novos sabores para o café brasileiro.

Ainda de acordo com o *site*, podem-se aferir importantes estratégias empregadas na fase da produção e circulação empregadas pelo grupo, tais como a da colheita seletiva tanto mecânica quanto manual, a da produção em microlotes, a da exportação para doze países e a da obtenção de diferentes certificações. Quanto à estratégia locacional adotada por esse grupo, igualmente relevante é observado que sua sede está localizada numa importante avenida no centro da capital paulista. Ao agronegócio do café, empresas do ramo imobiliário, de comunicação, *shopping centers* e uma elegante cafeteria fazem parte dessa organização econômica.

Com efeito, não se pode desconsiderar também a importância do parque torrefador presente nos Estados de São Paulo e Paraná, no qual se incluem empresas de atuação global. Neste sentido, cabe lembrar que das 100 principais indústrias torrefadoras, apontadas pela Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC em 2014, 34 delas se localizavam em São Paulo e dez no Paraná, deixando evidenciado que parte relevante do fluxo de mercadorias relacionadas tanto ao café arábica quanto canephora, passam por esses estados.

³⁹ A região delimitada como Alta Mogiana (SP) engloba os Municípios de: Altinópolis, Batatais, Buritizal, Cajuru, Cristais Paulista, Franca, Itirapina, Jiquara, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Ribeirão Corrente, Santo Antônio da Alegria e São José da Bela Vista.

A partir da década de 1990 do século passado na geografia da cafeicultura brasileira, com perfil empresarial, passa a se destacar também a Mesorregião Geográfica do Extremo Oeste Baiano, quando o café se aglutina aos demais usos da terra, liderados pela soja, na expansão dessa porção da fronteira agrícola do cerrado brasileiro.

Neste sentido, o Mapa 12 que apresenta a quantidade produzida de café arábica não familiar, realça o cerrado do oeste baiano, com destaque para os Municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães que detêm 45,0% e 44,0%, respectivamente, da participação da Microrregião Geográfica de Barreiras e para o Município de Cocos que concentra 77,0% da produção de café arábica não familiar da Microrregião Geográfica de Santa Maria da Vitória, também situada na Mesorregião Geográfica do Extremo Oeste Baiano.

Na atualidade, é notável a influência da cafeicultura na mudança operada nas formas de apropriação e uso do território no oeste baiano, no qual a territorialidade do café passa a se deslocar no sentido longitudinal, na direção das terras do cerrado nordestino, atingindo os chamados “fundos de pastos”, outrora o lugar de morada e trabalho de populações tradicionais que usavam de forma coletiva algumas áreas da margem esquerda do Rio São Francisco.

Ao mesmo tempo, a evolução e modernização da cafeicultura nessa região aumenta a demanda pelo aprimoramento de sistemas logísticos no sentido de viabilizar o escoamento da produção através dos aproximados 500 km que separam os chapadões do extremo oeste baiano até aos portos no litoral do estado.

A discussão que envolve a expansão/aprimoramento desse sistema logístico envolve por sua vez, nessa mesma matriz modernizadora, o incentivo ao aumento da produtividade dessa atividade, traduzida em sacas de café, demonstrando a força da agricultura científica implantada nos antigos grotões das chapadas baianas. Nesse contexto, cabe lembrar também que a dinâmica espacial desencadeada pela pressão da agricultura tecnificada impõe não só o aumento do consumo de combustíveis, fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas, como reforça o relacionamento com o polo petroquímico de Camaçari, localizado na Região Metropolitana de Salvador.

Em termos de comparação entre os dois tipos de produção, a do café arábica familiar (Mapa 11) e a do café arábica não familiar (Mapa 12), os mapas revelam, em primeiro lugar, o distanciamento dos valores auferidos entre elas. Nesse sentido, a produção do café arábica não familiar, de base empresarial e com ganho em escala, lidera o segmento da espécie arábica. Assim, enquanto o máximo alcançado pela produção familiar é de 11 489 toneladas, no Município de Manhauçu situado na Zona da Mata, na lavoura não familiar o patamar de maior quantidade produzida alcança no Município de Patrocínio, situado no cerrado mineiro, 36 372 toneladas.

Em termos da distribuição espacial apresentada entre elas, algumas sobreposições se evidenciam entre a geografia da produção familiar e a não familiar, tais como as observadas no sul/sudoeste mineiro e no cerrado mineiro cuja densidade da produção do café foi afirmada anteriormente. Outras sobreposições são observadas no eixo formado pela Zona da Mata (MG), onde o Município de Manhauçu constitui um importante produtor e articulador da produção cafeeira ao concentrar uma série de serviços voltados à cafeicultura que amplia sua área de influência pelo Estado do Espírito Santo.

Ao norte, a geografia da produção familiar e não familiar do café arábica se sobrepõe também no Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais e se estende no Planalto da Conquista, onde o Município de Vitória da Conquista tem papel central na indústria baiana de café. Finalmente, a sobreposição na geografia familiar e não familiar obedece aos contornos da Chapada Diamantina, na Bahia.

Cabe observar que muitas vezes, a produção familiar, com valores menores, possui uma espacialidade coincidente com o da produção não familiar o que sugere uma estrutura agrária dual, na qual a produção não familiar e familiar acaba por inscrever sua geografia em áreas aproximadas, ora com interesses convergentes ora desconectados.

Finalmente, as sobreposições e diferenças espaciais não ficam circunscritas ao tipo de produção familiar ou não familiar, desdobrando-se também em termos das distinções verificadas entre as espécies de café. Nesse sentido, a sessão subsequente vai abordar o café *canephora*.

Produção familiar e não familiar do café *canephora*

Na Região Sudeste, o histórico dessa espécie remonta à década de 1910, quando uma experiência singular introduziu o *canephora* numa fazenda do Município de Cachoeiro de Itapemirim, situado ao sul do Estado do Espírito Santo. Um salto no tempo indica que, na impossibilidade de plantar a espécie arábica, na década de 1970, começa a ser delineada a opção pelo *canephora* neste estado.

Cabe esclarecer que, o impedimento da produção do café arábica foi resultado da política de erradicação dos cafezais localizados em regiões inaptas e antieconômicas, de resultados desfavoráveis às economias estadual e nacional. Nessa perspectiva, o Estado do Espírito Santo teve na erradicação uma “solução” para a decadência acentuada que já apresentava sua precária cafeicultura. Entretanto, no decorrer do processo de erradicação, ao perder sua principal base econômica, o estado passou por uma grande crise econômica e social com reflexos em perdas demográficas e na direção de uma economia deprimida.

Para Becker (1973a, p. 112), contudo, a antiga economia do café arábica, em terras capixabas

[...] foi responsável pela interiorização do povoamento, conquistando a rubiácea, na segunda metade do século XIX, as regiões situadas ao sul do rio Doce, e no século XX, aquelas situadas ao norte. Responsável pela conquista e organização do espaço agrícola, o café gerou ainda os núcleos urbanos, montados para a sua coleta, armazenamento e expedição. Ainda para essa autora, foi a circulação do café que, abrindo e movimentando estradas, vinculou as zonas de produção aos centros de beneficiamento e exportação, promovendo os elos de integração regional e de ligação da região com o exterior e com o Rio de Janeiro. Conquistando palmo a palmo vales e encostas, derrubando a mata, atraindo as pessoas, alimentando-as com milho e o feijão que carregou consigo, dando-lhes emprego e remuneração, o café associou-se intimamente à vida da população e ao espaço capixaba devido seu papel na implantação dos estabelecimentos rurais, no povoamento e no desenvolvimento da produção de alimentos.

Cabe observar ainda que, dado o tipo inferior do seu café, o Estado do Espírito Santo se tornou grande fornecedor para a demanda menos exigente das Regiões Norte e Nordeste do País. Apreende-se, assim, que o café arábica e, precisamente, as práticas socioespaciais que o envol-

viam, deixa uma forte tradição no estado capixaba que vai fundamentar e da qual vai se apropriar, posteriormente, a cafeicultura do canephora.

Porém, demorou algumas décadas desde a primeira experiência, em 1910, até o reconhecimento pelo extinto IBC para esta espécie ganhar legitimidade como produto e estímulo para o plantio na década de 1970, fazendo com que somente no curso da década seguinte fosse iniciado o fomento à pesquisa científica da variedade canephora, ativando desde então uma nova fase de desenvolvimento e alcance espacial para a nova cafeicultura do Espírito Santo. É necessário acrescentar, ademais, que no contexto dos anos 1970:

[...] delineia-se no Espírito Santo um novo ciclo de desenvolvimento econômico, fundamentado na implantação de “grandes projetos de impacto”, com consequências marcantes sobre os mais distintos e variados aspectos da vida econômica, social, política e cultural local. Para a elite política local o objetivo era romper com a extrema dependência da economia capixaba em relação à monocultura do café e realizar a tão aclamada modernização e/ou diversificação da economia capixaba. (LOUREIRO, 2005, p. 1).

Desta maneira, entende-se que a opção pelo café canephora, por parte de tradicionais produtores da economia cafeeira familiar, encontrou uma forte resistência para sua realização. Provavelmente, o apoderamento nesse ramo teve que contar com uma série de importantes aliados, a começar, no âmbito da pesquisa científica, pela afirmação institucional quando foi firmado um convênio, em 1976, entre o IBC, a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, do Estado do Espírito Santo⁴⁰. E mais tarde, com a denominação de Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, como autarquia pública, essa instituição passa a liderar a pesquisa científica do café canephora e inicia, a partir de 1985, um programa de pesquisa com a espécie, na área de melhoramento genético, que se estendeu posteriormente para outras áreas do conhecimento.

Na atualidade, o INCAPER possui uma rede física com sede administrativa na cidade de Vitória, além de Centros Regionais de Desenvolvimento Rural, distribuídos estrategicamente nas regiões Centro Serrana, no Município de Domingos Martins; Centro Norte, no Município de Linhares; Extremo Norte, no Município de Nova Venécia; e Sul Caparaó no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Além disso ele possui escritórios locais em todos os municípios capixabas e 12 fazendas experimentais e de demonstração, onde são desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com instituições públicas e privadas, ainda contando com 13 laboratórios em diversas áreas de conhecimento. Tal onipresença territorial é fruto de um trabalho de grande relevância na pesquisa agropecuária capixaba.

Ademais, os relatos sobre o histórico de estruturação econômica e territorial da espécie dão conta que a viabilidade do canephora está fortemente relacionada à indústria de café instalada em Viana, município da Região Metropolitana de Vitória. Conforme *site* do INCAPER, a fábrica foi inaugurada em 1971 e assegurou mercado para o canephora capixaba, por ser matéria-prima tanto do café solúvel quanto do torrado e moído. A essa época, em escala local, hoje, a empresa atua na compra de cafés por todo país e opera no mercado internacional de café solúvel, comprovando

⁴⁰ Segundo Teixeira (2011, p. 8) “no ano de 1999 houve a fusão de EMCAPA, originando o EMCAPER. No ano seguinte há uma nova reestruturação da empresa, com mudança de sua personalidade jurídica para autarquia pública e denominação de INCAPER”.

que a consolidação do café canephora em terra capixaba contribuiu para a desejada superação da natureza periférica que marcou historicamente o estado (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2016).

Outro pilar da territorialidade, aqui representada pelo mapeamento da quantidade produzida de café canephora, é a Cooperativa Agrária de Cafeicultores de São Gabriel - COOABRIEL. Fundada em 1963, no Município de São Gabriel da Palha, por iniciativa de produtores locais, na atualidade, a cooperativa é a mais importante desse tipo de negócio no Brasil.

A COOABRIEL possui um complexo de nove armazéns localizados na região noroeste do Estado do Espírito Santo composto por filiais nos Municípios de Águia Branca, Alto Rio Novo, Nova Venécia, Jaguaré, Vila Valério, Boa Esperança, São Gabriel da Palha e, no sul do Estado da Bahia, pelas filiais nos Municípios de Teixeira de Freitas e Itabela. A cooperativa disponibiliza aos seus cooperados um laboratório, que realiza análise química do solo e água, fornece fertilizantes entre outros e conta ainda com uma unidade própria de produção de mudas clonais de café canephora.

Noutra porção do País, no Estado de Rondônia, a cafeicultura se insere no contexto da fronteira agrícola amazônica. Segundo Souza Júnior (2011, p. 130), “esse processo se desenvolveu no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN), tendo posteriormente se apoiado no primeiro e no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I – 1972/1974 e PND II - 1975/1979),” através dos quais se buscava

[...] a integração de todas as regiões do País. Nesse período e nesses planos a região amazônica era pensada como área estratégica para a definitiva integração do País ao mercado externo, enquanto internamente serviria como região para promover o acesso à terra para famílias de agricultores, absorvendo excedentes demográficos e integrando economicamente esta região brasileira (SOUZA JÚNIOR, 2011, p. 130).

Essa visão é corroborada por Marcolan e outros (2009, p. 9, 11) ao afirmar que:

A cafeicultura tem sido importante desde o princípio da colonização agrária do então Território Federal de Rondônia quando foi introduzida no princípio da década de 1970. O plantio de uma lavoura perene, no caso um cafezal, no lote recém-ocupado pelo agricultor migrante e sua família, caracterizava o real interesse deste colonizador em se fixar na nova terra (parcela, lote ou propriedade rural), facilitando, portanto, a oficialização da ocupação temporária da área por meio do “título de posse”, expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, constituindo-se em um dos motivos pelo qual a cultura do café sempre se manteve como a principal lavoura perene pioneira. [...] A partir da década de 1990, a quase totalidade do parque cafeeiro rondoniense passou a ser formado pela cultivar Conilon.

Na avaliação de Rosa Neto (2005), embora o Estado de Rondônia apresente produção expressiva de café canephora, o sistema de cultivo predominante caracteriza-se por pouca inovação tecnológica e de baixo uso de insumos, que comprometem a quantidade e qualidade do café produzido nesse estado.

Tal avaliação é feita também por Veneziano (1996) que ao descrever as características da produção do canephora no Estado de Rondônia, a comercialização é citada como um dos seus maiores entraves, dada:

A distância dos grandes centros de consumo, industrialização e exportação; a falta de associações fortes (cooperativas) para padronizar e colocar o café no

mercado interestadual e internacional; a falta de linhas especiais de crédito para comercialização; má qualidade do produto (VENEZIANO, 1996, p. 11).

Além dos entraves enumerados, a armazenagem deficiente e o desconhecimento do mercado de café pelos produtores constituem também outros fatores “que dificultam a comercialização e contribuem para que os preços obtidos pelo produto sejam inferiores aos alcançados em outras regiões produtoras do País” (VENEZIANO, 1996, p. 11).

Passados alguns anos, vale o reconhecimento que, dentro do contexto atual do padrão ditado pelo uso de insumos, típico do paradigma da revolução verde e ainda com a imposição da distância geográfica, o café canephora de Rondônia continua a ter antigas barreiras a superar. Nesse estado, porém, a revitalização da cafeicultura pode vivenciar um novo ciclo, no qual a biotecnologia, pesquisada nos laboratórios da EMBRAPA, participante do Consórcio Pesquisa Café, irá, seguramente, ocupar o centro da argumentação. Tal afirmação se baseia em fatos recentes, como o do lançamento da variedade BRS ouro, que constitui “nova muda clonal de café conilon desenvolvida especialmente para as condições de clima e solo de Rondônia” (PRODUÇÃO..., 2014).

Além da pesquisa em biotecnologia, o Estado de Rondônia, por ser o principal produtor da Região Norte, pode se firmar como o polo dispersor da nova tecnologia para outros estados dessa região, uma vez que esse material vai ser comercializado por viveiristas orientados pela EMBRAPA de Rondônia. Outra expectativa é que a mudança para o novo material genético seja acompanhada por uma série de novas práticas agrícolas, inclusive, a da organização de concursos de qualidade.

Outro fato notável divulgado em 2014 foi o de que um consórcio internacional com cientistas de 11 países (Brasil, França, Itália, Canadá, Alemanha, China, Espanha, Indonésia, Austrália, Índia e Estados Unidos) sequenciou o genoma completo⁴¹ do café canephora. Esse feito, dentre outras consequências, implica que:

A análise será global para diversas características de interesse, possibilitando a identidade de plantas com diversos aspectos associados, tais como produtiva com qualidade, produtiva com tolerância à seca e com qualidade. Além disso, com o conhecimento do genoma do arábica, que está em fase de conclusão, será possível, também, o desenvolvimento de metodologias moleculares para diversos outros aspectos de interesse da indústria, como, por exemplo, identificação de mistura no café torrado (robusta x arábica) e a identificação específica de cultivares (registro das cultivares e também rastreabilidade). Ou seja, se determinada indústria quiser desenvolver cápsula específica de determinada variedade (100% Bourbon, por exemplo), com esse conhecimento, será possível desenvolver metodologias que garantam essa identificação no processo de compra do grão verde pela indústria (ANDRADE, 2014).

Se a produção do canephora atende às indústrias de café torrado e moído e café solúvel, em anos recentes passa a responder também à produção da chamada monodose, seja na forma de cápsula ou sachê. Marco temporal dessa nova linha de produtos pode ser considerado o ano de 2015 quando foi inaugurada no Município de Montes Claros, no norte do Estado de Minas Gerais,

⁴¹ O banco de germoplasma de café está localizado na unidade da EMBRAPA Cerrados, em Brasília.

uma fábrica⁴² da Nestlé⁴³, tida como a maior compradora de café verde no mundo, primeira fora da Europa, que terá como mercado potencial a América Latina. Nesse sentido, pondera-se a formação de um novo eixo de circulação do café a integrar o norte de Minas Gerais desdobrando-se aos produtos da cadeia produtiva do leite e açúcar.

Segundo reportagens recentes, a empresa Três Corações, de origem cearense, de forte presença no mercado nacional, tem intensão de seguir padrão geográfico análogo e implantar sua fábrica de cápsulas no mesmo município mineiro. No Estado do Espírito Santo é o Grupo Tristão, corporação tradicional no estado, que pretende incorporar o segmento de café em cápsulas à sua experiência, mas associada agora a uma empresa de *e-commerce*.

O negócio de cápsulas pode ser considerado um produto primoroso, pois reproduz o nível de cafeterias às unidades domésticas já que se volta para o consumo das famílias. Segundo dados da ABIC, o café em cápsula revela-se como tendência, sendo inclusive indicado a existência de mais de 60 pequenas indústrias envolvidas nesse novo mercado (SCARAMUZZO, 2015).

A dinâmica territorial da ocupação do café *canephora* no Brasil conhecerá em futuro próximo, guardadas as cautelas macroeconômicas, um grande desafio, principalmente para as unidades familiares, além de passar por possíveis transformações sustentadas por novos produtos e arranjos corporativos. A distribuição espacial do *canephora* na atualidade é apresentada a seguir.

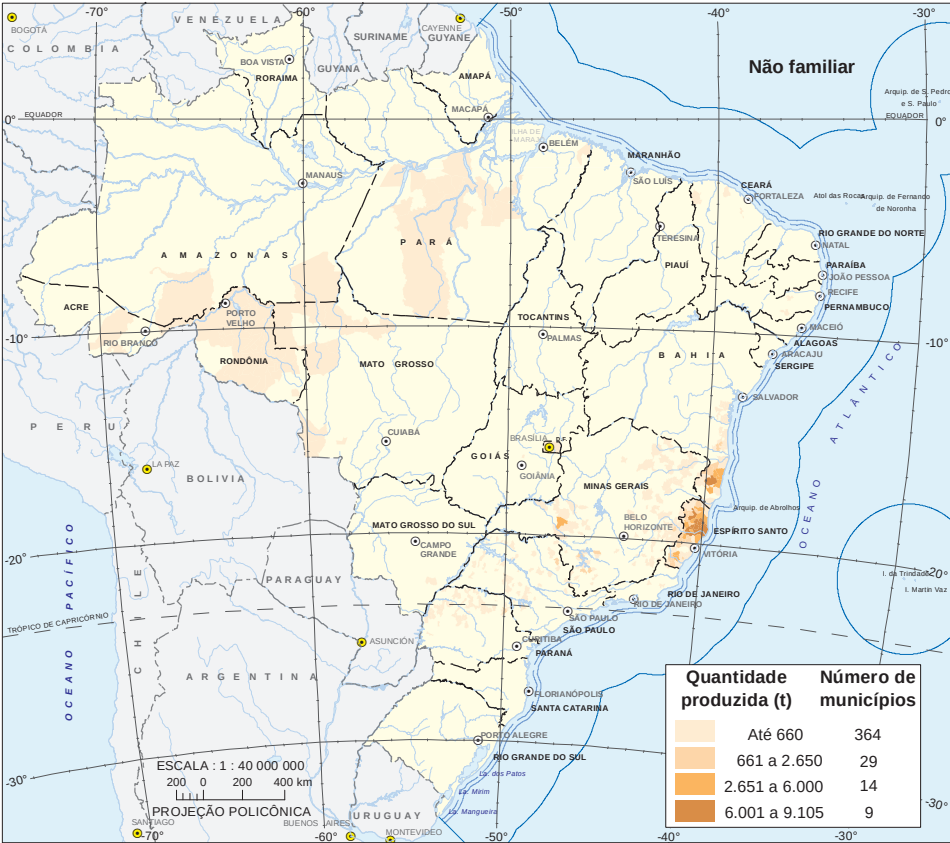
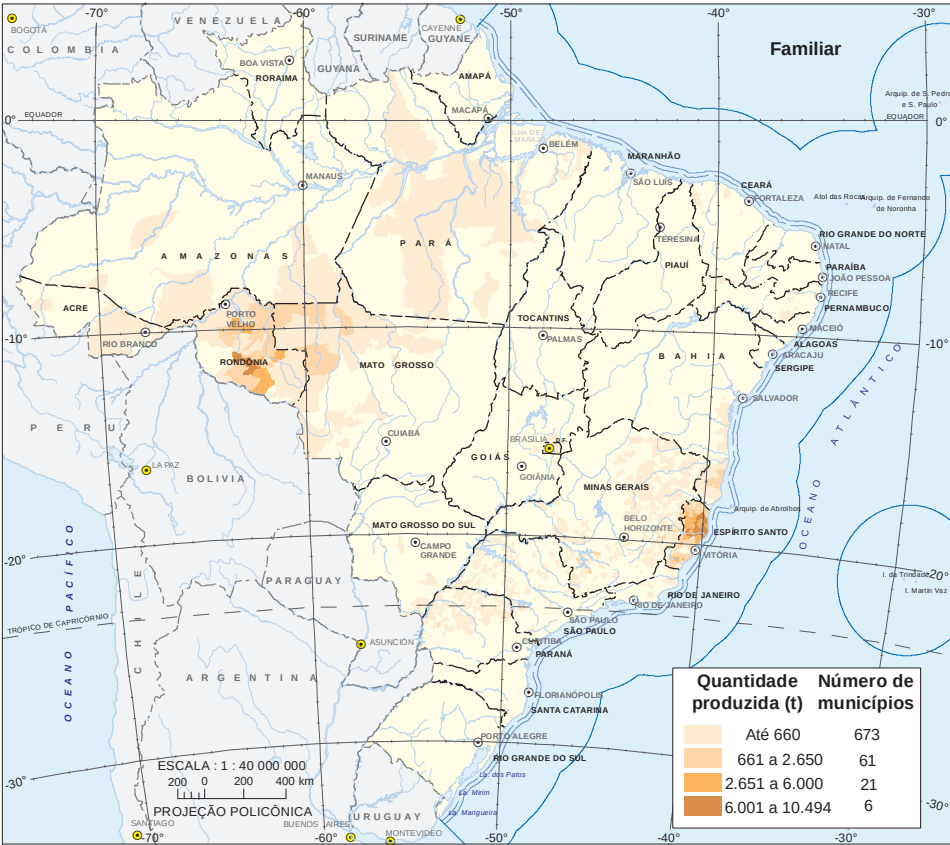
Ao observar os Mapas 13 e 14 pode-se afirmar que a espacialização dos valores mais significativos da quantidade produzida de café *canephora* apresenta uma geografia peculiar, em escala nacional, ao ressaltar a importância de duas regiões distantes e de características locais distintas. A primeira delas localiza-se no Estado do Espírito Santo, com prolongamento para o sul do Estado da Bahia, portanto de natureza litorânea enquanto a outra região está associada ao interior do País e, em especial, ao ambiente amazônico, onde se destacam o Estado de Rondônia e, secundariamente, o norte do Estado de Mato Grosso.

Segundo o Censo Agropecuário 2006 o Estado do Espírito Santo representa 60,0% da produção total do País, de 471 782 toneladas, seguido dos Estados de Rondônia (14,0%), Minas Gerais (9,0%), Bahia (8,0%), São Paulo (3,0%) e Paraná (3,0%) que juntos totalizam 97,0%. Na atualidade, o café *canephora* está consolidado no Espírito Santo e contribui para distinguir este estado como segundo principal produtor nacional de café e primeiro produtor dessa espécie.

⁴² Essa fábrica iniciou sua operação utilizando café de origem brasileira, além de outras matérias-primas nacionais, como leite, cacau e açúcar.

⁴³ Essa corporação mantém um programa mundial para a qualidade do café e fomenta o desenvolvimento de produtores locais para adoção de um padrão de produção que atenda a especificação de sustentabilidade, de acordo com o Código Comum da Comunidade Cafeeira (4C).

Mapas 13 e 14 - Quantidade produzida de café canephora - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A participação relativa das produções familiar e não familiar é de 55,0% para a primeira e de 45,0% para o segmento não familiar. Assim, como na espécie arábica, a produção familiar é um modo importante de organizar a produção do café *canephora* e, nesse sentido, a representação geográfica da quantidade produzida revela, em mapas distintos, a geografia da produção familiar e não familiar desta última espécie.

Nesse contexto, no mapeamento da quantidade produzida da produção familiar do café *canephora* (Mapa 13) pode-se considerar que, em termos de importância da produção, os 10 principais municípios, ressaltados nas Figuras 3 e 4, são: Rio Bananal (ES); São Mateus (ES); Vila Valério (ES); Linhares (ES); São Miguel do Guaporé (RO); Colatina (ES); Nova Brasilândia D'Oeste (RO); Iconha (ES); Nova Venécia (ES); e São Gabriel da Palha (ES). Em seu conjunto eles equivalem a 28,0% do total nacional de quantidade produzida de café *canephora* familiar.

Figura 3 - Principais municípios produtores de café *canephora* familiar - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Figura 4 - Principais municípios produtores de café canephora familiar - 2006

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Portanto, a superioridade da produção familiar capixaba em relação à produção do Estado de Rondônia se afirma em oito desses 10 municípios, destacando-se aí a porção norte do Estado do Espírito Santo que abriga a principal produção municipal no interior das Mesorregiões Geográficas do Noroeste Espírito-santense e do Litoral Norte Espírito-santense.

No Estado de Rondônia destaca-se em termos espaciais o eixo da BR-364 em cuja área de influência situam-se os municípios cafeeiros nos quais é marcante o uso do território em forma de espinha de peixe característica do estabelecimento de inúmeros projetos de colonização oficial implantados nesse estado nos anos de 1970.

Nos Estados do Mato Grosso, Amazonas, Pará e Acre a produção também aparece no mapa, apesar de apresentar valores pouco significativos. Nesses estados, mesmo que visível uma extensa área, é preciso observar que a produção municipal, certamente, fica próxima aos eixos rodoviários que garante o escoamento da produção. No caso dos municípios paraenses, por exemplo, é a BR-230 que constitui outro eixo viário marcado pela forma de espinha de peixe característica da malha

territorial traçada pelos projetos de colonização oficial estabelecidos na Rodovia Transamazônica a partir da década de 1960.

O Mapa 14 representa a produção canephora não familiar e, conforme observado, os valores da quantidade produzida estão concentrados na porção norte do Estado do Espírito Santo e no sul do Estado da Bahia. Na Figura 5 estão focados os 10 principais municípios produtores: Rio Bananal (ES); Jaguaré (ES); Vila Valério (ES); Linhares (ES); Nova Venécia (ES); Sooretama (ES); Itamaraju (BA); Colatina (ES); Governador Lindenberg (ES); e Marilândia (ES) que, juntos, correspondem 36,0% do total nacional de quantidade produzida de café canephora não familiar. Cabe observar que, na produção do sul da Bahia é frequente a identificação de produtores oriundos do Espírito Santo, o uso de tecnologia desenvolvida pelo INCAPER e dos armazéns da COOABRIEL.

Figura 5 - Principais municípios produtores de café canephora não familiar - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Um marco geográfico que pode representar uma tendência, num quadro de valorização da produção do café canephora, é a presença pontual dessa espécie no cerrado mineiro e, em especial, no Município de Perdizes, além dos municípios do sul/sudoeste mineiro, como Candeias; Carmo do Rio Claro, Elói Mendes e Machado, conforme observado no Mapa 4.

As diferentes condições do produtor

Além dos aspectos geográficos que distinguem as duas principais espécies analisadas anteriormente, algumas das dimensões socioespaciais que marcam as diferenças da cafeicultura no Território Nacional estão associadas ao processo histórico dessa atividade que comportou, desde sua fase enquanto *plantation* colonial, diversas formas de relações sociais que foram desde a mão de obra escrava ao trabalho assalariado, passando por inúmeras mediações tais como o colonato, a parceria e o trabalho do meeiro, além da vinculação direta com a terra através do trabalho do produtor proprietário com utilização ou não da mão de obra familiar.

Ao longo da história foram feitas, assim, passagens de uma condição de produção e de uma condição de produtor (Apêndice 3) a outra, como, por exemplo, no caso clássico de imigrantes italianos que trabalhavam originalmente como meeiros e, após acumularem algum capital, conseguiram se tornar proprietários.

De acordo com o Censo Agropecuário 2006, foi verificada no País, a destacada predominância do número de estabelecimentos cafeicultores administrados por produtores-proprietários para ambas as espécies de café. No caso dos 199 492 estabelecimentos produtores café arábica, 176 800 eram administrados por proprietários, número que atingia um percentual de 88,6%. Os restantes 11,4% representam a soma dos estabelecimentos dirigidos pelas demais categorias de produtores de café arábica no Brasil.

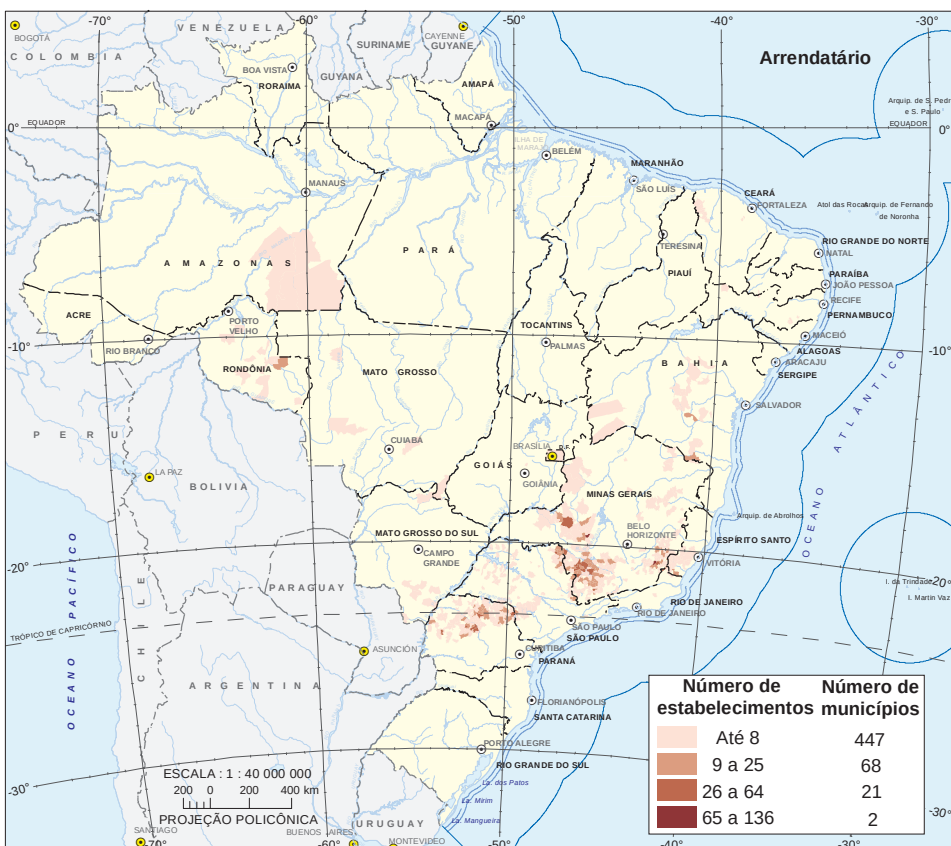
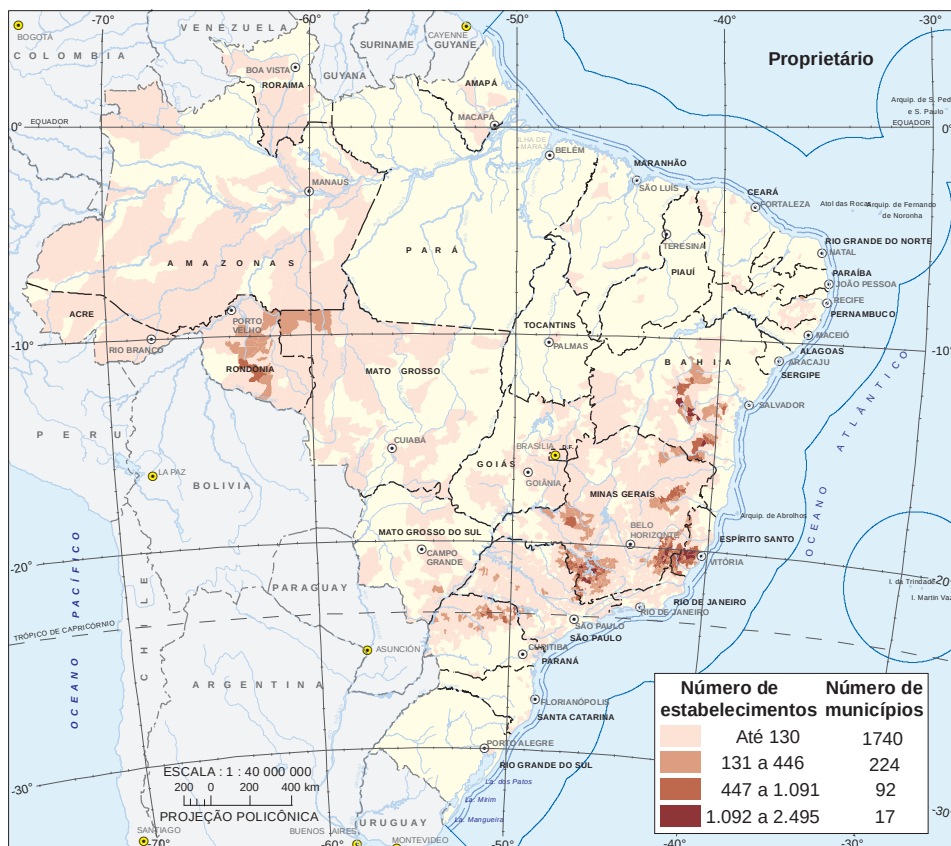
O mesmo padrão se observa com relação ao café *canephora*: dos 87 350 estabelecimentos produtores, 78 037 encontravam-se sob a direção de proprietários (89,3% do total) e, somadas, as outras categorias de produtores representavam 10,7% dos estabelecimentos produtores de café *canephora* no País.

Considerando a variável condição dos produtores, os mapas a seguir apresentam a concentração territorial dos estabelecimentos cafeicultores nos municípios brasileiros. Observa-se que, para as duas espécies de café, os mapas expressam a massiva predominância dos produtores proprietários em relação às demais categorias em todo o parque cafeeiro nacional.

Em relação aos estabelecimentos produtores de café arábica controlados por proprietários (Mapa 15), estes se destacam em expressivas concentrações em Municípios como Manhauçu e Simonésia, na Mesorregião Geográfica Zona da Mata Mineira; Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Afonso Cláudio na Mesorregião Geográfica Central Espírito-santense; e Muniz Freire e Iúna, na Mesorregião Geográfica Sul Espírito-santense. Concentram-se também em grande número na Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas, em Municípios como Nova Resende e Campos Gerais. No Estado da Bahia, a principal concentração ocorre na Mesorregião Geográfica Centro-Sul Baiano, em municípios como Barra da Estiva, Ibicoara e Piatã.

Quanto aos estabelecimentos produtores de café arábica geridos por arrendatários (Mapa 16), destacam-se, em termos quantitativos, os Municípios de Araponga, na Mesorregião Geográfica Zona da Mata Mineira; Santa Rosa da Serra e Patrocínio, na Mesorregião Geográfica Triângulo Mineiro/Alto Pranaíba; Bom Jesus da Penha, na Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas; e no Estado do Paraná, na Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, nos Municípios de Apucarana e Ivaiporã.

Mapas 15 e 16 - Condição do produtor – Café arábica



Ainda sobre os estabelecimentos produtores de café arábica, conduzidos por parceiros (Mapa 17), ocupantes (Mapa 18) e assentados⁴⁴, cabe destacar a presença de parceiros nas Mesorregiões Zona da Mata Mineira e Noroeste Fluminense e de ocupantes nas Mesorregiões Geográficas do Jequitinhonha; do Sul/Sudoeste de Minas; e Central Espírito-santense.

As concentrações mais destacadas de estabelecimentos produtores de café canephora encontram-se nos Estados do Espírito Santo e de Rondônia. Os estabelecimentos dirigidos por proprietários (Mapa 15) têm presença marcante, especialmente, nos Municípios de São Miguel do Guaporé, Cacoal, Machadinho D'Oeste, na Mesorregião Geográfica Leste Rondoniense e nos Municípios de Barra de São Francisco, Nova Venécia, Colatina, na Mesorregião Geográfica Noroeste Espírito-Santense.

As demais categorias de produtores de café canephora distribuem-se de forma bastante rarefeita pelas regiões produtoras, como pode ser observado em relação aos arrendatários (Mapa 20), aos parceiros (Mapa 21) e aos ocupantes (Mapa 22). Vale ressaltar que o número de arrendatários é relativamente pouco expressivo no conjunto dos produtores de café canephora.

Finalmente, cabe observar que os ocupantes estão presentes, em maior número, à frente de estabelecimentos localizados no Estado de Rondônia, na Mesorregião Geográfica Leste Rondoniense. Parceiros e assentados sem titulação definitiva (estes últimos não mapeados) distribuem-se em estabelecimentos localizados, principalmente, em Municípios das Mesorregiões Norte Espírito-Santense e Litoral Norte Espírito-Santense e da Mesorregião Geográfica Leste Rondoniense.

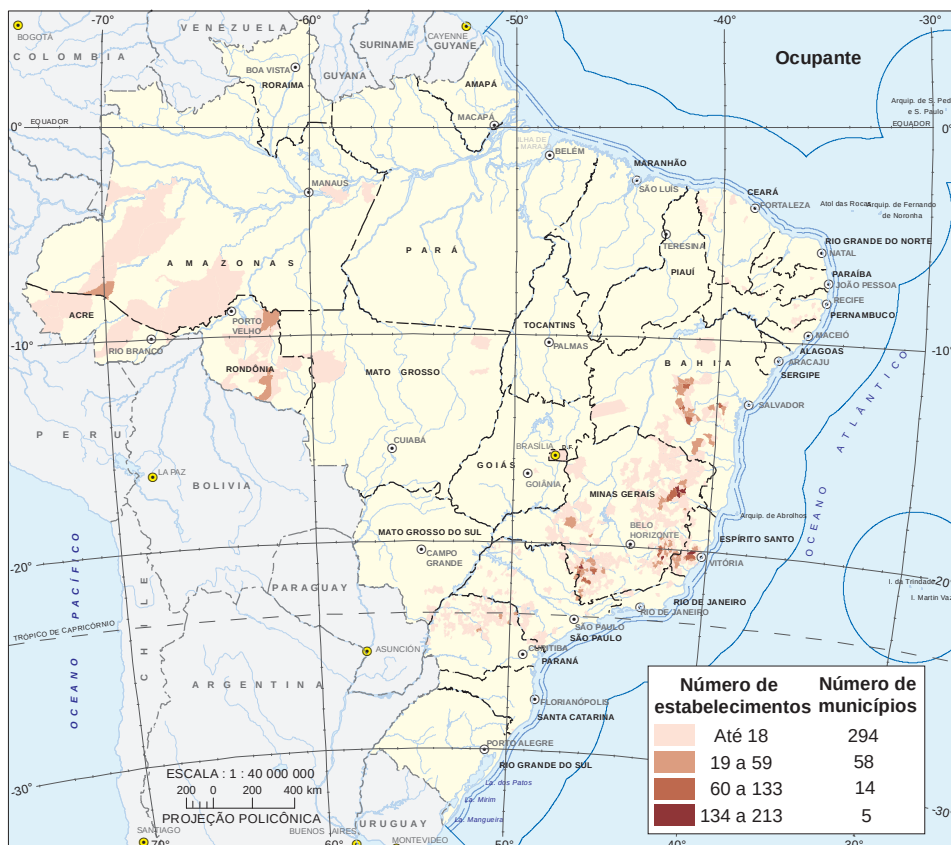
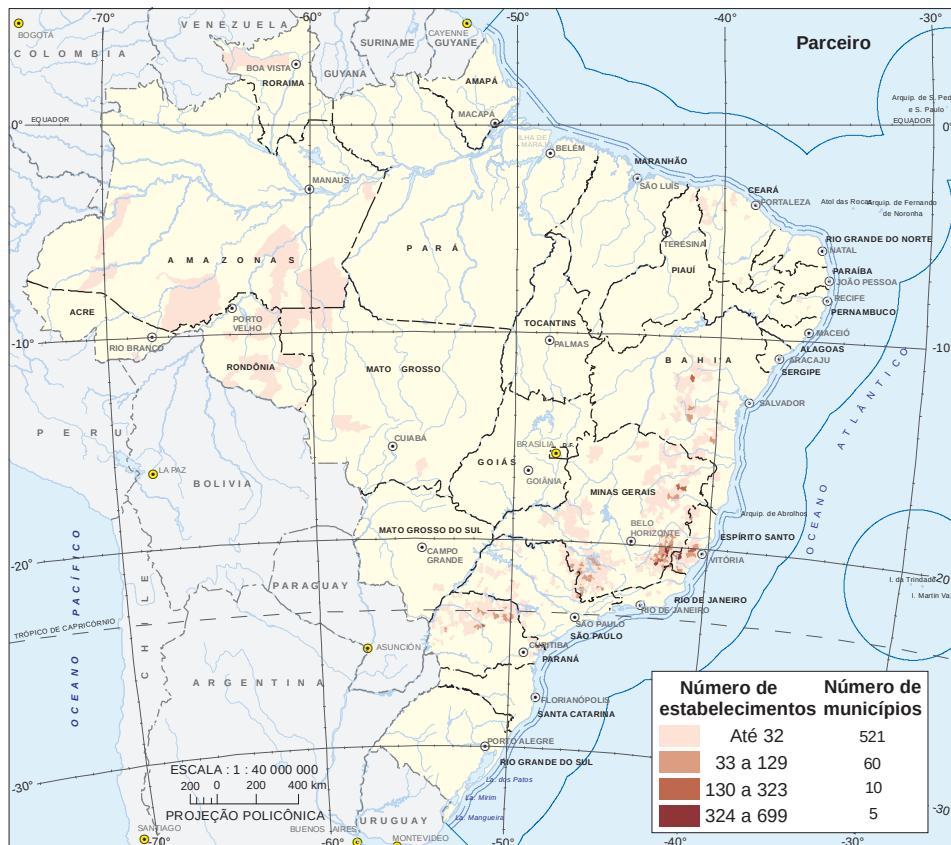
Difusão espacial da modernização

A produção agrícola tem passado, nas últimas décadas, por grandes transformações e, dentre elas, a utilização dos variados recursos tecnológicos modernos exerce um dos papéis centrais. Ao identificar o que chama de meio técnico-científico-informacional, Milton Santos (1996), por exemplo, ressalta o papel da modernização da produção agrícola atrelada ao agronegócio e às redes por ele formadas. Esse autor relata o enorme aumento do chamado consumo produtivo, isto é, do consumo de bens e serviços utilizados na dinamização da atividade agrícola: sobretudo a compra de máquinas e insumos diversos e o uso de uma mão de obra mais qualificada para a organização de atividades planejadas visando ao aumento da produtividade. O agricultor moderno compreende que a maior lucratividade de seu negócio passa pela correta utilização dos recursos disponíveis.

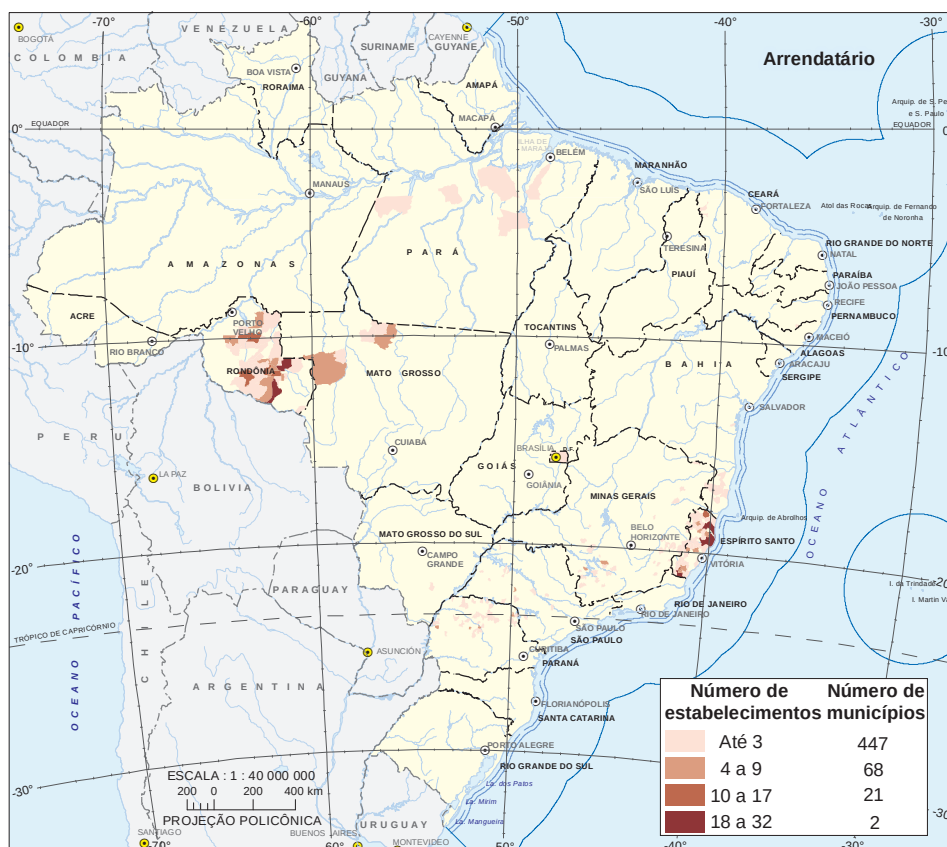
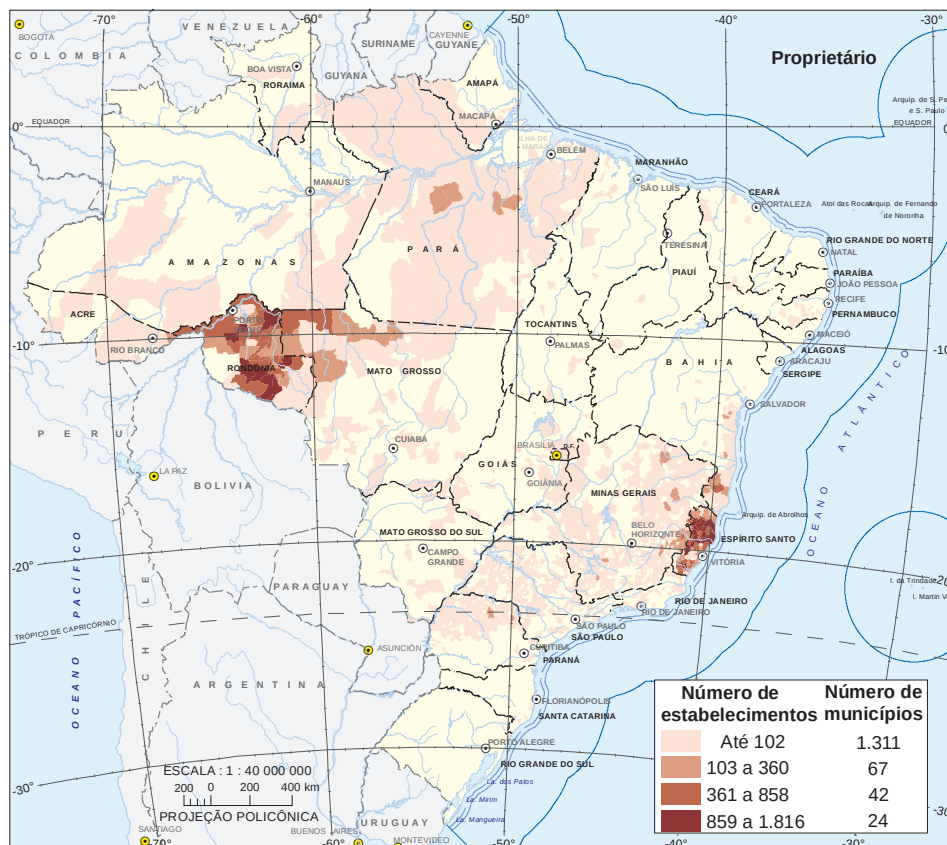
O desafio de produzir mais e melhor com o mínimo de recursos possível é colocado, na atualidade, a todo produtor capitalista. Antônio Buainaim (2014) identifica um novo padrão de acumulação da agricultura brasileira a partir da década de 1990, modificando o campo e a atividade agrícola radicalmente. Segundo este autor, desde então, o principal fator de sucesso de um empreendimento está na forma de sua gestão, em como o capital - que ganha papel central - é utilizado nas diversas etapas do processo, que vão desde a produção em si até a correta negociação dessa produção no mercado.

⁴⁴ Os assentados estão ausentes no mapeamento, por totalizarem número inexpressivo para a presente análise.

Mapas 17 e 18 - Condição do produtor – Café arábica

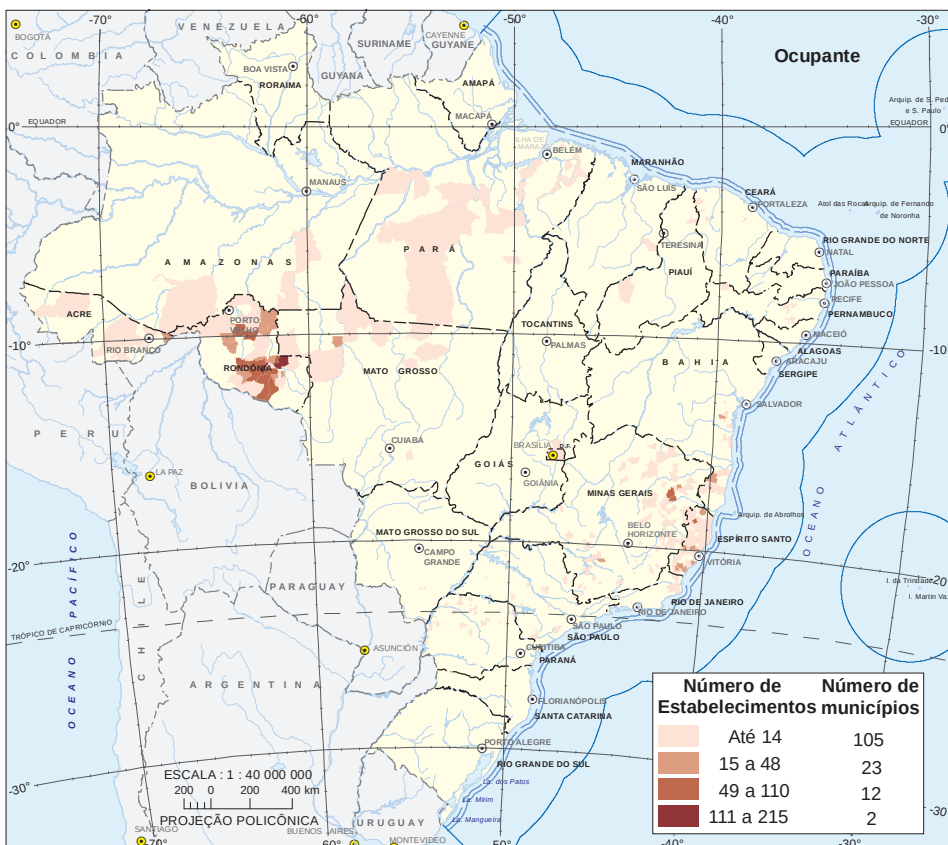
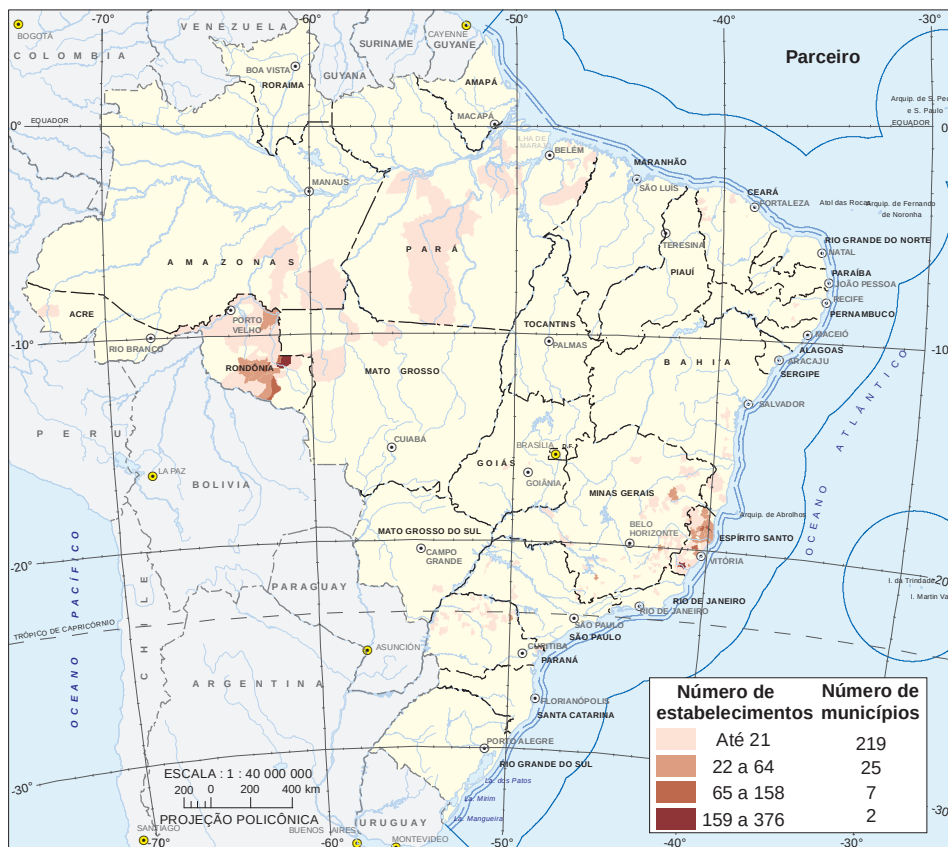


Mapas 19 e 20 - Condição do produtor – Café canephora



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Mapas 21 e 22 - Condição do produtor – café canephora - 2006



Nesse contexto, mais do que os fatores terra e mão de obra, dueto que durante séculos foi identificador do poder e da riqueza dos grandes proprietários rurais, na atualidade o sucesso de um empreendimento agrícola está baseado principalmente na correta gestão do negócio. Essa capacidade de administração dos diversos elementos necessários à produção e comercialização seria, então, uma condição essencial para a manutenção do produtor no mercado, seja ele um pequeno ou grande produtor.

Em que pese as interessantes críticas realizadas por Lauro Mattei (2014) a Buainaim e outros (2013), de quem discorda, sobretudo, quanto ao papel secundário dado ao fator posse da terra, os textos desse último autor são válidos justamente por considerarem a centralidade do uso da tecnologia e da gestão nos empreendimentos agrícolas, cujos produtos tanto geram receitas de exportação quanto estão vinculados às cadeias produtivas dos complexos agroindustriais.

No caso específico da produção cafeeira, a distribuição espacial quanto ao uso de máquinas, de insumos e da técnica de irrigação, revela a concentração do processo de modernização por tamanho de propriedade, por espécie de café plantado (arábica ou canephora) e por região geográfica.

Nesse sentido, a análise do Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE, revela que simultaneamente ao uso de técnicas e práticas modernas a cafeicultura nacional convivia com uma produção tradicional que caracterizava grande parte dos estabelecimentos voltados a essa atividade, conforme revelado nos dados percentuais relativos ao uso de técnicas modernas em relação ao total de estabelecimentos cafeicultores. Esse fato, porém, não pareceu afetar a boa qualidade do café produzido, o qual é, em grande parte, direcionado a um exigente mercado externo.

Em anos recentes, o avanço do processo de modernização constitui uma tendência apontada pela pesquisa de campo realizada (Apêndice 1), como pela imprensa e por inúmeras entidades ligadas à cafeicultura nacional, notadamente associações e cooperativas de produtores, além de instituições públicas e privadas de pesquisa.

Mecanização

Segundo a distribuição espacial do uso da força mecânica e manual, em 2006, independentemente da espécie de café plantado (arábica ou canephora) e da forma de administração do estabelecimento (familiar ou não familiar), mais de 80,0% da produção nacional de café era colhida apenas manualmente, isto é, sem o auxílio de máquinas.

A utilização destas era apenas um pouco mais disseminada quando se dava em paralelo com o uso da força manual nos estabelecimentos não familiares de produção de café arábica (7,4%), ao passo que eram esses mesmos tipos de estabelecimentos que apresentavam maior uso de força exclusivamente mecânica em suas colheitas, mas no pequeno percentual de 2,0%, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Percentual de uso da força na colheita de café, por tipo de estabelecimento agropecuário e tipo de força utilizada, segundo a espécie de café - Brasil - 2006

Espécie de café	Percentual de uso da força na colheita de café (%)						
	Total	Tipo de estabelecimento					
		Não familiar			Familiar		
		Manual	Mecânica	Mecânica e manual	Manual	Mecânica	Mecânica e manual
Arábica	0,9	83,2	2,0	7,4	85,1	0,7	2,3
Canephora	0,4	89,4	0,4	1,3	84,3	0,4	1,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

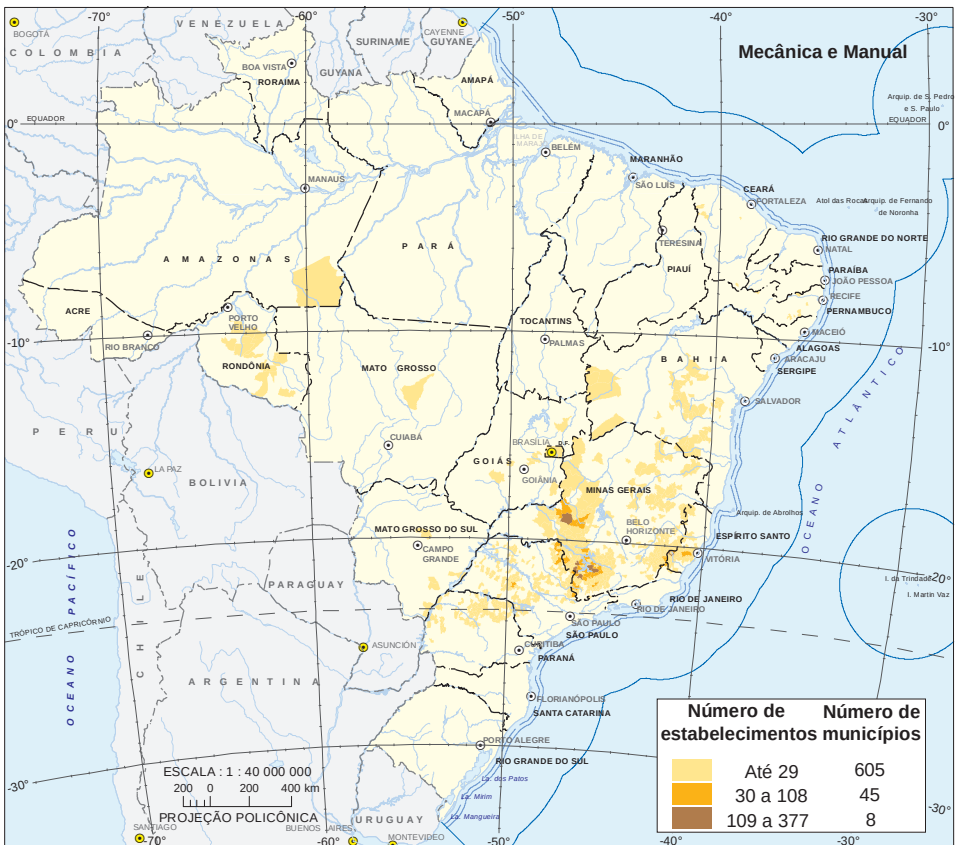
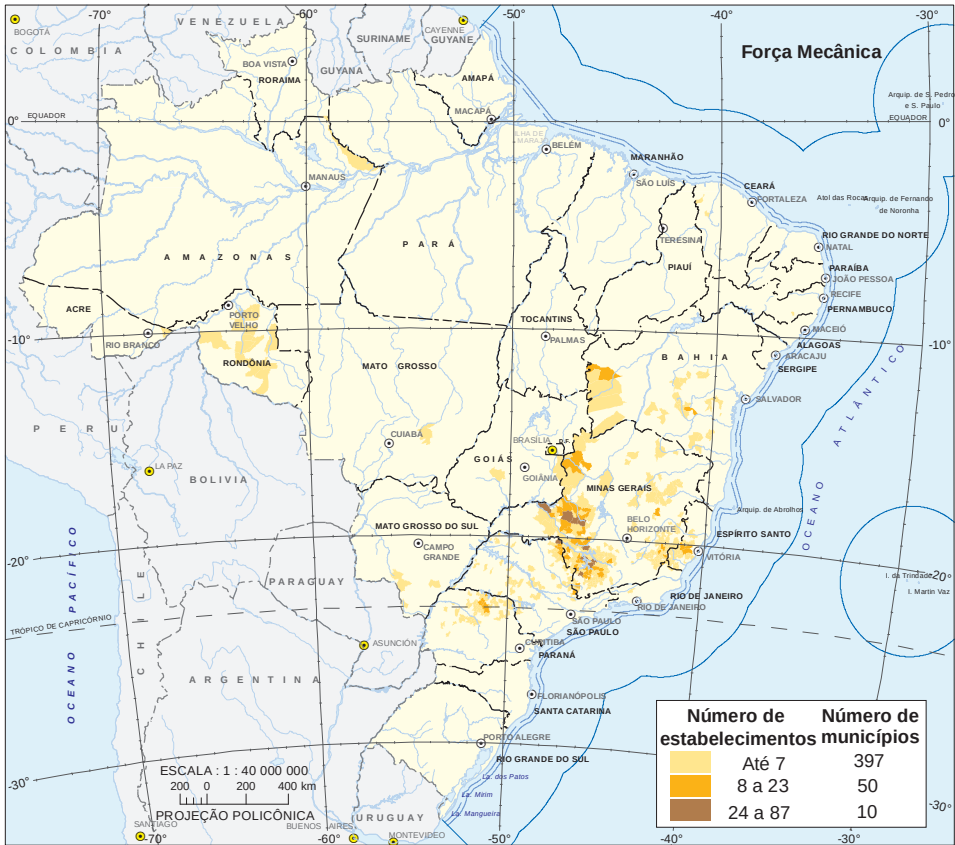
Nota: Excluiu-se os estabelecimentos com menos de 50 pés existentes onde a pesquisa do Censo Agropecuário 2006 não foi aplicada.

A análise dos Mapas 23 e 24 mostra que, nas plantações de café arábica, o uso da força mecânica destaca-se nos municípios da Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas e numa faixa de cerrado que tem início no Triângulo Mineiro e segue pelo oeste do Estado de Minas Gerais e, em menor medida, pelo extremo-oeste. Pequenos pontos também aparecem na Mesorregião Geográfica Sul Espírito-santense e no norte dos Estados de São Paulo e Paraná. O uso da força mecânica associada à manual mostra-se mais pulverizada pelos estados produtores, intensificando-se novamente no dinamismo das Mesorregiões Geográficas Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Nessas duas mesorregiões, encontram-se nove dos 10 municípios que apresentam maior número de estabelecimentos com colheita apenas mecânica e seis dos oito municípios com maior quantitativo de estabelecimentos onde se conjuga as colheitas mecânica e manual. São áreas onde as taxas municipais são maiores do que a média nacional.

Na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba os seguintes municípios se destacam por um expressivo percentual de estabelecimentos mecanizados em relação à média nacional: Araguari (19,0%); Serra do Salitre (14,3%); Rio Paranaíba (10,8%) e Patrocínio (9,2%). Este último município apresenta também um alto percentual de colheita mecânica e manual (18,9% dos estabelecimentos), junto com outros municípios da Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas: Nova Resende (19,0%); Três Pontas (16,6%); e Cabo Verde (16,0%).

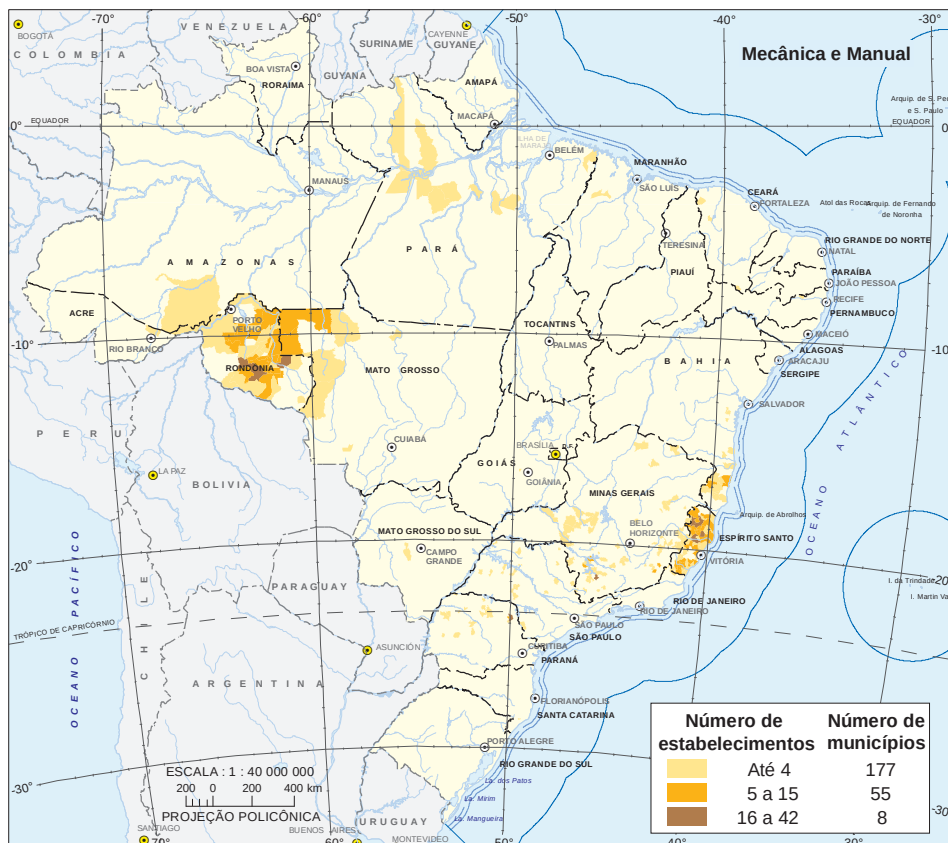
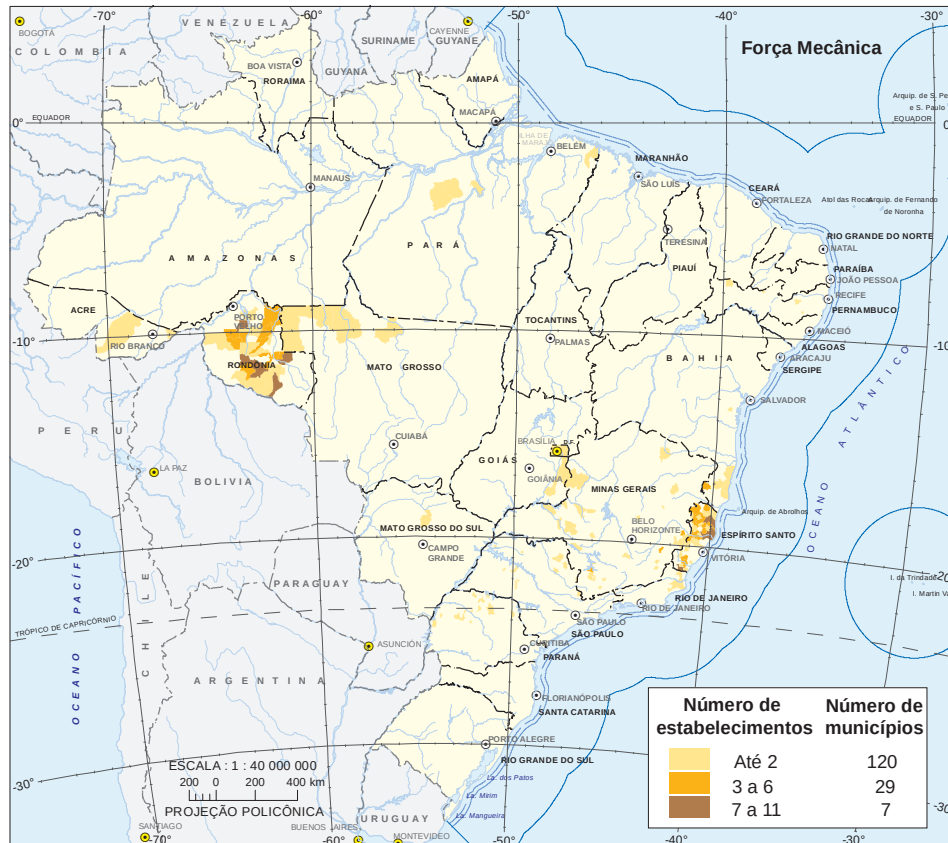
Os mapas relativos à mecanização na colheita do café canephora (Mapas 25 e 26) trazem uma outra regionalização, destacando-se as mesorregiões da porção norte do Estado do Espírito Santo e a Mesorregião Geográfica Leste Rondoniense. Mas nota-se o menor quantitativo de estabelecimentos mecanizados em comparação ao que ocorre na colheita do café arábica, uma vez que no plantio do café canephora o peso da produção familiar, menos capitalizada, é ainda maior do que no plantio do café arábica. Tanto que mesmo nos sete municípios com maior número de estabelecimentos mecanizados, o percentual de mecanização é muito baixo, menos de 1,0%, só chegando a esse valor no Município de Alto Alegre dos Parecis, no Estado de Rondônia.

Mapas 23 e 24 - Uso da força – café arábica - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Mapas 25 e 26 - Uso da força – café canephora - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Na colheita mecânica e manual, um quantitativo mais elevado de estabelecimentos aparece. Em termos percentuais, dois municípios se diferenciam fortemente dos demais na última classe, e estão fora das principais regiões produtoras de café canephora: são os Municípios de Tomazina (na Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense), com 18,0% dos estabelecimentos mecanizados, e Eloi Mendes (na Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas), com 16,0%. Nos demais seis municípios dessa última classe, os percentuais oscilam entre modestos 1,1 e 1,9% de mecanização associada à colheita manual.

Um breve histórico do uso de máquinas na colheita do café também explica a mecanização tardia, uma vez que, segundo Ortega, de Jesus e Mouro (2009, p. 61):

Em meados da década de 1970, foram desenvolvidas as chamadas derriçadeiras [...]. Já na década de 80, surgiram as máquinas automotrizes. Mas foi só na década de 90 que a mecanização da colheita do café começou a intensificar-se, visto que a qualidade das colheitadeiras mecânicas melhorou, deixando de causar fortes danos às plantas. Com isso, a perspectiva do uso dessas máquinas tornou-se de maior rentabilidade, se comparado ao emprego da colheita manual.

Apesar das baixas taxas de mecanização da colheita em 2006, várias são as indicações de que tem havido um grande crescimento do uso de máquinas nos últimos anos, tanto na produção de café arábica quanto na de canephora. A escassez e o encarecimento da mão de obra, associado a um rápido desenvolvimento tecnológico que tem buscado soluções inclusive para a difícil colheita em áreas montanhosas (caso de regiões como o sul do Estado de Minas Gerais e o Estado do Espírito Santo, sobretudo), indicam a elevação dos níveis de mecanização da colheita, considerada a etapa mais complexa e cara da produção pelos cafeicultores.

Cabe observar que os cafeicultores não têm hesitado em superar as dificuldades, atualizando-se em eventos como *workshops* e os chamados “dias de campo” organizados por várias instituições para a importante difusão de informação e conhecimento. Ao contrário dos problemas causados às plantas pelas máquinas colheitadeiras no passado, mais recentemente, com a melhoria do maquinário associada à adaptação das técnicas de plantio para receber a mecanização, a mesma passa a ser considerada um fator de incremento da produtividade e da qualidade do produto final, levando, assim, à possibilidade de maiores rendimentos.

Em *sites* pesquisados na Internet, aparecem estimativas que colocam, atualmente, a mecanização da colheita no País na faixa dos 18,0%. Nas maiores regiões produtoras, porém, as estimativas são mais elevadas. Conforme Nogueira (2013, p. 1):

A chave da sustentabilidade da cafeicultura é a redução de custos e o aumento da produtividade. Embora não existam dados precisos sobre mecanização na cafeicultura brasileira, [...] estimativas de pesquisadores apontam que em áreas planas, como no Cerrado mineiro ou no Sul da Bahia, mais de 50% das colheitas sejam mecanizadas. Conforme levantamentos preliminares feitos em 2012, acredita-se que no Sul de Minas o percentual tenha alcançado 30%, tomando por base a área com a cultura e o potencial de uso de máquinas obtidas. Cerca de 80% da área total cultivada na região [...] estão aptas a receber tratores e 70% delas, em média, são adequadas para as colheitadeiras⁴⁵.

⁴⁵ Apesar de ser a porção sul do Estado da Bahia uma grande produtora de café (canephora), a região daquele estado que apresenta a agricultura mais mecanizada e com maior uso de insumos de base tecnológica em geral é no extremo oeste, onde se verifica uma forte cafeicultura empresarial (da espécie arábica) com maiores poderes de investimento. Este, aliás, parece ser o único fator ainda limitador para a ampla disseminação da mecanização da colheita de café, sobretudo em áreas com predominância de agricultura familiar, cujo acesso ao crédito é mais limitado.

Cabe observar que os pequenos produtores têm buscado suas estratégias de sobrevivência, seja se associando a outros produtores na compra de grandes máquinas, seja alugando o maquinário de empresas particulares ou de outros cafeicultores ou, ainda, optando pela compra das chamadas derriçadeiras (máquinas portáteis de menor valor e muito indicadas aos pequenos produtores pelo seu baixo custo quando comparado ao das colheitadeiras automotrizes)⁴⁶.

Apesar de todo o aumento da mecanização da colheita do café na última década, segundo Inácio (2011) considera-se que a colheita por derriça manual esteja em torno de 61% e a colheita manual em 6%. Taxas, portanto, ainda bastante elevadas de não utilização de máquinas, fazendo com que Oliveira (1999, p. 79) permaneça atual quando observa que não ocorre “a generalização sumária do progresso técnico por todo o campo, mas, sim, a sua concentração, quer espacial, quer setorial”. E ainda quando relaciona que “a concentração da propriedade da terra no fundo se reflete na estrutura do consumo produtivo, e os dados médios do País estão longe de indicar disseminação generalizada desse consumo de bens produtivos” (OLIVEIRA, 1999, p. 79).

Para os cafeicultores com dificuldades de investimento em maquinários de preços muito elevados e/ou de terras em regiões muito montanhosas, onde os custos com a colheita são bem mais elevados, algumas soluções para a valorização de seu produto mais artesanal, porém de ótima qualidade, têm sido buscadas. É o que ocorre, por exemplo, no sul do Estado de Minas Gerais, onde uma maioria de pequenos produtores de Poços de Caldas e municípios do entorno⁴⁷ encontram-se em processo de certificação de seu produto por meio de Indicação Geográfica.

Em trabalho de campo realizado em março de 2015 por técnicos do IBGE, viu-se que, devido às dificuldades de mecanização da colheita, os produtores daquela região, estimulados por técnicos da EMATER (instituição visitada na ocasião), têm investido na produção dos chamados “cafés especiais”. Trata-se de café produzido em pequenos lotes e cuja excelência confere-lhes preços muito superiores aos do chamado café *commodity* produzido em larga escala nos moldes da agricultura empresarial que ocorre nos cerrados mineiro e baiano. Os cafés especiais são direcionados a nichos de mercado, encontrados apenas em cafeterias especializadas e, sobretudo, destinado à exportação. Uma estratégia de sobrevivência que tem dado certo ao gerar renda para os estabelecimentos familiares, que são maioria na região.

Outra experiência bem sucedida visitada no mesmo trabalho de campo se dá por meio do associativismo de pequenos produtores (a maior parte) por meio da prática do comércio justo (ou *fairtrade*, em inglês), um selo de certificação reconhecido internacionalmente não só da qualidade do produto, mas também do cumprimento de rígidas regras de uma agricultura sustentável e socialmente justa, que traga benefícios e qualidade de vida aos seus membros, por meio de maior acesso a saúde, educação, lazer etc. É o caso da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D’Antas - ASSODANTAS, também no Município de Poços de Caldas, formada e certificada na última década e que reúne dezenas de pequenos cafeicultores.

⁴⁶ Segundo Inácio (2011), estima-se que a colheita semi-mecanizada por derriça mecânica esteja, nos dias atuais, na faixa dos 15%.

⁴⁷ Além de Poços de Caldas, a Indicação Geográfica do Café Vulcânicos engloba os Municípios de Camboatas, Campestre, Botelhos e Cabo Verde, no Estado de Minas Gerais, e Caconde e Divinolândia, estes últimos situados no Estado de São Paulo.

Ao seguir as regras básicas de manejo adequado da plantação, respeito às leis trabalhistas e ambientais do País, os associados recebem um pagamento justo pelo seu produto de elevada qualidade, ao passo que a Associação recebe os chamados “prêmios”, isto é, valores monetários que são destinados a beneficiar a comunidade como um todo, como, por exemplo, a implantação de fossas sépticas, a estruturação de creches ou o oferecimento de cursos de qualificação e gestão.

A ASSODANTAS também retorna o prêmio em benefícios para a atividade produtiva propriamente dita, como a compra de adubos, sacaria, fornecimento de transporte e armazenagem e mesmo a pavimentação de terreiros. Porém, em entrevista⁴⁸ realizada durante o trabalho de campo (Apêndice 1) com o presidente daquela associação, João Piva, o mesmo expressa as dificuldades de obtenção de trabalhadores para a colheita e a preocupação com a fixação de uma mão de obra jovem e qualificada no campo. Como motivador para que isso aconteça, Piva sonha com uma realizável mecanização da região capaz de trazer consigo a renovação e a volta dos jovens que saem para estudar no meio urbano após a melhoria da qualidade de vida de suas famílias:

Nós estamos tentando fazer aqui, eu acho que vai começar ano que vem, o terraceamento da lavoura de café de montanha, porque agora saiu a máquina que apanha café na montanha. Se a Assodantas conseguir mecanizar, comprar pequenos tratores, pequenas máquinas, esses jovens com certeza vão retornar para trabalhar. Jovem tem uma possibilidade imensa de aprender a trabalhar com máquina, ele sendo bem remunerado⁴⁹.

A visão empreendedora do presidente da ASSODANTAS está relacionada à sua compreensão de que “todos os produtores, desde o pequeno até o grande, precisam de gestão”. E quando o pequeno consegue se inserir num circuito de comercialização justa de seu produto, uma sobrevivência confortável se mostra possível. Tanto, que esse tipo de inserção vem sendo buscada por pequenos produtores de outras regiões. No caso do café, no mesmo período, o sistema de *fairtrade* também vem sendo adotado e seguido pela Associação dos Produtores de Café de Dois Córregos -APROCADOC, no município de mesmo nome, no interior do Estado de São Paulo, como aparece no *site* da organização Fairtrade USA⁵⁰.

Adubação e uso de agrotóxicos

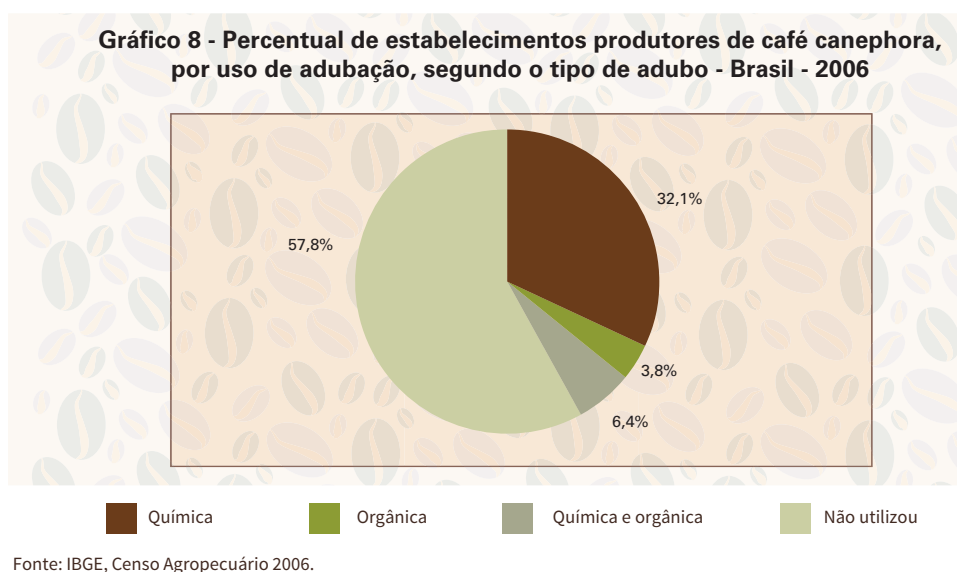
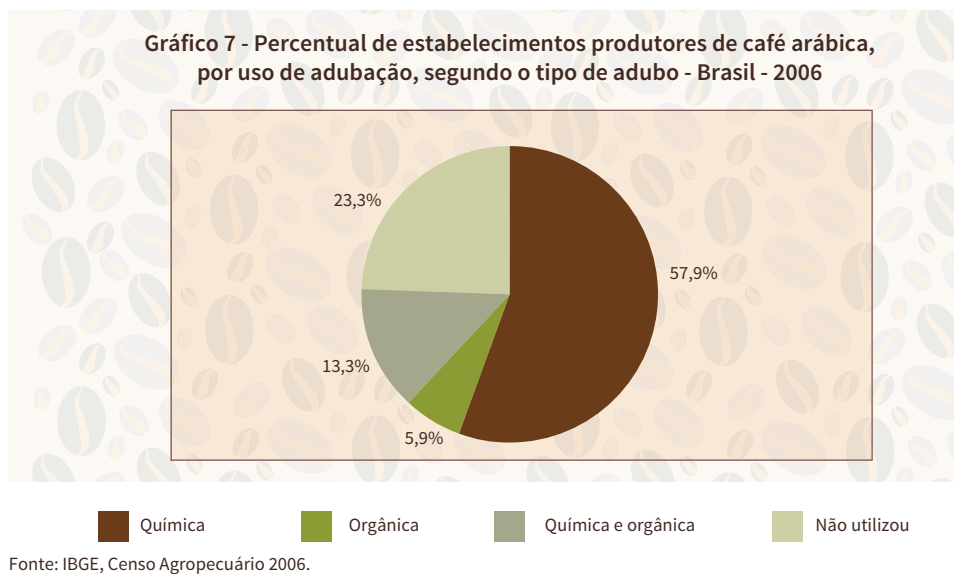
Insumos representativos da agricultura vinculada ao agronegócio, o uso de adubos e agrotóxicos não aparece de forma generalizada no plantio de café, segundo dados do Censo Agropecuário 2006. O uso desses produtos é mais comum na cultura do café arábica, justamente a espécie mais inserida nos circuitos produtivos da agroindústria. Tanto, que a utilização de algum tipo de adubação foi declarada por 77,0% dos estabelecimentos produtores da espécie arábica e apenas 42,0% dos produtores de canephora. No caso dos agrotóxicos, essa diferença diminui bastante, com seu emprego sendo declarado por 35,6% dos cafeicultores de arábica e por 32,2% dos de canephora.

⁴⁸ Esta entrevista faz parte do trabalho de campo, realizado pela Coordenação de Geografia do IBGE, em 2015, que não foi publicado, mas está armazenado nesta Coordenação. Uma síntese do trabalho está no Apêndice 1, desta publicação.

⁴⁹ Trecho da entrevista do citado trabalho de campo realizado pela Coordenação de Geografia do IBGE.

⁵⁰ Para mais detalhes do perfil da APROCADOC no *site* da Fairtrade USA, consultar o endereço eletrônico: <<http://fairtradeusa.org/producer-profiles/aprocadoc-associa-o-dos-produtores-de-cafe-de-dois-c-rregos>>

Em termos gerais, os dados sobre a utilização de adubos estão distribuídos por espécie de café, conforme mostram os Gráficos 7 e 8.



O percentual de estabelecimentos que não utilizam adubos na cultura do café canephora (58,0%) corresponde exatamente aos que fazem adubação química na cultura do arábica. A média nacional de uso de adubação (somados os três tipos de adubação pesquisados) e a dos estados maiores produtores de café arábica, no entanto, ficaram bem acima daqueles 58,0%, como mostra a Tabela 3

Tabela 3 - Estabelecimentos produtores de café arábica, total e percentual de uso de adubação, segundo as Unidades da Federação - 2006

Unidades da Federação	Estabelecimentos produtores de café arábica	
	Total	Percentual de uso de adubação (%)
Brasil	199 492	76,7
São Paulo	16 830	86,2
Espírito Santo	24 452	85,7
Minas Gerais	104 939	83,5
Paraná	20 488	78,1

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Segundo análise dos dados observa-se o peso do Estado de Minas Gerais, com mais da metade dos estabelecimentos produtores do País e uma alta taxa de utilização de algum tipo de adubo. Nas suas principais Mesorregiões Geográficas produtoras (Sul/Sudoeste de Minas; Oeste de Minas Gerais; e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) encontram-se vários municípios com percentuais superiores a 90,0%. No País, apenas três municípios apresentaram taxa de 100% de uso de adubação em seus estabelecimentos: Cássia dos Coqueiros, na Mesorregião Geográfica de Ribeirão Preto; Vargem Bonita, na Mesorregião Geográfica Oeste de Minas Gerais; e Fernão, na Mesorregião Geográfica de Marília. Esses últimos são municípios com relativamente poucos estabelecimentos cafeicultores, porém todos eles inseridos em regiões de cafeicultura de alta rentabilidade.

A adubação no plantio da espécie canephora tem uma média nacional mais modesta, porém apresenta elevadas taxas (entre 80,0% e 100,0%) em vários municípios do Estado do Espírito Santo, estado de maior produção no País nessa espécie, especialmente nas Mesorregiões Geográficas Central e Noroeste. Cabe observar que a média nacional torna-se mais baixa, contudo, devido ao baixo uso da adubação declarada nos estabelecimentos de Rondônia, estado com o segundo maior quantitativo de estabelecimentos e apenas 6,2% deles fazendo uso da adubação, conforme Tabela 4.

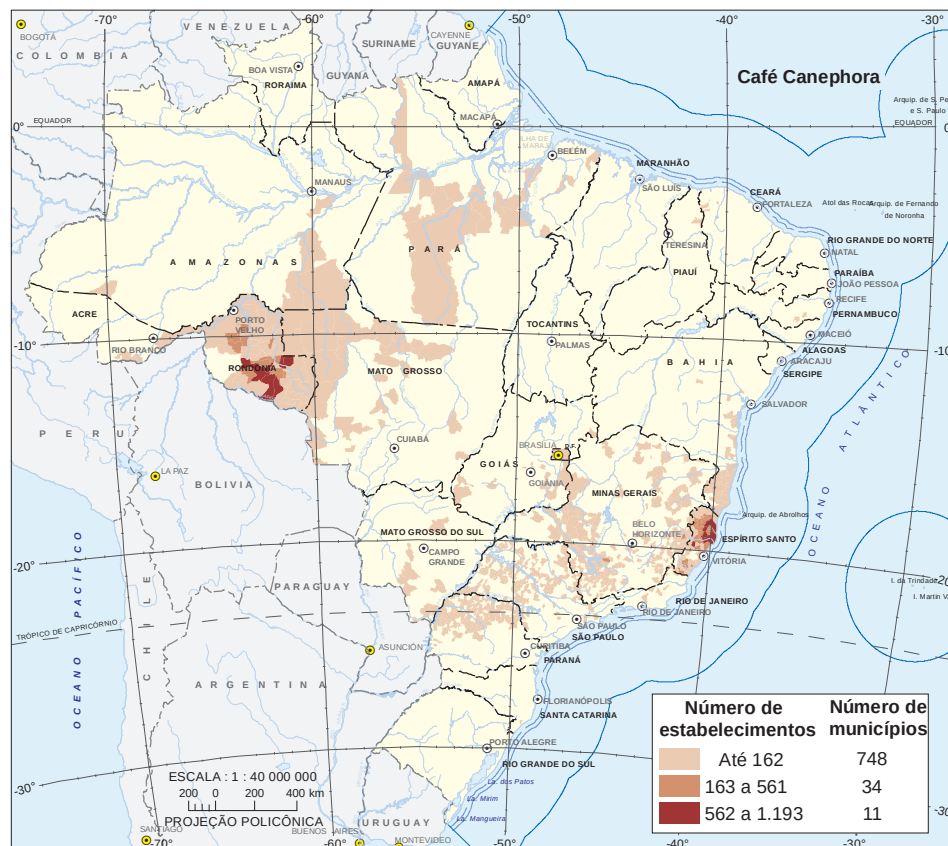
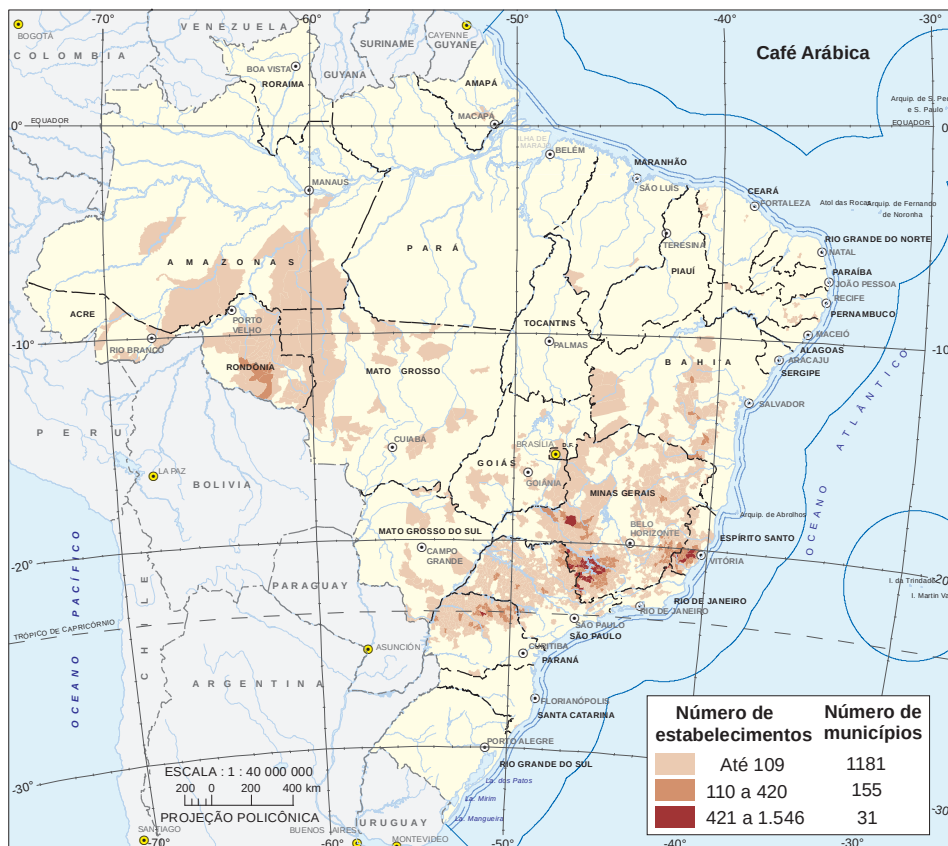
Tabela 4 - Estabelecimentos produtores de café canephora, total e percentual de uso de adubação, segundo as Unidades da Federação - 2006

Unidades da Federação	Estabelecimentos produtores de café canephora	
	Total	Percentual de uso de adubação (%)
Brasil	87 350	42,5
Espírito Santo	35 345	72,4
Rondônia	24 452	6,2
Minas Gerais	8 488	56,2
Mato Grosso	3 168	10,1

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Quanto ao uso de agrotóxicos, em 2006, as taxas nacionais ficaram bem próximas nas duas espécies produzidas: 35,6% dos estabelecimentos produtores de café arábica e 32,2% dos produtores de canephora, sendo a utilização mais frequente, nos dois casos, nos estabelecimentos não familiares. A distribuição regional desse uso é mostrada nos Mapas 27 e 28.

Mapas 27 e 28 - Utilização de agrotóxico - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

No Mapa 27 aparecem em destaque as tradicionais regiões produtoras de café arábica, sendo que, dentre elas, é relevante a Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas, onde a utilização de agrotóxicos está bem acima da média nacional em vários municípios. Com efeito, dos 31 municípios inseridos na última classe do mapa, 10 apresentam taxas de uso de agrotóxico acima de 80,0% e, destes, nove pertencem àquela mesorregião geográfica, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Municípios com elevado número de estabelecimentos produtores de café arábica, por utilização de agrotóxicos, com indicação das respectivas Mesorregiões de Minas Gerais - 2006

Municípios	Estabelecimentos produtores de café arábica			
	Total	Utilização de agrotóxicos		
		Total	Percentual (%)	Mesorregiões de Minas Gerais
Campos Gerais	1 693	1 365	80,6	Sul/Sudoeste
Cabo Verde	1 275	1 025	80,4	Sul/Sudoeste
Patrocínio	943	787	83,5	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Carmo do Rio Claro	726	602	82,9	Sul/Sudoeste
Illicínea	637	576	90,4	Sul/Sudoeste
Coqueiral	655	571	87,2	Sul/Sudoeste
Ibiraci	634	553	87,2	Sul/Sudoeste
Monte Santo de Minas	661	544	82,3	Sul/Sudoeste
Itamogi	612	536	87,6	Sul/Sudoeste
Alpinópolis	503	447	88,9	Sul/Sudoeste

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Já no plantio do café *canephora*, as regiões com maior quantitativo de estabelecimentos fazendo uso de agrotóxicos (Mapa 28) apresentam uma maior dispersão dos valores percentuais. Nesse contexto, entre os 11 municípios da última classe do mapa referente a essa espécie, ocorre uma variação na taxa de uso dos agrotóxicos entre 43,9% em São Miguel do Guaporé e 81,5% em Ministro Andreazza, ambos no Estado de Rondônia e acima da média nacional de 32,2%. Outros municípios dessa classe com elevadas taxas de utilização de agrotóxicos são: Itaguaçu, no Estado do Espírito Santo, com 72,6%; Nova Brasilândia D'Oeste; Alto Alegre dos Parecis; e Alta Floresta D'Oeste, esses três no Estado de Rondônia e com taxas variando entre 68,4% e 69,5%.

Irrigação

O uso das técnicas de irrigação na lavoura de café ocorre, sobretudo, naquelas regiões onde o regime de chuvas é, via de regra, irregular ao longo do ano, como nas regiões de cerrado nos Estados de Minas Gerais e Bahia e centro-norte do Estado do Espírito Santo.

Em 2006, a irrigação era mais difundida na produção do café *canephora* do que na do arábica. Com efeito, nessa última, a prática da irrigação em escala nacional era de apenas 3,7%, devido, em grande parte, ao fato de sua principal região produtora, a Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas, apresentar um regime pluviométrico bastante regular, enquanto a irrigação dessa espécie se faz necessária, sobretudo, nas regiões mais secas de domínio do cerrado.

No caso da espécie *canephora*, a média nacional de irrigação era de 19,0%, sendo mais comum nas Mesorregiões Geográficas Central, Noroeste e Litoral Norte Espírito-santense, onde se

encontravam municípios com elevado número de estabelecimentos e com alto percentual de uso de irrigação, como Itaguaçu (80,0%), Vila Valério (77,2%), Colatina (71,0%) e Linhares (62,0%). A irrigação nas plantações do café arábica, por sua vez, apresentaram força na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, nos Municípios de Indianópolis (74,8% dos estabelecimentos com irrigação), Araguari (69,5%) e Monte Carmelo (55,0%), conforme observado nos Mapas 29 e 30.

Cabe observar que no uso da irrigação, novas tecnologias têm sido desenvolvidas buscando-se a economia e o uso racional da água, no bojo do avanço das pesquisas voltadas a uma agricultura sustentável. Na atualidade, o monitoramento da irrigação, indicando quantidade e intervalos, pode ser feito por sistemas de computador desenvolvidos tanto por empresas particulares quanto por instituições públicas como a EMBRAPA. Nesse sentido, essa instituição realiza importante pesquisa para o desenvolvimento da técnica de irrigação de café com estresse hídrico controlado, que consiste em suspender a irrigação durante um período de 70 dias, conforme Bessa (2012).

Desenvolvida pela EMBRAPA Cerrados e EMBRAPA Café, essa tecnologia, conforme Bessa (2012), “além de revolucionar a prática tradicional da irrigação frequente e continuada, garante mais produtividade, mais qualidade e menor custo, sendo alternativa para a sustentabilidade da cafeicultura no Cerrado”. O termo sustentável aparece também na análise do engenheiro agrônomo da fazenda onde o emprego da técnica foi colocado em prática, no cerrado baiano, e este profissional resume bem a motivação não apenas desta, mas de muitas das inovações recentes e em andamento: a quebra de um paradigma.

Modernização imaterial do café

A modernização da agricultura é tratada desde os anos de 1960 no contexto da revolução verde, quando, de forma massiva, a agricultura passa a consumir máquinas, implementos e produtos químicos, ao mesmo tempo em que vários de seus processos produtivos foram transformados.

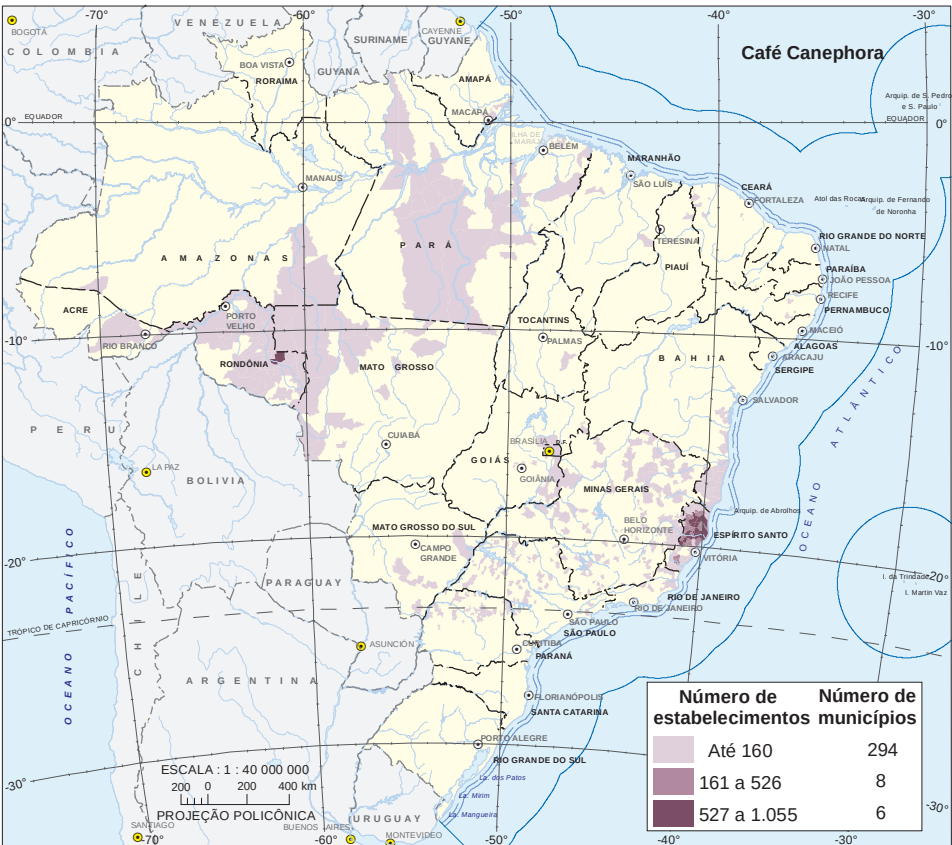
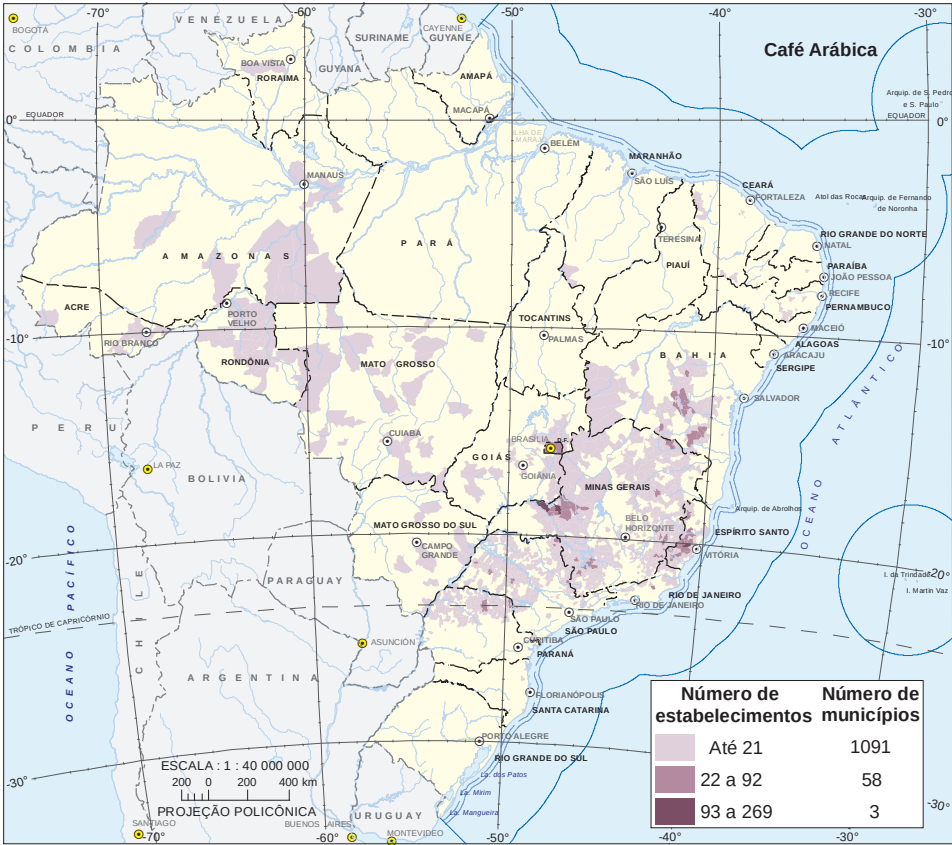
Nesse sentido, considera-se nessa pesquisa que, ao lado das informações do Censo Agropecuário, identificadas, em grande parte, com o paradigma da Revolução Verde, é importante também a incorporação de uma narrativa contemporânea apontando a importância das novas técnicas, informações e conhecimentos que conduzem a produção agrícola e, em especial a cafeicultura, nos dias atuais.

A reflexão proposta pelos Mapas 31 e 32 sob o título de Modernização imaterial do café é trazer esse debate no âmbito das questões envolvendo a modernização contemporânea dessa produção vista sob a ótica geral da pesquisa em torno da dinâmica territorial da cafeicultura no Brasil. Uma discussão, diga-se, necessária, tendo em vista, segundo Silva (2006, p. 1),

[...] as transformações promovidas sobre o território nacional mediante a difusão da atual lógica global, marcada não somente pelo estreitamento das relações estabelecidas entre a técnica e a ciência, assim como também e, sobretudo, pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação.

Assim, a espacialidade, por ora apresentada, estará centrada em instituições públicas e privadas voltadas para pesquisa, nas principais indústrias torrefadoras, certificadoras, eventos e assemelhados, consideradas como constituintes da produção de informação, conhecimento e difusão de técnicas fundamentais para o processo de modernização da cafeicultura brasileira na contemporaneidade.

Mapas 29 e 30 - Uso da irrigação - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Para efeito desta proposta, elencou-se uma série de atores identificados no trabalho de campo, na bibliografia consultada e em *sites* especializados sobre o café. Neste sentido, o Mapa 31 revela a distribuição espacial de instituições voltadas à cafeicultura, localizadas segundo a identificação de suas sedes.

Uma pista relevante foi dada pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, também identificado como Consórcio Pesquisa Café, que reúne dentre suas instituições fundadoras, desde 1997, a EMBRAPA; a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA; a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG; o Instituto Agrônomo de Campinas - IAC; o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR; o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO-Rio; a Universidade Federal de Lavras - UFLA; e a Universidade Federal de Viçosa - UFV.

Atualmente, um número significativo de instituições foi adicionado como participantes do Consórcio Pesquisa Café. No caso específico do Estado de Rondônia, são cinco as instituições integrantes do Consórcio, todas elas localizadas Porto Velho, a capital do estado. Nos Estados do Acre, Amapá, Pará, Pernambuco eles contam com a EMBRAPA e estão também localizadas nas respectivas capitais. No caso do Estado do Ceará é observada a participação da Universidade Federal do Ceará - UFC, no Município de Fortaleza. No Estado da Bahia, são duas instituições que participam do Consórcio, localizadas em Salvador, capital do estado, e em Vitória da Conquista, capital regional situada no sudoeste baiano. O Estado de Goiás participa com duas instituições, ambas na capital Goiânia e o Estado do Espírito Santo⁵¹ tem um total de três instituições sediadas no Município de Vitória.

Um número total de seis instituições está presente no Distrito Federal. A partir desse ponto, além desse número se expandir, nota-se uma participação de centros urbanos interiorizados como sede de instituições. Elas são sete no Estado do Rio de Janeiro, distribuídas nos Municípios de Campos dos Goytacazes, capital regional, no norte do estado; de Niterói e as demais no do Rio de Janeiro. No Estado do Paraná, no total de oito instituições, cinco estão situadas na capital do estado, duas em Londrina, capital regional e uma em Maringá, também capital regional.

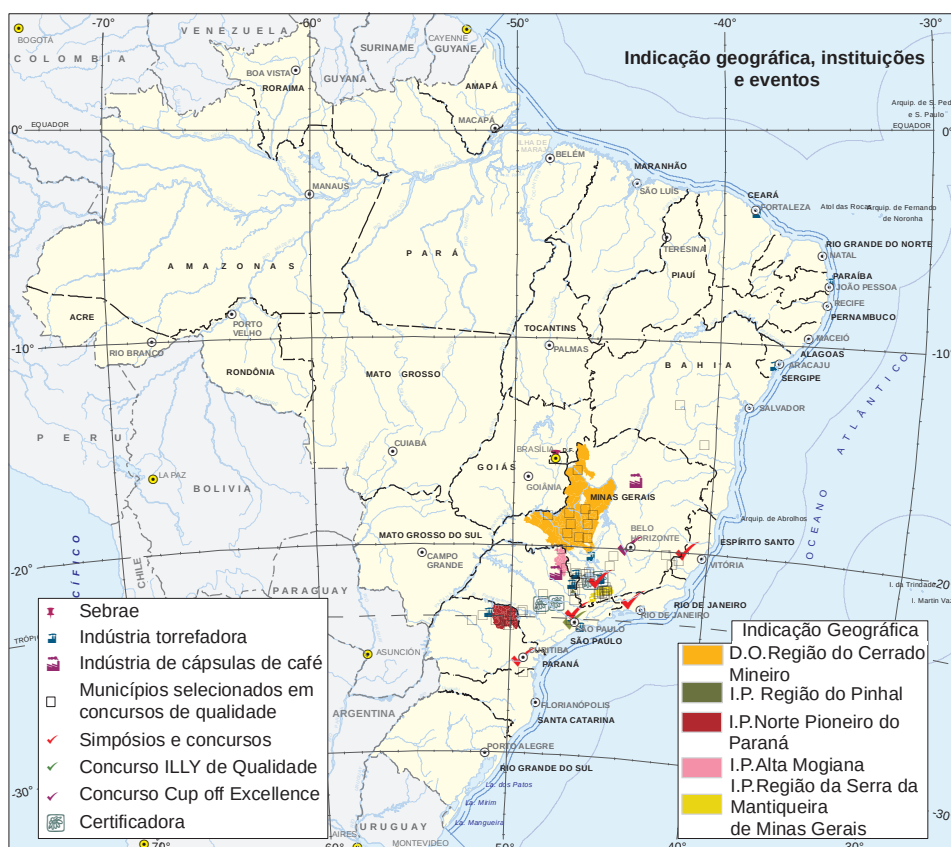
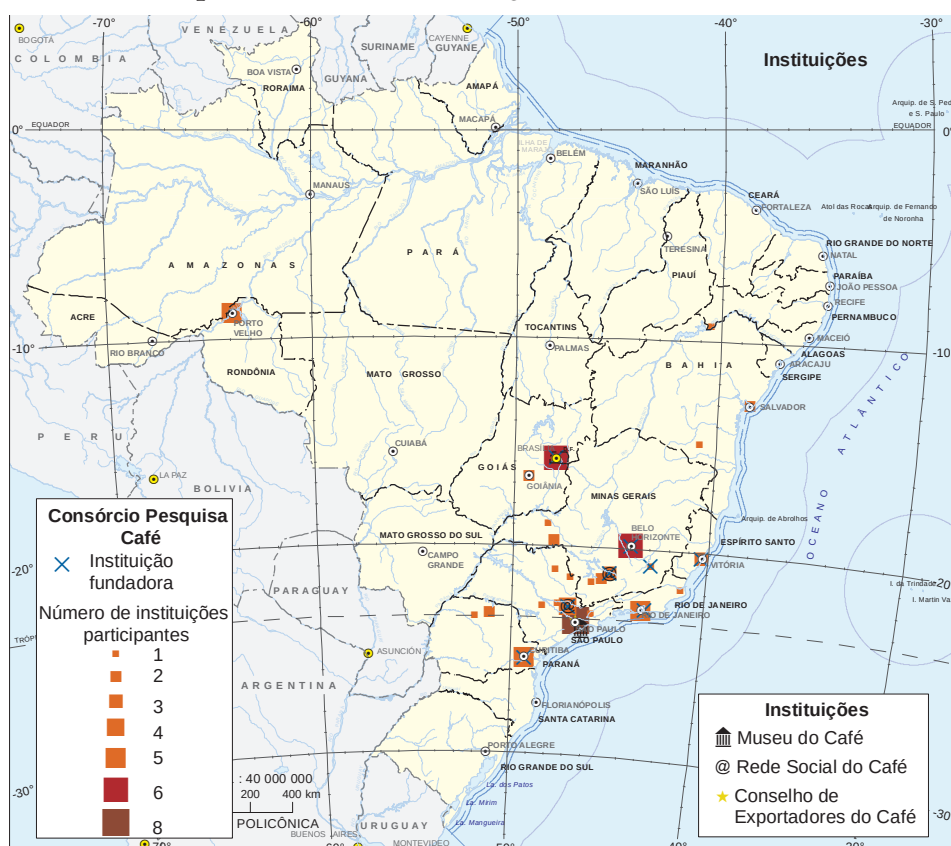
No Estado de Minas Gerais, atualmente o maior produtor nacional de café, são 15 parcerias seis das quais espacialmente distribuídas em Belo Horizonte, capital do estado; três em Lavras, centro sub-regional; duas em Uberaba, capital regional; duas em Varginha, capital regional; uma em Viçosa, centro sub-regional e no Município de Machado.

O Estado de São Paulo desponta com 18 instituições, entre públicas e privadas. A participação desse estado, antigo grande produtor de café, reúne o maior número de participantes e tem uma composição diversificada, aí constando, por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, o Instituto do Coração - INCOR e a Fundação Getúlio Vargas - FGV.

O Estado de São Paulo alcança um maior nível de interiorização uma vez que oito instituições ficam em São Paulo, capital do estado e metrópole nacional, enquanto quatro estão em Campinas,

⁵¹ O INCAPER, órgão capixaba de pesquisa e assistência técnica e um dos fundadores do Consórcio Pesquisa Café, está presente em todo estado e no sul do Estado da Bahia. Outro exemplo de instituição fundadora que mantém um forte vínculo espacial é a EPAMIG, suas unidades nos Municípios de Lavras, São Sebastião do Paraíso, Três Pontas, Machado, Três Corações, Leme do Paraíso, Jaíba, e Pitangui estão voltadas para a pesquisa genética, dentre outros temas, do café.

Mapas 31 e 32 - Modernização imaterial do café - 2016



Fontes: 1. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. 2. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. 3. Rede Social do Café. 4. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé. 5. Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC. 6. Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil - ACOB. 7. Brazil Specialty Coffee Association - BSCA. 8. Instituto Biodinâmico - IBD. 9. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae. 10. Fairtrade Brasil. 11. Festa do Café 2016, Varginha (MG). 14. Festival do Vale do Café 2016, Vale do Paraíba do Fluminense. 12. Rede de Agricultura Sustentável - RAS (Rainforest Alliance Certified). 16. Museu do Café. 13. Conferência Internacional do Café, 1.; 2016. Atibaia. [Trabalhos apresentados]. Porto Alegre: Yara Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.nossocafeyara.com.br/>>. Acesso em: out. 2016. 14. Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, 9.; 2015. Curitiba. Anais... Brasília, DF: Consórcio Pesquisa Café, 2015. Disponível em: <<http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/consorcio/separador2/simposio-de-pesquisa-dos-cafes-do-brasil/606-anais-do-ix-simposio-de-pesquisa-dos-cafes-do-brasil>>. Acesso em: out. 2016.

capital regional; uma em Botucatu, centro sub-regional; uma em Jaguariúna; uma em Mococa, centro de zona; uma em Piracicaba, capital regional; uma em Ribeirão Preto, capital regional; e São José dos Campos, capital regional.

Para coordenar o Consórcio Pesquisa Café, a EMBRAPA Café, sediada em Brasília, foi criada em 1999, com a finalidade precípua de realizar, promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento do café no âmbito da Empresa e das instituições integrantes e parceiras do Consórcio.

Ao lado do Consórcio Pesquisa Café e do Conselho Nacional do Café, atuando há cerca de 10 anos, a Rede Social do Café se define como uma comunidade virtual que tem se firmado ano a ano com o objetivo de promover a interação das instituições de pesquisa, ensino, extensão e demais agentes do sistema agroindustrial do café. Essa rede de amplo escopo fecha o mês de junho de 2016 contabilizando 17 milhões de acessos distribuídos por 164 países e 1 064 municípios brasileiros.

A Rede Social do Café vem inovando a forma de transferência de tecnologia, pois uma das ações mais tradicionais da agricultura, isto é, o icônico trabalho de campo, passa a ser apresentado na *web* e denomina-se trabalho de campo virtual. Neste sentido, a iniciativa vem sendo considerada uma das grandes inovações do setor cafeeiro, segundo a Rede Social do Café, uma vez que ela possibilita a “quebra” de barreiras geográficas, o aprimoramento de recursos e, principalmente, otimizando o próprio tempo. Nesse caso, na impossibilidade de participar de eventos de café, os interessados podem acessar aos conteúdos, palestras e informações assistindo às transmissões diretas e/ou aos vídeos dos eventos gravados.

A Rede Social do Café conta com o apoio de pesquisadores do Instituto Agrônomo de Campinas - IAC, sediado na cidade de Campinas (SP); da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, sediada em Belo Horizonte (MG); da Universidade Federal de Lavras - UFLA, do Polo de Excelência do Café; Agência de Inovação do Café - INOVACAFÉ, órgão vinculado à UFLA; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café - INCT, essas quatro últimas instituições localizadas em Lavras (MG). Além dessas instituições, a Rede Social do Café conta com o apoio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Prosseguindo na descrição, a importância alcançada pelas certificações impõe sua incorporação num quadro renovado de análise geográfica do processo de modernização, agora denominado de “modernização imaterial”, cuja identidade confunde-se crescentemente com as características intrínsecas da posição regional/local de cultivo do café. Assim, conforme Almeida (2009, p. 4),

[...] para um produtor, além de garantir a qualidade do grão, em fatores como sabor e aroma da bebida, cada vez mais se torna perceptível que uma das melhores formas de diferenciação do produto é a busca de certificações que garantam outras qualidades intangíveis ao café. Cada certificação agrega uma qualidade que será percebida por diferentes consumidores quando identificam o selo da certificadora, e quanto mais diferenciado for esse produto mais ele será entendido como único, já que dificilmente se encontrará outro produto com os mesmos atributos.

As certificadoras UTZ Certified; Rede de Agricultura Sustentável - RAS (Rainforest Alliance Certified), do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLOA, sediada em Piracicaba (SP); Fair Trade Brasil com sede em Botucatu (SP); Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil - ACOB, na cidade de Machado (MG); Instituto Biodinâmico - IBD, em Botucatu (SP) e a Associação

Brasileira de Cafés Especiais (Brazil Specialty Coffee Association - BSCA), em Varginha (MG) são as mais reconhecidas⁵² nas certificações do café.

Dentro da proposta de multiplicidade de atores representativos da cadeia do café, foi incorporada no mapeamento a indústria torrefadora, uma vez que apesar de o consumo interno ser marcado por um café de qualidade inferior ao café tipo exportação, credita-se a essas indústrias um papel importante na introdução de um café de qualidade ou diferenciado.

Nesse sentido, no mapeamento efetuado, foram selecionadas as 10 principais indústrias torrefadoras, dentro do critério da ABIC em outubro de 2015, além de ser incorporada uma empresa produtora de café em cápsulas, esta última incorporada ao mapa não apenas pela tecnologia em si, mas principalmente por ela representar um elo específico na cadeia geográfica de produção, hoje em dia relacionado ao estímulo à produção de café especial. Chama atenção a localização dessa empresa em Montes Claros, município do norte do Estado de Minas Gerais.

Dentre as instituições associadas a essa nova geografia da modernização imaterial do café sobressai também o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, que organiza feiras e festivais, além do Museu do Café, em Santos, chamando atenção para a ampla rede e pontos geográficos que subsidiam essa nova espacialidade associada ao café brasileiro na contemporaneidade.

Nesse sentido, é reveladora a localização do Museu do Café na cidade de Santos, cidade símbolo da cafeicultura brasileira, que outrora constituía ponto funcional e de convergência dessa atividade. Afinal, Santos viveu a história do café como nenhuma outra cidade do País e seu porto se mantém como principal porta de saída mundial do café brasileiro, embora os serviços de armazenagem, de classificação do café e de formação das ligas, por exemplo, antes localizados nesta cidade, tenham se disseminados ao longo do tempo por outras áreas.

A Indicação Geográfica e os municípios classificados em concursos de qualidade do café foram inseridos na análise geográfica da modernização imaterial (Mapa 32), uma vez que permitem também a identificação no espaço de produto e produtores pelo reconhecimento e contribuição que a prática de concursos tem tido na elevação a patamares superiores da produção de café especial no país, tornando os produtores e, principalmente, os vencedores, em referências na produção mundial.

A produção de café ganha uma importante visibilidade com a instauração das Indicações Geográficas, seja como Indicação de Procedência ou Denominação de Origem, essas categorias estão distribuídas geograficamente em cinco conjuntos de municípios dentre as áreas produtoras. No Estado do Paraná, a delimitação da Indicação de Procedência refere-se aos 45 municípios das regiões administrativas, denominadas Norte Pioneiro do Paraná e Norte do Paraná. No Estado de São Paulo, a Indicação de Procedência demarca 15 municípios da Alta Mogiana e oito municípios da Região do Pinhal. No Estado de Minas Gerais, na vertente mineira da Serra da Mantiqueira, engloba 21 municípios. Como Denominação de Origem, essa categoria compreende 55 municípios do cerrado de Minas Gerais⁵³.

⁵² Cabe ressaltar que são encontradas iniciativas de certificações em vários estados produtores.

⁵³ Área delimitada pelos paralelos 160 37' a 200 13' de latitude e 450 20' a 480 48' de longitude.

Em relação aos concursos de qualidade, o número de municípios que foram classificados em algum tipo de concurso perfaz um total de 55 municípios, no período de 2011 a 2015 distribuídos pelas áreas produtoras de café. No Mapa 32 é possível observar uma justaposição significativa entre os municípios que ostentam o título de Indicação Geográfica e o dos classificados em concursos. Apesar de ser arriscado afirmar a relação direta entre a Indicação Geográfica e os concursos de qualidade, pode-se atestar a relevância da sobreposição espacial entre essas duas informações.

Por fim, o encaminhamento que se deu para a análise e representação geográfica do tema proposto diz respeito ao reconhecimento da multiplicidade de dimensões que aportam a questão da modernização imaterial da cafeicultura contemporânea, fazendo com que na agricultura atual, o conhecimento seja - *conditio sine qua non* - compartilhado por muitos.

Na atualidade, o exame sobre o papel do Consórcio Pesquisa Café é o reconhecimento de que o País desenvolve, seguramente, o maior programa mundial de pesquisa em café. Neste sentido, a evolução da cafeicultura brasileira demonstra a importância dos trabalhos de pesquisa concentrados nas áreas de melhoramento genético, biotecnologia, segurança alimentar, zoneamento climático, dentre outras (BRASIL, 2016a).

Favarão (2011, p. 26) ressalta o mérito das iniciativas públicas e os empreendimentos privados:

[...] que valorizam e viabilizam os cafés especiais certificados [e que] se mostram importantes para a efetivação desse tipo de produção - ainda que o cenário pós-desregulamentação aponte um enfraquecimento da ação estatal na produção cafeeira - além de que observa-se uma forte influência de empresas estrangeiras como impulsionadoras desse tipo de produção, empresas como a BSCA (com sede no Brasil e nos EUA) e Illycafé (italiana) que trabalham mediando informações entre produtores e consumidores promovendo o café especial e incentivando os produtores através de concursos que atestam a qualidade do café.

No curso deste trabalho, observou-se, assim, que importantes municípios surgem no movimento estratégico de interiorização institucional do conhecimento na cafeicultura brasileira, aí se destacando Lavras, no Estado de Minas Gerais; Campinas; Botucatu; e Piracicaba no Estado de São Paulo onde se localizam órgãos públicos e empreendimentos privados relacionados ao conhecimento imaterial, demonstrando grande capacidade de expandir o conhecimento de forma coletiva, isto é, possuindo características que pode conferir a eles uma função de nó na rede do saber do café.

Como recomendação, a discussão sobre a denominada modernização imaterial, na qual se buscou evidenciar a geografia de alguns atores que efetivamente atuam no mundo contemporâneo do café, sinaliza a relevância da análise sobre o acompanhamento da informação sobre o acesso à informação.

Com efeito, no que diz respeito ao percentual de computadores e acesso à Internet no interior do estabelecimento rural, segundo o Censo Agropecuário 2006 enquanto o conjunto de produtores não familiares que possuíam computadores no estabelecimento rural alcançava 12,0% do total nacional e 6,0% declararam acesso à Internet, apenas 3,0% dos produtores familiares afirmaram possuir computador no estabelecimento rural e tão somente 1,0% desses últimos declarou ter acesso à Internet. Desse modo, mesmo reconhecendo que nos últimos 10 anos o quadro de conexão pode ter passado por grande alteração é importante o próximo Censo Agropecuário para avaliar a magnitude das mudanças.

Finalmente, por sua natureza fragmentada, a compreensão das peculiaridades e diferenças regionais do espaço rural brasileiro constitui a chave para futuras investigações sobre a geografia da modernização imaterial e seus reflexos na cafeicultura do País.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a essência do melhor café, por vezes, se aloja e se protege em plantações rústicas cuidadas por mãos campestres, fazendo com que o café produzido no País abrigue todos os mistérios e dilemas contidos na espacialidade de uma lavoura secular que engendra constante transformação, deslocamentos e, principalmente articulações no território brasileiro, o que faz da logística uma análise obrigatória para se entender a dinâmica territorial da produção cafeeira na atualidade.

Destino da produção

Este tópico terá como foco o destino da produção do café entendido enquanto uma das características da produção e do estabelecimento rural levantadas pelo Censo Agropecuário 2006 que mais se articula com o sistema logístico desenvolvido em torno desse produto, que será analisado no capítulo seguinte.

Nesse sentido, as informações mapeadas são aquelas referentes às variáveis levantadas pelo Censo Agropecuário 2006 relativas à produção vendida ou entregue a cooperativas, à vendida diretamente para indústrias, à produção entregue à empresa integradora, àquela vendida diretamente a intermediários, dentre outras levantadas pelas informações censitárias.

O mapeamento destas variáveis contribui para aprofundar o conhecimento da dinâmica territorial da produção cafeeira no Brasil no que diz respeito ao destino dessa produção a partir dos estabelecimentos agropecuários enquanto primeira etapa da geografia traçada pela cadeia logística estruturada a partir da produção cafeeira.

Historicamente, a intermediação representada pelas casas comissárias desempenhou um papel central, confundindo-se, de modo geral até o início do século passado, com o próprio financiamento de uma lavoura, cujo longo ciclo de formação e elevada exigência quanto aos tratos culturais, criava a condição de dependência ao custeio da produção, fazendo do mecanismo de financiamento um elemento intrínseco à intermediação entre o produtor de café e sua venda ao mercado. Nesse contexto, o comerciante do café teve, no passado, um papel mais importante do que o de um simples intermediário.

O Armazém Geral e os Armazéns Reguladores, esses últimos usualmente localizados junto a uma estação de estrada de ferro, constituíram outras modalidades de intermediação encontradas no passado e desenvolvidas para aprimorar não só os mecanismos de venda dessa produção, como simultaneamente, financiar o custeio da lavoura e os adiantamentos necessários à formação de novos cafezais.

Nesse esquema de intermediação da produção cafeeira, a centralidade exercida pelos comerciantes de café sediados nos portos dos Municípios de Santos e do Rio de Janeiro constituiu o legado da geografia definida pela intermediação desse produto até início do Século XX, quando a comercialização em si era o segmento mais lucrativo em torno da economia cafeeira.

No presente, as diversas formas de intermediação da produção cafeeira delineiam uma geografia muito mais complexa, acompanhando as mudanças econômico-sociais ocorridas não só no campo, como nas diversas formas de comercialização do café, desde os estabelecimentos rurais

até os centros consumidores mediatizados pelas diversas mudanças ocorridas na industrialização-diversificação da produção cafeeira.

Nesse contexto, configura-se na atualidade uma geografia da intermediação do café fortemente regionalizada, vinculando zonas agrícolas, eixos de circulação, pontos de estocagem e de terminais portuários em uma densa rede de articulação que interliga um “cinturão” geográfico de café estruturado, grosso modo, desde o Estado da Bahia até do Paraná, com uma área core consolidada no território mineiro e paulista. Além desse cinturão, destaca-se, no contexto nacional, o Estado de Rondônia e, em menor extensão o noroeste matogrossense (VENÂNCIO; LARANJEIRA, 2009).

Analisar a logística de escoamento dessa produção impõe, assim, uma leitura inicial do destino da produção cafeeira, como etapa fundamental do processo de diferenciação espacial traçada por uma produção agrícola crescentemente associada e valorizada no mercado segundo as características geográficas locais.

Com efeito, sendo o café, na atualidade, cada vez mais percebido como um “produto de *terroir*”, onde fatores, tais como, clima, posição geográfica e variedades empregadas, além do manejo feito pelo produtor, são decisivos na tipificação do produto no mercado, impõe uma análise geográfica das duas principais espécies de café encontradas no País - arábica e canephora – analisadas a seguir segundo sua distribuição espacial no território brasileiro.

O Mapa 33 ressalta a diferenciação regional existente quanto ao padrão de participação dos diversos destinos da produção do café arábica no País e, simultaneamente, a marcada especialização dessa lavoura na Região Sudeste, seguida em patamar bem inferior das Regiões Nordeste e Sul.

A Região Sudeste, além de responder pela maior parte dos estabelecimentos produtores do café arábica, concentra grande parte da produção desta variedade de café. Com efeito, esta região responde por mais da metade da quantidade produzida de café arábica do Brasil, quantidade essa superior à soma de todas as demais regiões, que cuja participação alcança tão somente 17,6% da quantidade produzida pela Região Sudeste.

O gigantismo da quantidade produzida de café encontra-se inscrito no processo histórico de acumulação capitalista que culminou com o embrião do processo de industrialização em São Paulo. Como nos recorda Cano (1977), a industrialização que se intensifica no Estado de São Paulo guarda relações com a conjuntura de depressão econômica dos anos 1930, levando aos produtores capitalizados de café do Estado de São Paulo a inverter os lucros excedentes com a produção cafeeira para a industrialização.

A importância da Região Sudeste na produção do café arábica faz dessa região, portanto, um elemento chave no entendimento dos canais de comercialização de sua produção no contexto nacional. Assim, quanto às diferenças regionais verificadas no padrão de destino da produção dessa espécie em nível nacional, chama atenção a presença das cooperativas naquela região e na Região Sul onde têm tido um papel fundamental no sistema agroindustrial do café, ao armazenar, rebeneficiar e comercializar essa produção⁵⁴.

⁵⁴ Para Saes e Nakazone (2002 p. 38), nem todas as cooperativas englobam todas essas atividades, mas algumas delas ainda contam com a parte de torrefação e exportação. Ainda segundo os autores, elas participam ativamente na separação e rebeneficiamento do café e, portanto, contribuem para a definição da qualidade dessa *commodity*. Papel importante desempenhado por elas constitui também a venda de insumos aos produtores.

Nessas duas regiões, a intermediação das cooperativas, apesar de não abalar a hegemonia da venda direta a intermediários do café arábica, aponta para a importância do café vendido ou entregue a cooperativas. Segundo Saes (1999 apud SOUZA; BIALOSKORSKI NETO, 2004, p. 7), além das cooperativas, os intermediários e maquinistas realizam também o processamento, contudo estes têm apresentado participação cada vez menor no sistema agroindustrial do café.

Com efeito, nas Regiões Sudeste e Sul a participação do destino de produção para cooperativas é expressiva, conforme observado no Mapa 33, cabendo lembrar que sua constituição na Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas pode ser compreendida num contexto de políticas nacionais para o fomento do plantio de café que, articulada com as políticas estaduais, propiciaram o surgimento, fortalecimento, expansão e, em momento posterior, na fusão de cooperativas que ficaram responsáveis pelo rebeneficiamento, transporte e, em alguns casos, assistência técnica, bem como pelo próprio fornecimento de mudas aos pequenos e médios estabelecimentos rurais.

A pesquisa de campo (Apêndice 1) corroborou o papel ativo das cooperativas nas funções de rebeneficiamento, industrialização, estocagem, transporte e exportação. Em casos específicos, observou-se a existência de representações avançadas de postos aduaneiros no interior das cooperativas e o transporte dos grãos realizado através de modernos contêineres que são hermeticamente fechados na área da cooperativa e enviados aos portos para exportação.

Nesse contexto, cabe ressaltar que, ao longo do tempo, enquanto nos Estados do Paraná e São Paulo a maior parte das cooperativas foi formada após 1958, quando o IBC passou a incentivar a formação desses vínculos, no Estado de Minas Gerais elas acompanharam, ao longo do século passado, a expansão da fronteira agrícola através da produção do café arábica.

Na Região Sul e, principalmente na Região Sudeste, existe uma forte correlação entre a formação de novas cooperativas e a expansão da fronteira cafeeira do arábica aí se destacando a região de cerrados no Triângulo Mineiro e mesmo na Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas.

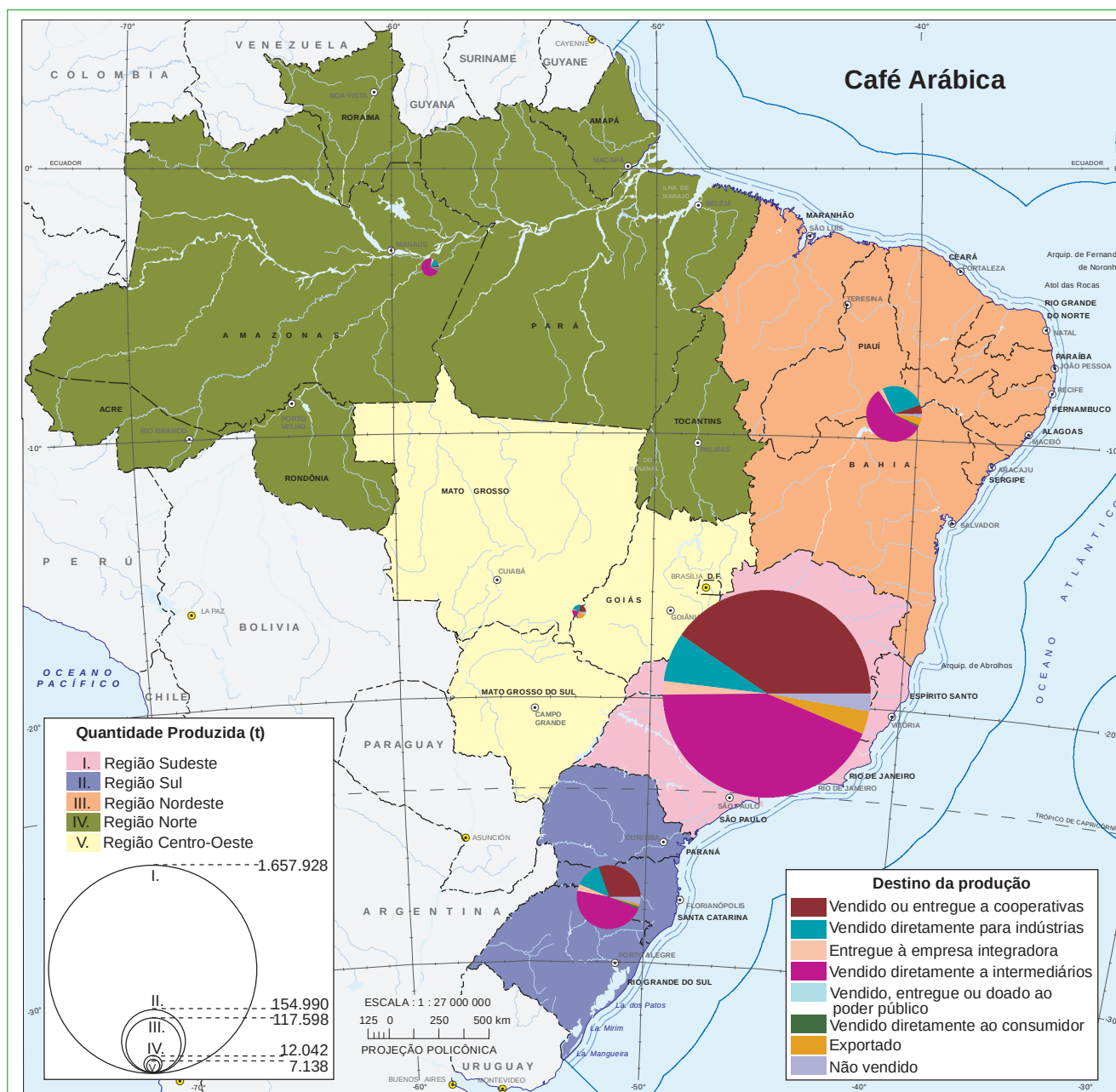
Quanto ao café vendido diretamente a intermediários cabe lembrar a criação, por parte de médios e grandes cafeicultores, de empresas para armazenar e preparar o café proveniente não só de seus próprios estabelecimentos rurais, como de outros clientes, produtores e exportadores de café, contando com profissionais especializados e equipamentos modernos para rebeneficiamento, padronização, *blends*, estufagem de contêineres e armazenagem de café.

Segundo depoimento colhido em trabalho de campo ao sul de Minas Gerais⁵⁵, existem “alguns grandes produtores, que não são agricultores familiares comercializando junto porque se não for dessa forma não tem volume e se não tem volume eles não têm o mercado”.

Importante mencionar que a baixa participação do café arábica para destinação direta para exportação diante das outras modalidades de destino deste produto traduz o fato de ele ser exportado, em grande parte, via cooperativas e associações de cafeicultores, isto é, através de outras formas de intermediação. Em depoimento colhido no trabalho de campo fica evidenciado que “grande parte do café arábica que é produzido no Brasil é para exportação” e que no caso do chamado café especial a exportação é ainda mais relevante.

⁵⁵ Estes depoimentos fazem parte do trabalho de campo, realizado pela Coordenação de Geografia do IBGE, em 2015, que não foi publicado, mas encontra-se armazenado na Coordenação. Uma síntese do trabalho está no Apêndice 1, desta publicação.

Mapa 33 - Destino da produção – café arábica- 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Na Região Centro-Oeste, a pequena expressão da produção do café arábica e a própria diversidade encontrada no destino da produção pode passar por grandes mudanças em futuro próximo, dado os avanços alcançados pelo cultivo dessa espécie nos cerrados mineiros e baianos em moldes modernizados. O desafio de sua expansão pela Região Centro-Oeste constitui, contudo, em sua adaptação a condições morfológicas, climáticas e a padrões tecnológicos distintos dos cultivares dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Referindo-se ao potencial do Bioma Cerrado para a expansão do café em bases técnicas modernas, Andrade (1994) aponta para a tendência que já se delineava na década de 1990, referente ao do avanço do cultivo do café no cerrado. Conforme lembra o autor:

Outro fator foi a introdução da cafeicultura em áreas até então consideradas ‘tabus’ para o seu cultivo. A introdução do café no cerrado trouxe consigo um pacote tecnológico, que de certa forma acabou estabelecendo uma ‘nova cafeicultura’ em Minas Gerais. Devido a sua topografia, a região se prestava à mecanização do café em todas as suas etapas e, como o tratamento dos solos também era uma condição fundamental para o seu sucesso, podemos reafirmar mais uma vez que o café constituiu um dos principais vetores da agropecuária mineira. O café no cerrado mineiro, embora tenha sido alvo de apoio creditício abundante, surgiu ‘desconectado’ da política cafeeira totalmente sujeita ao IBC. Não é o café propriamente que move o crédito regional, mas as múltiplas atividades (soja, milho, arroz, frutas), entre as quais o café. E o incremento da atividade agropecuária na região deve em parte ser creditado às políticas regionais representadas pelos Programas e Projetos como PRODECER, POLOCENTRO e PADAP, não se apoiando apenas na política cafeeira comandada pelo Governo Federal. (ANDRADE, 1994, p. 40-41)

Nesse sentido, as informações futuras das pesquisas agropecuárias poderão confirmar a evolução da dinâmica territorial do café arábica para a área do cerrado da Região Centro-Oeste, tal como já ocorre na atualidade com o cerrado mineiro.

Com efeito, as possibilidades de plantio comercial do café arábica na Região Centro-Oeste e no cerrado goiano, em especial, passa pelo desenvolvimento tanto da tecnologia ligada à irrigação quanto ao desenvolvimento de cultivares mais resistentes à seca.

Quanto ao padrão espacial dos diferentes destinos da produção do café *canephora* apresentado pelas Grandes Regiões (Mapa 34), fica evidenciado, em primeiro lugar, a importância das Regiões Sudeste e Norte no cultivo dessa espécie de café, cujo destino dominante é a comercialização via intermediário.

Cabe observar que a presença do cultivo do café *canephora* na Região Norte deve-se, em especial, ao Estado de Rondônia, onde os migrantes provenientes do Estado do Espírito Santo difundiram essa lavoura caracterizada por maior tolerância a temperaturas elevadas.

Nesse contexto, os projetos de colonização implantados na Região Norte a partir da década de 1970 constituíram fatores de expansão da cafeicultura, com destaque para o Estado de Rondônia.

Conforme observado no Mapa 34, o café *canephora* é destinado, em grande parte, para as mãos dos intermediários. Observação preliminar permite constatar que o papel dos intermediários no transporte ou rebeneficiamento (despolpamento do grão) do café *canephora* é, em termos relativos, mais expressivo que o do café arábica. Neste último, conforme observado anteriormente, o papel das cooperativas desponta como destino expressivo da produção principalmente nas Regiões Sudeste e Sul.

Finalmente a predominância da destinação aos intermediários no caso do café *canephora* pode estar relacionada, entre outros fatores, por ser ele, ao contrário, do café *arábica*, pouco apropriado ao consumo direto, sendo utilizado para a indústria de café solúvel e na composição de *blends* de café torrado, porque auxilia na cor e na consistência da bebida.

Quando se analisa a produção das espécies *arábica* e *canephora* destinada à cooperativa em escala estadual, fica evidente que o protagonismo do Estado de Minas Gerais na destinação do café *arábica* para cooperativa superior a 45,0% contribui em muito para o percentual superior a 35,0% alcançado por essa destinação do *arábica* em escala nacional⁵⁶.

Historicamente, o elevado grau de destinação da produção mineira do café *arábica* para as cooperativas e, de forma agregada, da produção oriunda da Região Sudeste, ocorre devido ao próprio processo de abertura do mercado cafeeiro com a saída do estado do controle e regulação o que contribuiu para o fortalecimento das cooperativas. Este arranjo administrativo-institucional desempenha, no momento da abertura predatória do mercado, o papel de salvaguarda do produtor. Nesse sentido, em trabalho de campo (Apêndice 1), foi observado que se não fosse a atuação das cooperativas, a produção familiar do sul/sudoeste mineiro teria sua produção em grande parte inviabilizada por conta das dificuldades de acesso aos mercados regionais e globais.

Cabe lembrar que no momento posterior à extinção do IBC, Andrade (1994, p. 3) pesquisou as razões da dinâmica espacial envolvida no êxito da produção cafeeira da Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas e no recuo da produção nos Estados de São Paulo e Paraná. Para além das explicações edafoclimáticas ou de natureza ambiental, o autor situa a discussão dessa dinâmica no âmbito das políticas públicas federais e estaduais e dos financiamentos públicos que, segundo ele, contribuíram para o fortalecimento e expansão da produção cafeeira no Estado de Minas Gerais, num momento em que o órgão regulador do setor é extinto e milhares de produtores deixados à própria sorte.

Analizando esse período histórico, porém em momento imediato que precedeu à extinção daquele Instituto, Bacha (1988) afirma que nos anos que precederam à extinção do IBC (anos 1960-1970), ocorreu um profundo deslocamento da produção dos Estados do Paraná e São Paulo para o Estado de Minas Gerais, que a partir de então vai paulatinamente tornando-se o maior produtor nacional.

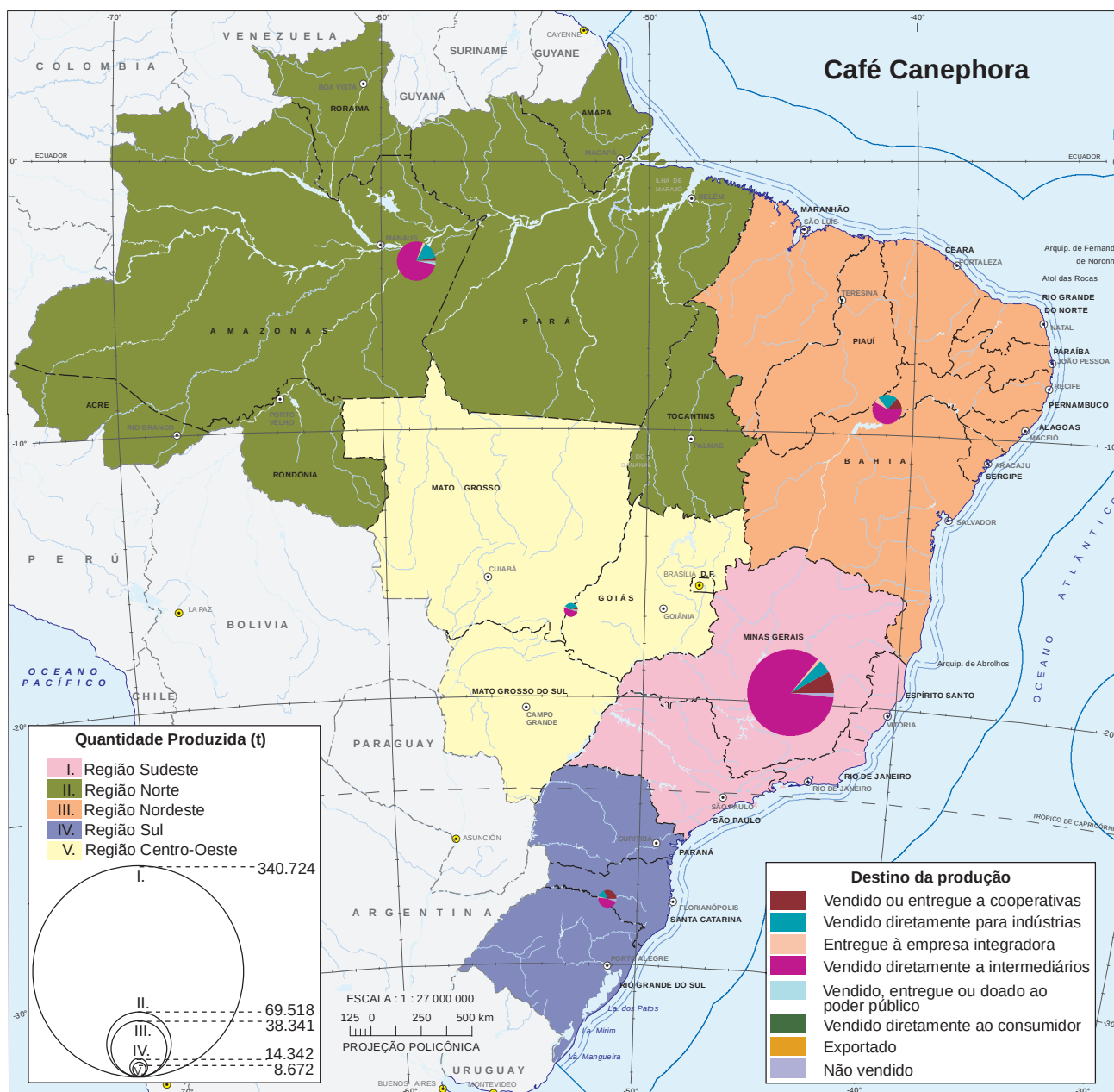
Para esse autor, tal deslocamento foi também fortemente baseado em incentivos e forte aparato de assistência técnica, em incentivos a compra de insumos e equipamentos agrícolas, inseridas no interior de um conjunto de medidas reunidas nos planos federais integrados aos programas estaduais de fomento das atividades agrícolas em geral e à cafeicultura em particular.

Finalmente, o patamar inferior a 10% de destinação do café *canephora* às cooperativas reafirma o quanto o papel dessas últimas tem que avançar no Estado de Rondônia e em partes dos Estados da Bahia e do Espírito Santo onde essa espécie é dominante.

Reforçando a análise multiescalar da cafeicultura brasileira, a distribuição em nível municipal do destino da produção cafeeira será realizada a seguir discriminando o destino do *arábica* e do *canephora*. Com efeito, a escala municipal permite avançar no aprofundamento das diferenciações geográficas existentes dentro da cadeia produtiva do café no que diz respeito aos principais fluxos que se firmam a partir do estabelecimento rural em direção ao mercado.

⁵⁶ Quanto aos Estados de São Paulo e Paraná, o primeiro destina mais da quarta parte de sua produção para cooperativas, enquanto no Paraná esse percentual é de cerca de 30%.

Mapa 34 - Destino da produção – 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A possibilidade de desdobrar a análise da espacialização do destino da produção do café no País em nível municipal segundo sua espécie - arábica ou canephora - permite compreender um pouco mais acerca da complexa geografia traçada por esta atividade na contemporaneidade do agro nacional.

Se no passado a cafeicultura esteve associada ao movimento de desbravamento do interior, hoje em dia, ela se vincula à dinâmica territorial imposta pelos diversos segmentos, nacionais e transnacionais, que compõem a agropecuária brasileira que gera um processo contínuo e desigual de mudanças operadas nas formas de apropriação e uso do agro nacional.

Nesse contexto, a análise conjunta de informações de natureza estatística e geográfica, aliada à rápida evolução das representações cartográficas trazidas pelas técnicas de geoprocessamento torna possível, na atualidade, se observar as diversas geografias delineadas pela cafeicultura segundo o destino da produção, geografias essas que alimentarão mais adiante a cadeia logística associada a essa atividade.

Nesse contexto, os Mapas 35 e 36 vão permitir comparar a geografia dos dois principais destinos da produção do café arábica, isto é, aquele destinado diretamente a intermediários (Mapa 35) e a cooperativas (Mapa 36), conforme informações constantes do Censo Agropecuário 2006.

Cabe observar que o papel dos intermediários constitui uma questão fundamental para compreender a dinâmica territorial da destinação do café no Brasil, aí se destacando, além das áreas anteriormente mencionadas, áreas do oeste paulista e noroeste do Estado do Paraná.

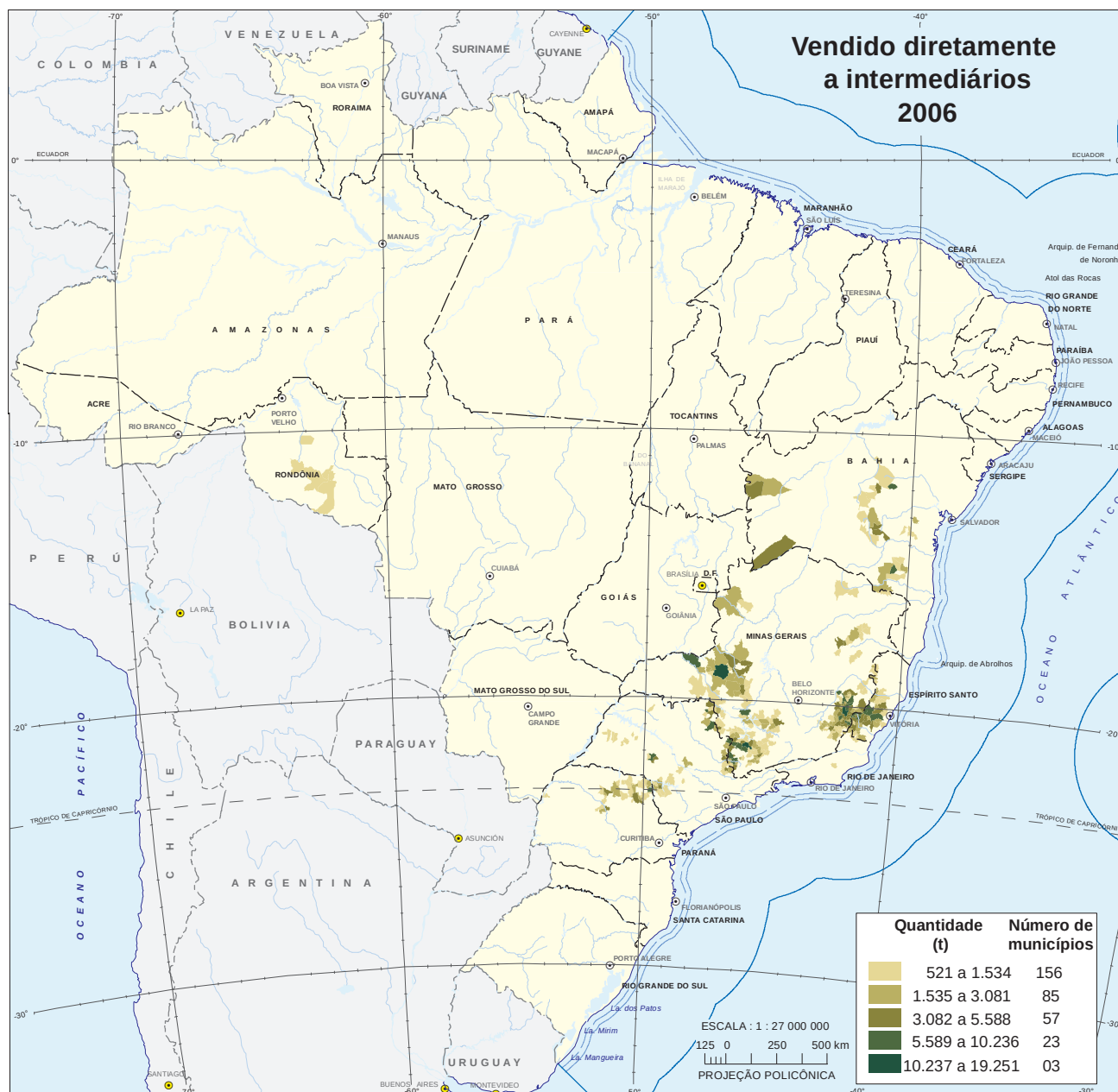
O Mapa 35 revela a distribuição espacial dos 324 municípios que vendem o café arábica diretamente a intermediários a partir de um patamar de 500 toneladas em todo o Território Nacional e que respondem em seu conjunto 91,7% do total do café vendido segundo esse destino. Esses municípios se situam nas seguintes Unidades da Federação: 177 em Minas Gerais; 47 em São Paulo; 33 no Paraná; 33 no Espírito Santo; 25 na Bahia; 05 em Rondônia; e 04 no Rio de Janeiro, o que revela a importância de Minas Gerais no total nacional⁵⁷.

Além do Estado de Minas Gerais, observa-se que a presença dos intermediários chama atenção a importância dessa destinação nas diversas regiões produtoras do café arábica tanto nos Estados de São Paulo e do Paraná, quanto nos Estados do Espírito Santo e da Bahia. Nesses estados, o papel do intermediário cresce, em grande parte, em função das dificuldades locais de acessibilidade nas regiões em que se encontram, do elevado custo de transporte e das condições de capitalização do produtor.

No que se refere à geografia dos estabelecimentos rurais com destinação a intermediários da produção arábica, o Mapa 35 deixa indicada a importância das terras de cerrados do oeste de Minas Gerais e Bahia, além de uma dorsal de terras altas no interior desses dois estados, acrescido do Espírito Santo. Isto é, deixa indicada a importância de intermediários nas regiões de predomínio do café arábica.

⁵⁷ Os municípios mineiros que lideram a quantidade destinada a intermediários em termos absolutos são em ordem de importância: Manhuaçu, Patrocínio, Machado e Araguari.

Mapa 35 - Destino da produção – café arábica - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

No caso dos Municípios de Rondônia, contudo, esse indicador é pouco relevante, uma vez que, segundo Silva (2015, p. 15) quase a totalidade do “café arábica consumido no Norte do País é oriundo de outras regiões produtoras, como Minas Gerais e São Paulo”.

Com efeito, segundo essa fonte, as cultivares de café arábica disponíveis atualmente são adaptadas às regiões de altitudes elevadas e temperaturas amenas, com médias anuais entre 18 a 23°C, ao contrário do que ocorre na Amazônia Ocidental, onde são verificadas baixas altitudes e temperaturas médias elevadas, em torno de 25° a 27°C, durante todo o ano⁵⁸.

A distribuição espacial revelada pela destinação do arábica a cooperativas, conforme observado no Mapa 36, deixa evidenciada a maior concentração geográfica dessa categoria de destino da produção *vis-à-vis* a maior dispersão observada em relação ao Mapa 35 quanto à destinação da produção do café arábica a intermediários.

Com efeito, os municípios nos quais o café arábica é vendido ou entregue a cooperativas, com destinação superior a 500 toneladas, são menos numerosos do que aqueles que destinam a intermediários, atingindo um total de 175. Esses municípios respondem por 93,6% do total do café vendido ou entregue a cooperativas, localizando-se em grande maioria no Estado de Minas Gerais.

Nesse contexto, os municípios que lideram a quantidade destinada nesta variável são, em termos absolutos (toneladas) e na relativamente ao total nacional, o de Três Pontas, Campos Gerais e Monte Carmelo.

Nesse estado, chama atenção a Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas que concentra número expressivo de municípios situados nas classes mais elevadas quanto à produção destinada a cooperativas, conforme observado no Mapa 36. A outra “mancha” de municípios enquadrados nessa situação no Estado de Minas Gerais se concentra na porção central a oeste do Triângulo Mineiro.

Com efeito, o modelo calcado nas cooperativas aparece com maior dinamismo nas áreas de cultivo que se consolidaram ao longo das décadas de 1970 e 1980, sobretudo na Mesorregião Geográfica Sul/Sudoeste de Minas, que logrou produzir para os mercados interno e externo no período posterior à extinção do IBC, em 1990⁵⁹.

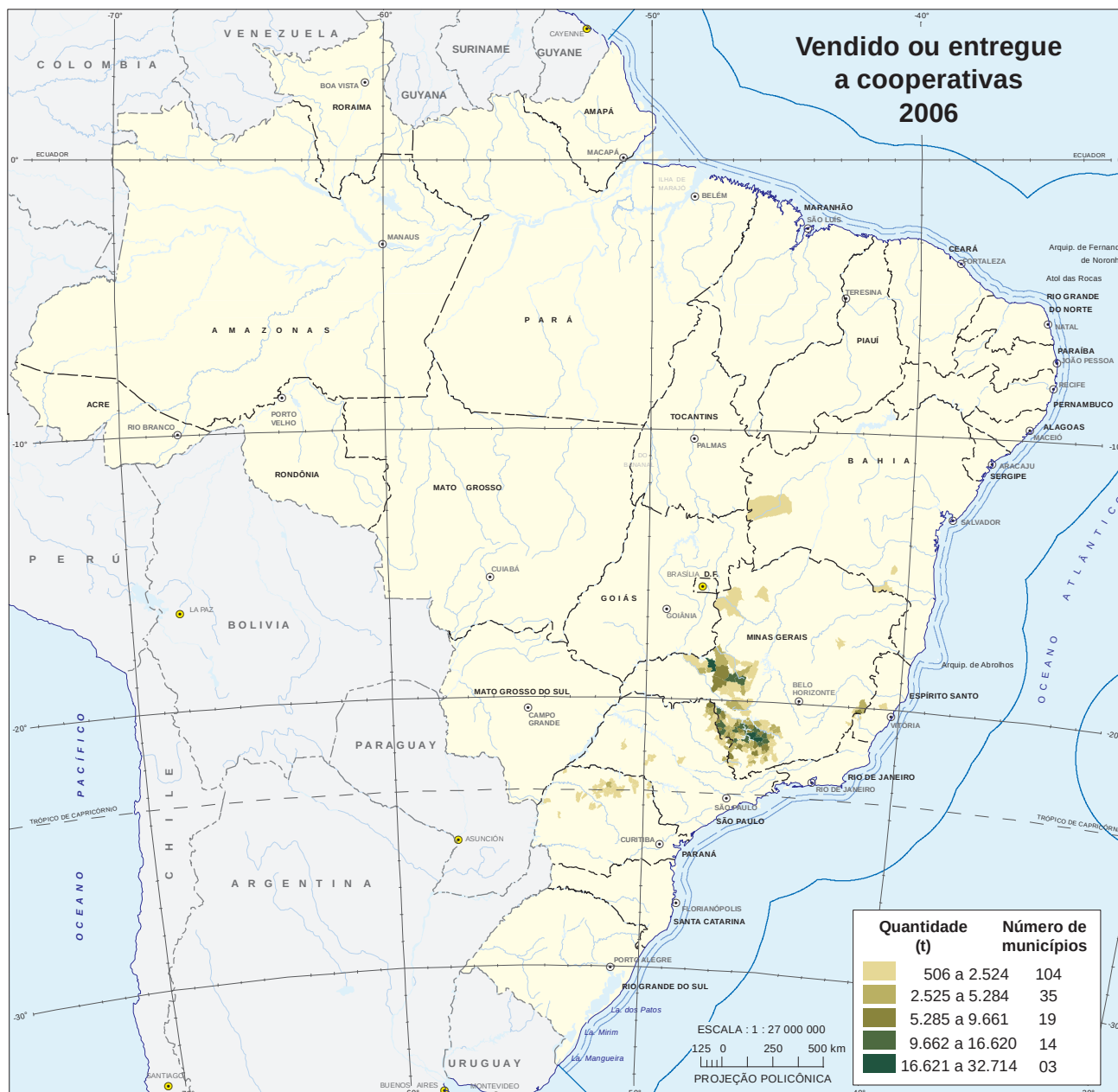
A forte presença do cooperativismo no norte-noroeste do Estado do Paraná é também realçada no Mapa 36, numa região, portanto, que foi de grande importância na produção de café nas décadas de 1960 e 1970 e que, mais recentemente, ainda apresenta produção cafeeira destinada a cooperativas.

Fora do território mineiro, a destinação do café arábica a cooperativas é observado em menor grau nas áreas de cerrado do oeste mineiro e baiano, isto é, em áreas que possuem arranjos

⁵⁸ Ainda segundo Silva (2015, p. 17), tal fato “justificou a substituição das primeiras lavouras de café arábica, implantadas em Rondônia na década de 1970, por novas lavouras de café *canephora* – mais rústicas e produtivas”. Em 2015, contudo, a “Embrapa Rondônia e Embrapa Café, em parceria com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), deram início às pesquisas de melhoramento genético da espécie *Coffea arabica* L. nas condições climáticas da Amazônia. O objetivo foi avaliar e selecionar genótipos de café arábica nas condições de baixas altitudes e temperaturas elevadas” (SILVA, 2015, p. 17).

⁵⁹ Cabe lembrar que o café, ao contrário de outros produtos agropecuários de exportação, segue lógica diversa da dos demais, pois a etapa de beneficiamento no interior dos cultivares garante a qualidade do produto e incorpora valor ao grão, ao contrário de produtos, como a soja, cuja etapa de beneficiamento agrega mais valor ao produto.

Mapa 36 - Destino da produção – café arábica - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

organizacionais voltados à cafeicultura, mais avançados em relação às áreas do sul do Estado de Minas Gerais que preservam estruturas e técnicas de manejo e cultivo de café mais tradicionais⁶⁰.

Se a geografia do café arábica com destino da produção a intermediários e cooperativas confere um acentuado protagonismo às áreas especializadas dessa rubiácea em Minas Gerais, a geografia do café *canephora* destinado a intermediários (Mapa 37) ressalta o protagonismo do Estado do Espírito Santo, Rondônia e de pequena mancha no sul da Bahia, conformando uma distribuição espacial que reproduz diretamente a da produção dessa espécie no Território Nacional, dada a hegemonia representada pela venda a intermediários no caso do café *canephora*.

Com efeito, os municípios nos quais o café *canephora* é vendido diretamente a intermediários, com volume superior a 500 toneladas, totalizam 101 e respondem por 91,7% do total do café vendido a intermediários. Esses municípios localizam-se, de modo decrescente, nos Estados do Espírito Santo, Rondônia, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, São Paulo e Pará⁶¹.

A geografia do café *canephora* destinado a intermediários deixa evidenciada sua dispersão no Território Nacional, estando essa destinação presente tanto no Estado do Espírito Santo e sul do Estado da Bahia, como em Rondônia, estado no qual existe um crescente interesse por essa espécie tanto pelo mercado interno como pelo externo, o que alavanca a expectativa de expansão de área plantada e de aumento de produtividade devido a incentivos do governo e também em consequência da legislação sobre desmatamento, havendo migração de mão de obra para cafezais anteriormente inativos (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, 2013).

Ainda em relação ao café *canephora*, além dos intermediários, a indústria e a cooperativa aparecem também, de acordo com o Censo Agropecuario 2006, enquanto destinos da produção com alguma importância notadamente nos Estados da Bahia e Espírito Santo. Dentre os municípios que se destacam quanto à interação com a indústria estão os de Itamaraju (BA); de Cujubim (RO); e de Sooretama (ES), enquanto os Municípios de São Gabriel da Palha (ES); de Prado (BA); e de Nova Venécia (ES) são representativos no envio da produção do *canephora* à cooperativa.

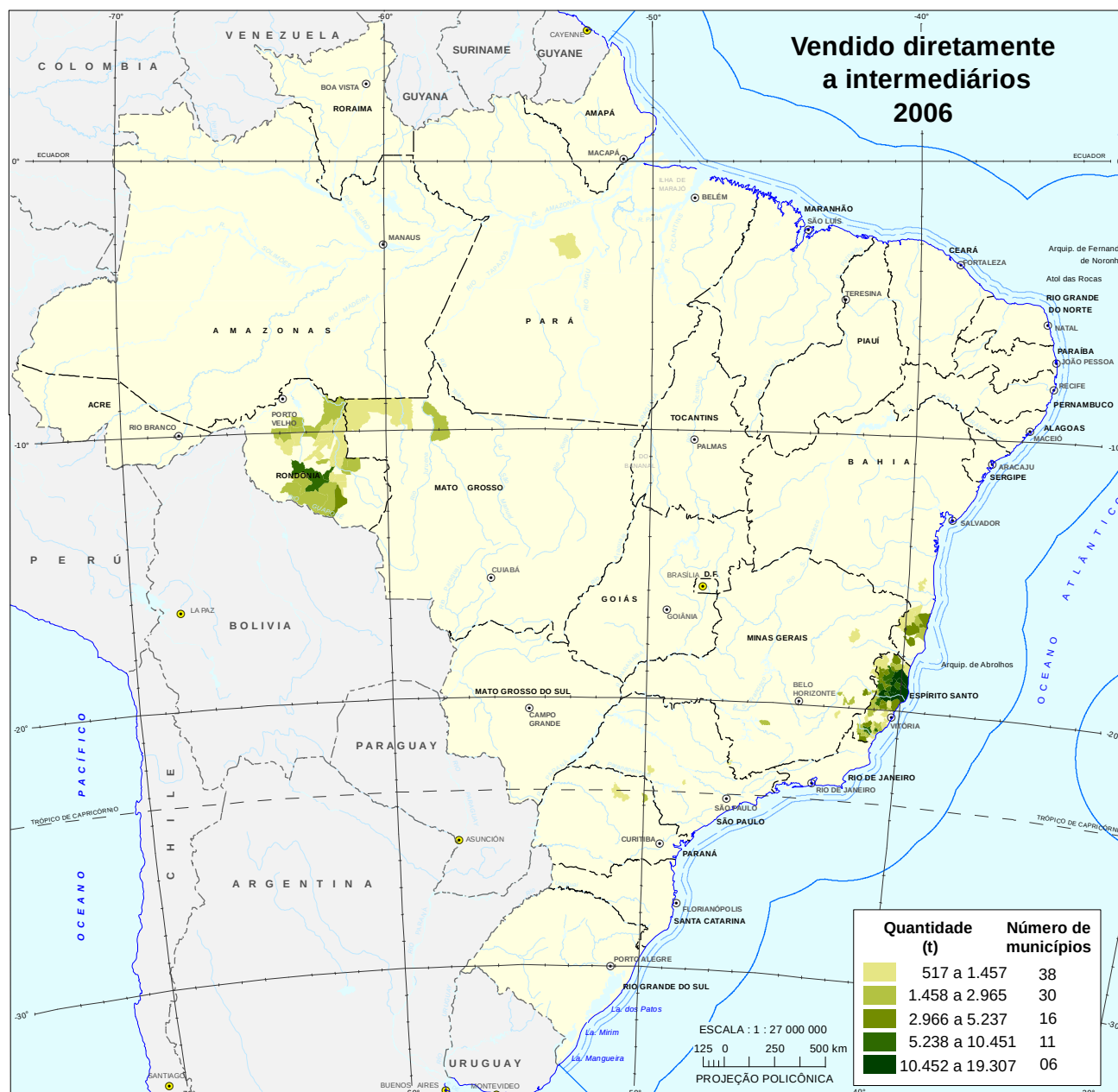
Finalmente, cabe observar que o destino da produção constitui um elemento chave de caracterização dos estabelecimentos e do produtor rural especialmente no caso da produção do café dada a importância que o beneficiamento feito ainda no interior do estabelecimento rural tem na qualidade dessa produção e, portanto, em sua aceitação/valorização no mercado.

Assim, as escolhas feitas pelo cafeicultor quanto ao destino da produção constituem um elo importante no entendimento entre a geografia associada ao estabelecimento e as áreas especializadas na produção do café arábica e/ou do *canephora* e aquela traçada pelas espacialidades dos segmentos que compõem a cadeia logística que colocará o café no mercado interno e/ou externo, conforme será visto no capítulo a seguir.

⁶⁰ Além do volume destinado a intermediários e à cooperativa, o destino do café arábica diretamente para a indústria destaca-se, dentre outros, nos Municípios de Patrocínio (MG), Luís Eduardo Magalhães (BA), Pimenta (MG), Planalto (BA) e Barreiras (BA).

⁶¹ Os municípios que lideram a quantidade destinada nesta variável em escala nacional são: Rio Bananal, Vila Valério, Linhares, São Mateus, Jaguaré, Colatina e Nova Venécia. Cabe observar que todos eles estão situados no Estado do Espírito Santo.

Mapa 37 - Destino da produção – café canephora - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.



Logística da cafeicultura

O uso de novos sistemas técnicos na produção agrícola brasileira, notadamente a partir da década de 1970, aí incluído o processo de modernização da cafeicultura nacional, implicou na aceleração da circulação dos produtos, dos serviços e das informações que giram em torno da agroindústria, da cadeia produtiva e, finalmente, de seu sistema logístico, tornando mais complexo o entendimento da geografia do agro brasileiro.

Tal processo contribuiu para acentuar, segundo Santos (1996), não só a diversidade como a intensidade existente no uso do espaço agrário no País, que passa a ser, crescentemente, de acordo com esse autor, “caracterizado pela inserção maciça de capitais financeiros, maquinários, altas tecnologias, incentivos para pesquisas científicas e fluidez de informações” (SANTOS, 1996, p. 1), envolvendo inúmeros segmentos, atividades, serviços e áreas para entender o espaço agrário brasileiro.

O curso desse processo favoreceu a especialização produtiva da agropecuária brasileira fazendo surgir diversas regiões agrícolas que se especializaram na produção de *commodities* voltadas para exportação, atuando em um sistema agroindustrial que integra outros setores da economia e um conjunto de atividades cuja distribuição espacial deve ser investigada nesse capítulo.

Desse modo, se a noção de agroindústria remete a uma situação de produção rural e beneficiamento mais ou menos complexa dessa produção, a de cadeia produtiva implica uma complexidade maior nas relações inter-setoriais uma vez que envolve, também, o complexo sistema de estocagem, circulação, comercialização, financiamento e de serviços que atualmente requalificam a atividade agropecuária tornando-a um componente crescentemente similar aos demais setores que compõe a economia brasileira e mundial.

Na visão de Haesbaert (2014, p. 123), para a análise geográfica, a intensificação nas relações intersetoriais pressupõe uma compreensão igualmente mais complexa do próprio espaço rural agora necessariamente imerso na problemática de uma dinâmica territorial abrangente, no qual cabem não somente a lógica e a perspectiva zonal do espaço geográfico e do espaço rural em particular, conforme “tradicionalmente” analisado, mas, cada vez mais, a lógica reticular que incluem pontos e fluxos.

Nesse contexto, o processo de modernização da agropecuária e o próprio processo de globalização do mercado e das culturas voltadas à exportação vão conduzir a um novo uso agrícola do território brasileiro, no qual o setor agroindustrial não pode mais ser entendido de forma autônoma, isto é, descolado, entre outros, de um sistema logístico⁶² mais amplo nos quais se incluem os serviços de estocagem e o próprio processamento da produção.

Assim, associada à dinâmica territorial da cafeicultura, analisada no primeiro capítulo, existe uma geografia dos pontos aonde a produção é concentrada em armazéns (Mapa 38) e processada em torrefadoras e, uma geografia de fluxos, traçada entre os municípios que produzem, armazenam e processam essa produção e os portos que direcionam parte dessa produção para o mercado.

Em relação à estocagem, de acordo com Arêdes e outros (2008, p. 235), a elevação da produtividade do cafezal está vinculada, em muitas regiões do País, diretamente não só à adoção de maiores níveis de insumo, assim como também à própria estocagem que constituem importantes condicionadores para elevação da rentabilidade e diminuição do nível de risco dessa atividade, uma vez que os melhores períodos para a venda do produto, por parte dos produtores, são, por vezes, os meses que antecedem a safra. Com efeito, a localização dos pontos de armazenagem constitui um elo estratégico na cadeia produtiva desenhada pelo café.

Ao lado da distribuição espacial da produção e da estocagem, a configuração da infraestrutura representa um componente de comércio fundamental para se atuar no mercado mundial, onde as condições de acessibilidade das áreas de produção e de armazenagem, em relação aos portos, constitui um elemento territorial decisivo na definição da competitividade, embora não esgote a trama mais abrangente de articulações espaciais e setoriais envolvidas na questão da logística voltada para o competitivo segmento do café.

Se a industrialização da agricultura firma-se no estreitamento da relação entre indústria e agricultura, inclusive pela dependência de equipamento e insumos que recebe de determinadas indústrias, na atualidade, os serviços de logística, aí se destacando o de estocagem (Mapa 1), e de certificação ambiental constituem, também, uma ampliação das articulações inter-setoriais na construção do agronegócio nacional e de sua capacidade de competir e se inserir no mercado mundial.

Conforme visto anteriormente, imerso no agronegócio mundial, o setor cafeeiro é particularmente sensível às questões envolvendo o acesso aos pontos de estocagem, uma vez ser este setor, de acordo com Arêdes e outros (2008, p. 236), caracterizado pela forte dependência e sensibilidade a fatores naturais e de mercado, tais como produção, preço, taxa de câmbio, consumo, variações climáticas e bianualidade. Tendo em vista que as variáveis citadas acabam influenciando, direta ou

⁶² Palavra de origem francesa, do verbo *loger*, isto é, alojar, a logística é tradicionalmente entendida, em termos militar, como a “arte de transportar, abastecer e alojar as tropas”. Em termos geopolíticos ela passou, contudo, a ser entendida como o “conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos meios necessários à expansão militar do Poder Nacional para realização de ações impostas pela Estratégia Nacional” (ANDRADE, 1984, apud BECKER, 2006). Em conceituação mais recente, ligada às concepções de sustentabilidade ambiental e de policentrismo, a noção de logística reversa ao absorver a formação de um fluxo contrário, traz em si um forte elemento territorial associado à desconcentração de atividades e funções, afirmando novas polarizações que podem ser estruturadas nesse contra fluxo (FIGUEIREDO, 2011).

Mapa 38 - Armazenagem de café - 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa de Estoques 2013.

indiretamente, os níveis de preço do grão, a produção de café envolve muitas incertezas e riscos, especificamente em relação às flutuações no preço⁶³.

Com efeito, a presença de sistemas de armazenagem permite identificar os municípios que funcionam como centros de recepção e expedição dos grãos, sendo estes os de maior significância dentro da rede, logo, possuindo um papel nodal no circuito espacial produtivo.

O Mapa de Armazenagem de café 2013 constitui, assim, um elemento estratégico para se entender a lógica da comercialização do café e a questão em torno da logística de abastecimento do mercado interno e externo. A elevada concentração da quantidade estocada do café em grão na Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas, aí se destacando os Municípios de Guaxupé e de Varginha, que alcançaram em 2013 uma quantidade estocada de café em grão acima de 105 000 toneladas (ESTATÍSTICAS..., 2014), o que confere uma posição singular a esses dois municípios no contexto nacional⁶⁴, além do Município de Três Pontas que entre julho e dezembro de 2013 ocupava o quarto lugar no *ranking* nacional de estocagem de café em grão, com 46 115 toneladas.

O Município de Guaxupé se distingue nacionalmente na comercialização do café em grão ao sediar a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda - COOXUPÉ (Foto 1) e a Exportadora de Café Guaxupé, esta última de expressão na comercialização do café em nível nacional e internacional.

Foto 1 - Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - COOXUPÉ



Instalações da COOXUPÉ, Município de Guaxupé (MG).
Emílio Reguera, 2015.

⁶³ Nesse contexto, prossegue Arêdes e outros (2008, p. 236), como as receitas e os lucros dos cafeicultores são determinados pelo preço de venda do café, é importante que o produtor, além de planejar a produção, determinando o nível de utilização de insumos – adubos, inseticidas, mão de obra, entre outros –, estoque parte da safra, escolhendo o melhor período para venda, com vistas a obter maior retorno financeiro na atividade, desde que a diferença entre o preço na entressafra seja maior que os custos de produção e de estocagem, gerando ainda um nível de prêmio que remunere o agente pela exposição ao risco.

⁶⁴ Com efeito, o Município de Patrocínio (MG), terceiro colocado no *ranking* da estocagem de café em grãos entre julho e dezembro de 2013 (ESTATÍSTICAS..., 2014) apresentava 59 373 toneladas de quantidade estocada.

Ponto focal na geografia da cadeia produtiva e do sistema logístico do café na cidade de Guaxupé constitui a presença do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX, administrado pela COOXUPÉ, que serve para agilizar e, portanto, para tornar mais rápido, o tempo necessário à exportação dessa *commodity*, como também contribui para reforçar a segurança desse processo e evitar o desperdício de grãos através do fechamento dos contêineres⁶⁵.

Com posição estratégica em relação às Rodovias BR-146 (longitudinal) e BR-491 (latitudinal) o Município de Guaxupé possui articulações com as regiões mineiras do Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Sul de Minas Gerais, além do acesso ao território paulista e, em especial ao seu litoral e ao porto de Santos.

O sentido latitudinal da BR-491 possibilita, além da interseção com a BR-146, outros cruzamentos com rodovias mineiras (MG-449; MG-446; MG-184; MG-179; MG-453; e MG-167), que articulam o pólo cafeeiro de Guaxupé a inúmeros municípios mineiros de expressão na produção agrícola de café.

Na Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas, além da expressão regional e nacional alcançada por Guaxupé na cadeia produtiva do café, Varginha se destaca, também, por sua posição estratégica em relação às principais capitais nacionais - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – ao lado de possuir localização privilegiada *vis-à-vis* o interior paulista (onde se destacam as cidades de Campinas e Ribeirão Preto), além do Vale do Paraíba.

Com efeito, segundo Santos e Silveira (2001, p. 2), o sul/sudoeste do Estado de Minas Gerais constitui um caso emblemático destas regiões agrícolas que passaram a atender a uma produção especializada. Encontramos nesta região diversos serviços funcionais à cafeicultura, fruto de um arranjo territorial produtivo.

Ainda no contexto regional, a Região Rural das Capitais Regionais de Pouso Alegre e Varginha (RR 3105), na qual está incluído o Município de Guaxupé, constitui, assim, ponto central da rede de estocagem do café em grão no território brasileiro, tendo essa função associada a sua posição estratégica em relação não só às áreas de produção agrícola, como devido ao acesso aos mercados nacional e internacional, este último justificando a presença do Porto Seco Sul de Minas, enquanto ponto avançado da interiorização de transações alfandegárias para exportação do café (Foto 2).

Conforme observado no Mapa 38, uma segunda área de projeção na geografia da estocagem do café em grão em escala nacional está próxima à “área core” da estocagem no Brasil, isto é, naquela região do Brasil Central compreendida entre o Triângulo Mineiro e a região em torno da cidade de Anápolis, no Estado de Goiás, e da Capital Federal, onde se concentra grande parte dos pontos de comercialização e um conjunto de instalações de grande porte para estocagem de grãos.

Com efeito, é na Região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que se localizam os Municípios de Patrocínio e de Monte Carmelo, constituindo o segundo pólo de estocagem do café em grãos do País com sua afirmação ligada à expansão da cafeicultura modernizada nos cerrados mineiros.

⁶⁵ “Armazenar corretamente o café é guardar o produto por determinado período, preservando suas características originais”. Nesse sentido seu armazenamento em condições inadequadas “é considerado um dos principais fatores determinantes de perdas qualitativas e quantitativas no produto. Alguns cuidados de manejo devem ser observados em função de fenômenos como migração de umidade e condensação de vapor, infestação por insetos, além de outras ocorrências que podem favorecer a deterioração fúngica e contaminação por micotoxinas. O café pode ser armazenado como café coco ou pergaminho, logo após a secagem e antes do beneficiamento, a granel ou em tulhas, e, como café beneficiado, normalmente acondicionado em sacos de juta, empilhados nos armazéns” (NOGUEIRA; ROBERTO; SAMPAIO, 2007, p. 1).

Foto 2 - Porto Seco em Varginha

Pátio de caminhões porta contêineres, Município de Varginha (MG).
Emílio Reguera, 2015.

Nesses municípios a presença de sistemas de armazenagem permite identificá-los, de acordo com Guida e Alves (2012, p. 15), como centros de recepção e expedição dos grãos, sendo, portanto, os de maior significância dentro da rede ao possuir um papel nodal no circuito espacial produtivo. Neste sentido, segundo esse autor, é comum aos municípios que possuem serviço melhor e mais avançado de armazenagem estocar a produção dos municípios vizinhos.

Ainda segundo esses autores,

a rede produtiva do café nessas regiões mineiras apresenta pontos fixos consolidados para a organização e movimentação dos fluxos existentes no complexo agroindustrial, como cooperativas, institutos de pesquisa, empresas de assistência técnica e extensão rural, recintos de exportação, rodovias, entre outros, que estão contribuindo para o desenvolvimento da região (GUIDA; ALVES, 2012, p. 15).

Além dos dois pólos de importância nacional na geografia da estocagem de café em grãos em 2013, distinguem-se ainda os municípios paulistas fronteiriços ao sul de Minas Gerais, como Franca, situado no ramal da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e o Município do Espírito Santo do Pinhal. Além da região de Ribeirão Preto, distinguem-se na geografia da estocagem do café em grãos, os Municípios de São Paulo e Campinas, além de outros próximos a esses dois grandes centros urbanos e mercados consumidores.

Colatina, Linhares, Rio Bananal e Lúna, entre outros municípios espírito-santenses de expressão na produção de café, têm representatividade também na quantidade armazenada do café em grãos, assim como, no extremo oeste do território brasileiro situam-se os municípios próximos de Cacoal, grande produtor de café, além de Alta Floresta D'Oeste e Alto Alegre dos Parecis⁶⁶.

Se na geografia das áreas de produção agrícola, os Estados de São Paulo e Paraná perderam a hegemonia nacional, a liderança de São Paulo e a terceira colocação do Paraná no *ranking* do somatório estadual do pessoal ocupado por unidade local de torrefação e moagem do café (PESQUISA DE ESTOQUES, 2015), deixa evidenciada a enorme importância desses estados, ao lado do Estado de Minas Gerais, quando se trata de sua industrialização.

Com efeito, ao trabalhar com uma visão territorial da agroindústria cafeeira fica evidenciada a presença de lógicas espaciais complementares entre os diversos elos de sua cadeia produtiva, produzindo uma geografia própria ao setor analisado, interligando um padrão espacial historicamente ligado à difusão do café no espaço rural brasileiro com um outro padrão derivado das novas tendências verificadas no segmento industrial desse complexo agroindustrial.

Em termos econômicos, afirma Andrade (1994, p. 91), o setor industrial de torrefação nunca teve, historicamente, o mesmo peso que o setor exportador. Nesse sentido as estratégias de diferenciação podem estar contribuindo não só para a inserção de produtos diferenciados para nichos de mercado, conforme esse autor, como, talvez, possa reforçar a dispersão espacial das unidades industriais de torrefação e moagem de café (Mapa 39).

Nesse contexto, prossegue Andrade (1994, p. 91), não se pode esquecer que tem havido um esforço de modernização muito grande por parte do setor torrefador que passa a investir na diferenciação do produto, deixando de lado a característica de homogeneidade do produto, onde a variável que conta é apenas o diferencial de preço.

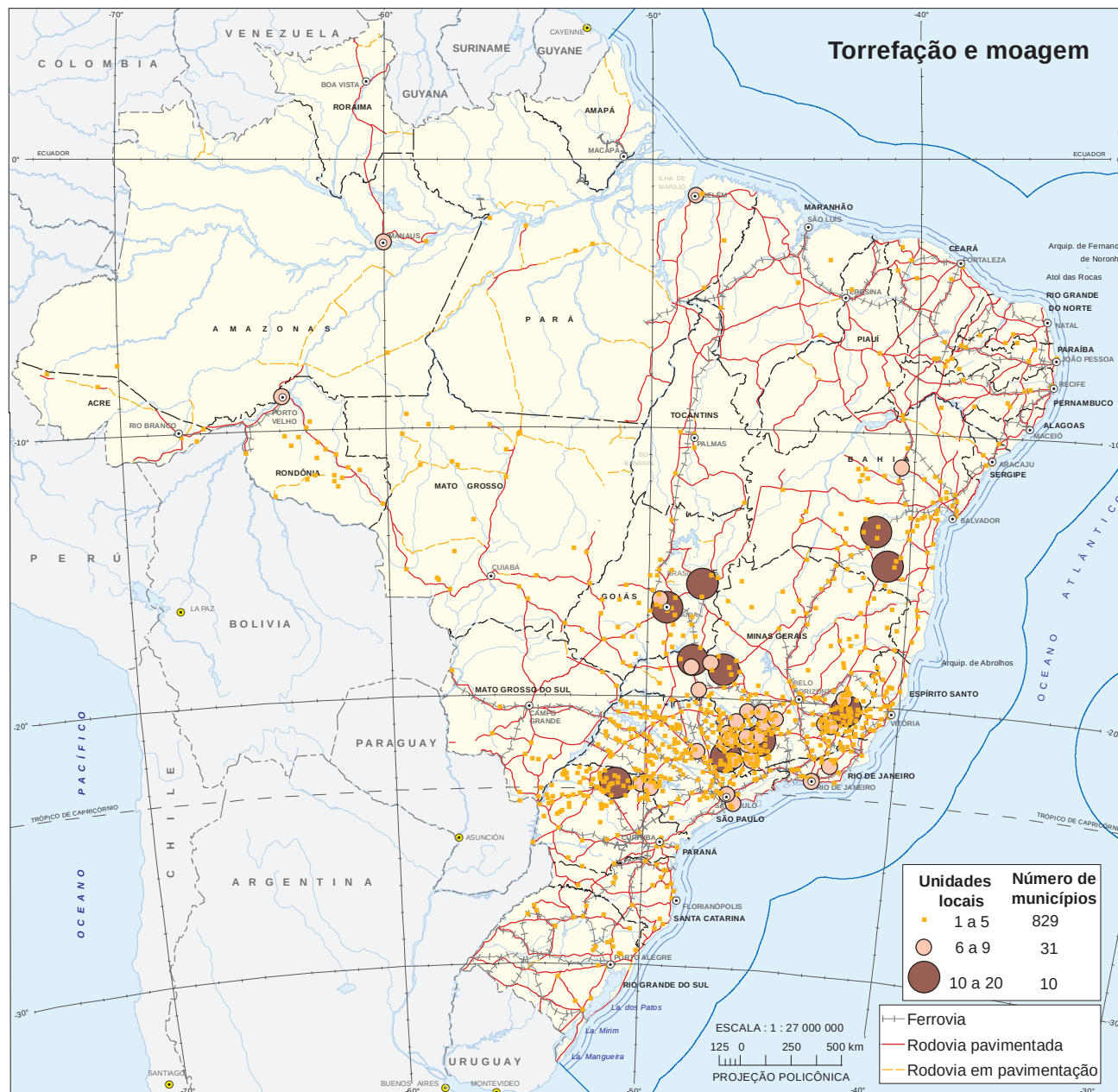
Definida como uma sequência de operações interdependentes que tem por objetivo produzir, modificar e distribuir um produto, a cadeia do café, segundo Zybersztajn e outros (1993, p. 91), consiste nas operações de produção agrícola e industrialização envolvendo esta última a torrefação, espacialmente bastante desconcentrada, e solúvel, segmento exportador e distribuidor interno.

Com efeito, no segmento de torrefação e moagem pode-se constatar o número elevado de pequenas torrefadoras, contribuindo para isso o fato de que os requisitos tecnológicos para se entrar nessa atividade são baixos. Assim, de acordo com Zybersztajn e outros (1993, p. 139), não existem barreiras que impeçam a entrada de novas firmas no ramo, a não ser quando existiram ou ainda podem existir barreiras institucionais.

Como as firmas podem ser classificadas como de mercado local, regional ou nacional, a regionalização do consumo mantém certa fidelidade às marcas locais, ao mesmo tempo em que a elevada perecibilidade do café torrado e moído funciona como uma proteção para pequenas empresas locais, contribuindo, assim, para uma configuração geográfica desse setor que, conforme revelado no Mapa 39, apresenta-se como desconcentrada, reúne pontos selecionados de elevada concentração das unidades locais de torrefação de café.

⁶⁶ Quando se analisa o número de informantes (unidades) no semestre julho-dezembro de 2013 observa-se que o Estado de Minas Gerais concentra 279 unidades, São Paulo 120 e o Espírito Santo 77, das 635 unidades brasileiras levantadas nesse semestre (ESTATÍSTICAS..., 2014).

Mapa 39 - Processamento do café - 2013



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2013.

A análise do Mapa 39 deixa evidenciada a dispersão nacional do segmento de torrefação e moagem do café (PESQUISA DE ESTOQUES, 2015), com seu padrão locacional pautado tanto pela lógica espacial da proximidade da produção rural, como por aquela comprometida com o acesso ao mercado urbano.

Relativamente aos municípios que concentram um número mais elevado de unidades de torrefação e moagem chama a atenção não só aqueles que se destacam como produtores de café, como é o caso dos Municípios de Manhuaçu, na Zona da Mata Mineira; de Patrocínio, nos cerrados do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba; e de Barra da Estiva, no centro-sul baiano, de menor projeção na hierarquia urbana (centros de sub-regionais e centros de zona), como os centros de maior projeção na hierarquia urbana brasileira, como é o caso dos Municípios de Vitória da Conquista (centro regional); de Varginha (capital regional); de Londrina (capital regional); de Goiânia (metrópole); e de Brasília (metrópole nacional).

Dentre os centros e capitais regionais de maior hierarquia urbana situam-se aqueles, como é o caso dos Municípios de Varginha, na Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas; de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia; e de Londrina, no Estado do Paraná que, no passado, foram antigas fronteiras agrícolas do café e, atualmente, constituem pólos importantes de sua cadeia logística, reproduzindo uma dinâmica territorial característica do avanço da fronteira agrícola brasileira na qual as antigas áreas de introdução pioneira e/ou que atingiram acentuada especialização em um cultivo, acabam por se estruturarem como polos logísticos.

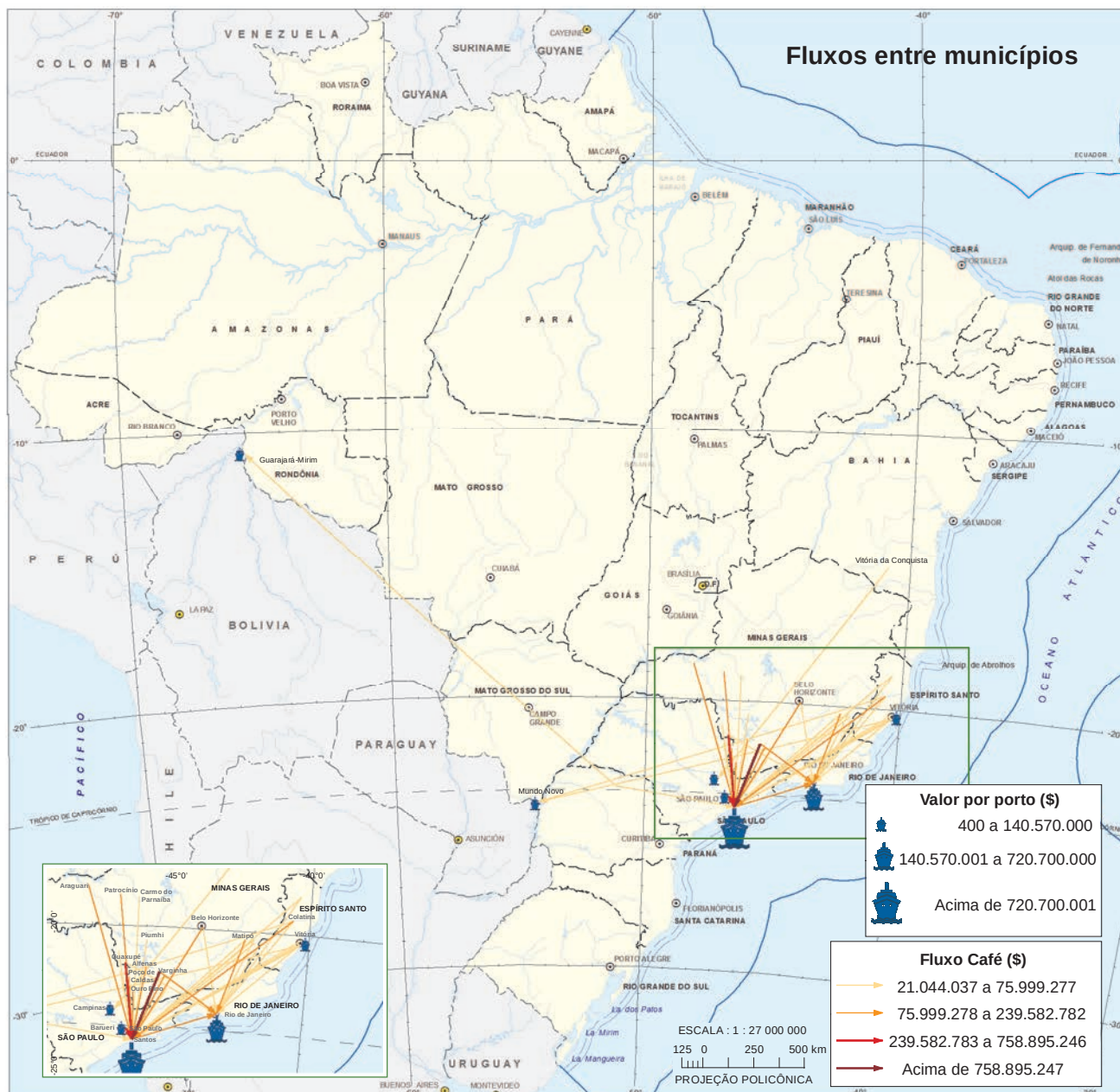
Cabe observar que a expressão econômica alcançada por esses municípios, enquanto produtores rurais de café, teve sua representação diminuída quando foram se desmembrando ao longo do tempo, como é o caso de Barra do Choça em relação à Vitória da Conquista, ficando esse último como elo logístico da cadeia produtiva, seja no segmento industrial e/ou de serviços, enquanto o município desmembrado permanece enquanto produtor primário.

Apesar da presença nacional da atividade de torrefação e moagem de café com uma dispersão em todo o território brasileiro, conforme Mapa 39, quando se observa a dimensão dessa atividade segundo o pessoal ocupado por Estado em 2013, observa-se uma grande concentração dessa atividade nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, com, respectivamente, 25,8%, 18,6% e 7,8%, que alcançam, desse modo, mais de 52,0% do pessoal ocupado nessa atividade no total nacional (PESQUISA DE ESTOQUES, 2015).

O Mapa 40 confere visibilidade à geografia traçada pelos principais fluxos estabelecidos entre os municípios produtores e/ou armazenadores de café e os portos de exportação. Nesse contexto chama atenção a intensidade dos fluxos estabelecidos entre o sul/sudoeste mineiro e o porto de Santos, no Estado de São Paulo.

Desta forma, o histórico deslocamento observado na lavoura cafeeira em direção aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo não diminuiu a centralidade do porto de Santos na cadeia produtiva do café. Ao mesmo tempo, o fato de a cooperativa passar a atuar como agente exportador, beneficiando o cafeicultor e diminuindo os elos da cadeia de comercialização, parecem também reforçar as ligações observadas entre as áreas produtoras, armazenadoras e as principais portas de saída representadas pelo porto de Santos e, secundariamente, pelos portos do Rio de Janeiro e de Vitória.

Mapa 40 - Fluxos entre municípios de origem e porto de exportação de café - 2014



Fonte: Brasil. Secretaria de Comércio Exterior. AliceWeb: sistema de análise das informações de comércio exterior. Brasília, DF: Secex, 2014. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: out. 2015.

Para Santos e Silveira (2001, p. 2), a Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas constitui um caso emblemático de regiões agrícolas que passaram a atender a uma produção especializada, na qual encontramos, nesta região, diversos serviços funcionais à cafeicultura, fruto de um arranjo territorial produtivo ancorado no complexo agroindustrial do café. A centralidade dessa região fica clara na geografia traçada pelos fortes fluxos estabelecidos entre os municípios de origem e de destino voltados à exportação de café.

O Mapa 41 registra, finalmente, os fluxos externos traçados pela exportação do café brasileiro, aí ressaltando os principais países importadores dessa *commodity*. A geografia desses fluxos, que atualmente possui como destino preferencial o tradicional mercado norte-americano, aqueles conquistados mais recentemente da Europa Ocidental, aí sobressaindo a Alemanha e Itália, além do mercado asiático no qual se destacam as exportações para o Japão.

Uma análise articulada entre a diversidade de países constituintes do mercado mundial do café brasileiro e a diversidade de regiões ocupadas por essa cultura no Brasil deixa indicada que a causa desses múltiplos destinos esteja na própria variedade de tipos produzidos pela cafeicultura brasileira, o que possibilita atender às diferentes demandas mundiais, referentes ao paladar e até mesmo aos preços⁶⁷.

Finalmente, uma dimensão importante no que se refere à contribuição da economia cafeeira na geração de riqueza em escala regional, é revelada pelo Mapa 42 no qual fica ressaltado a importância do Produto Interno Bruto Municipal - PIB Municipal gerado a partir do valor adicionado bruto da Agropecuária naquelas Regiões Rurais (PROJETO..., 2015) nas quais a lavoura cafeeira possui grande expressão econômica, como é o caso da Região Rural das Capitais Regionais de Pouso Alegre e Varginha (RR 3105); da Região Rural da Capital Regional de Uberlândia (RR 3106) e da Região Rural da Capital Regional de Vitória (RR 3201) e, de forma mais periférica, nas Regiões Rurais da Capital Regional de Juiz de Fora (RR 3104), além da Região Rural da Capital Regional de Porto Velho (RR 1101).

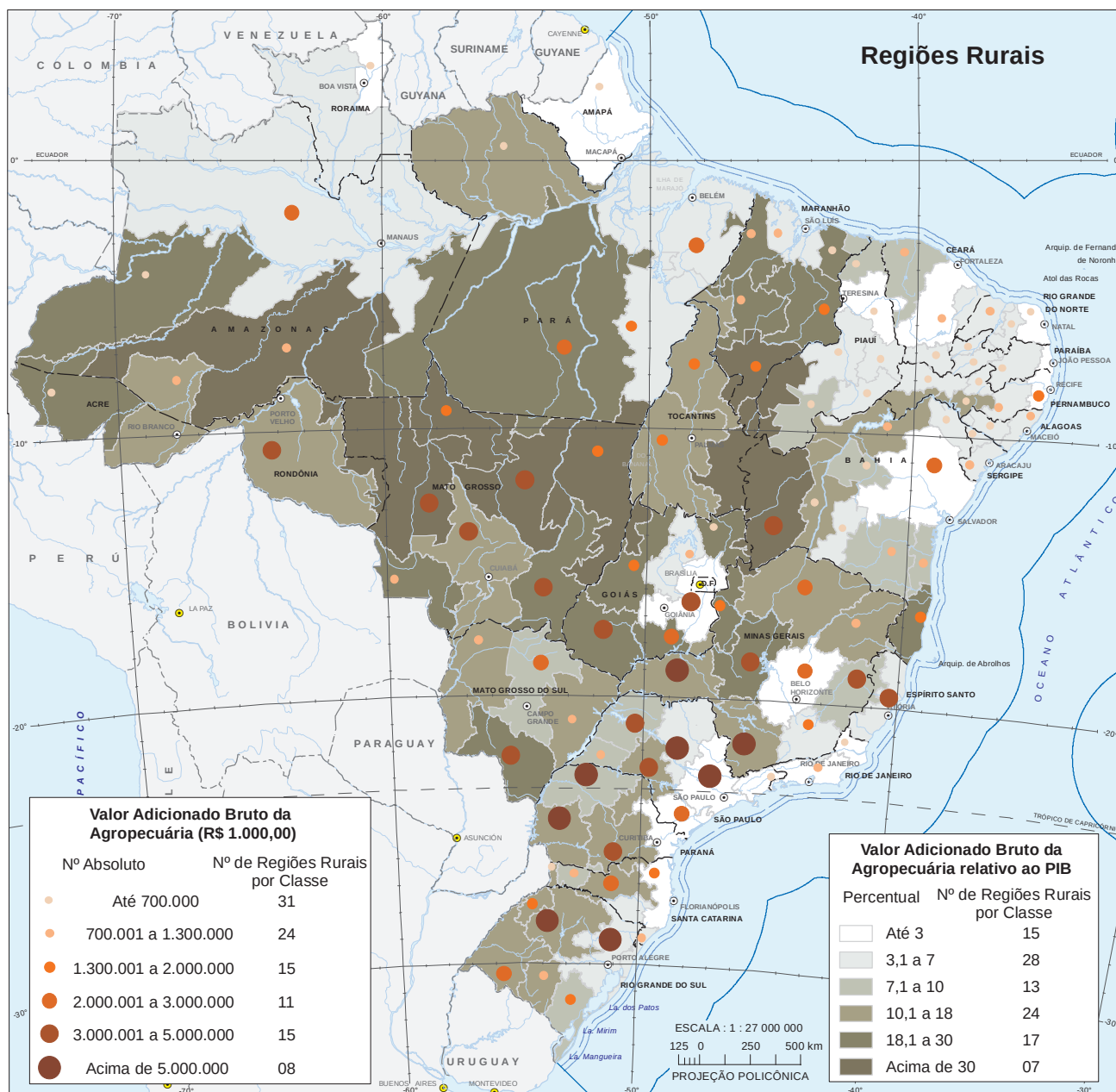
Cabe observar que em áreas de acentuada especialização dessa produção, como é o caso da Região Rural das Capitais Regionais de Pouso Alegre e Varginha (RR 3105), a importância da cafeicultura é mais relevante do que a contribuição desse segmento na Região Rural da Capital Regional de Uberlândia (RR 3106) na qual esta atividade se expande no interior de um conjunto mais complexo de atividades agropecuárias envolvendo outras cadeias produtivas.

De acordo com Elias (2003, p. 5),

[...] embora de grande importância, a menor representatividade do PIB agropecuário é um evento comum às regiões produtoras de *commodities* justamente por deterem grande quantidade de serviços especializados que demandam altas tecnologias, os setores da indústria e de serviços possuem maior representatividade econômica.

⁶⁷ “Essa diversidade também permite o desenvolvimento dos mais variados *blends*, tendo como base o café de terreiro ou natural, o despulpado, o descascado, o da bebida suave, os ácidos, os encorpados, além de cafés aromáticos, especiais e de outras características” (CAFÉ, 2016, p. 1).

Mapa 42 -Regiões Rurais - 2015



Fonte: PROJETO regiões rurais: relatório técnico. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 41 f. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_regioes_rurais.shtm>. Acesso em: out. 2016.

Como encaminhamento conclusivo da dinâmica territorial apresentada pela agroindústria do café pode-se fazer uma aposta de um futuro imediato que alie a histórica concentração espacial dessa atividade em algumas áreas de alta especialização, como aquelas observadas atualmente no sul/sudeste mineiro e no Espírito Santo, com a sua expansão para novas áreas do cerrado brasileiro no Brasil Central, aí incluídas partes do oeste mineiro e baiano, frente ao potencial de incorporação de mecanização da produção do café na topografia deste bioma.

Além dessas áreas, novas frentes da cafeicultura na Região Norte e em áreas altas selecionadas das Regiões Sudeste e Sul do País irão certamente constituir a geografia do café brasileiro dentro de uma estratégia que combina a produção para o consumo doméstico (dentro e fora dos lares) que é o segundo mercado consumidor de café do mundo, com um mercado externo em busca de novos sabores, esforço esse que, por suposto, deverá ser conjugado com massiva campanha de *marketing* do café brasileiro ao redor do mundo.

Desafios contemporâneos se colocam, enfim, à cafeicultura brasileira e estão intrinsecamente associados à sua dinâmica territorial no futuro próximo, tais como o da pesquisa de novos produtos e sabores, o do acesso e ampliação do mercado interno e externo, dentre os quais destaca-se o asiático, além do desafio de investigar novos investimentos na qualidade e na diversidade, o que implica o cuidado com o uso de insumos e com a preservação ambiental, abrindo novos caminhos à investigação geográfica.



Referências

ALMEIDA, F. M. A qualidade do café e as certificações. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, Brasília, DF: Instituto de Estudos Agrários e Combate à Pobreza, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/66/60>>. Acesso em: out. 2016.

UM AMOR centenário no Norte do Espírito Santo: a história do café conilon se mistura à trajetória de desenvolvimento do estado. Vitória: Gazetaonline, 2012. Postagem de 09 jun. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/06/noticias/a_gazeta/economia/1268043-um-amor-centenario-no-norte-do-espírito-santo.html>. Acesso em: out. 2016.

ANDRADE, A. *Genoma completo do café canephora é sequenciado pela primeira vez no mundo*. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, 2014. Entrevista concedida à Embrapa Café. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2364670/genoma-completo-do-cafe-canephora-e-sequenciado-pela-primeira-vez-no-mundo>>. Acesso em: out. 2016.

ANDRADE, R. G. R. de. *A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do estado à liberalização do mercado*. 1994. 164 f. Dissertação (Mestrado)-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 1994. Disponível em: <<http://www.sbicafe.ufv.br/handle/123456789/205>>. Acesso em: out. 2016.

ARAÚJO, T. B. O Brasil ainda precisa se consolidar como nação: entrevista concedida ao jornalista Eduardo Ferreira. *Boletim Regional*, Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, n. 2, p. 14-22, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=42638937-4b59-4e82-a3a8-43e436d899ea&groupId=24915>. Acesso em: out. 2016.

ARÊDES, A. F. et al. Rentabilidade e risco na estocagem do café pelos produtores na região de Viçosa-MG. *Revista de Economia e Agronegócio*, Viçosa: Universidade Federal de Viçosa - UFV, v. 6, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.rea.ufv.br/index.php/rea/issue/archive>>. Acesso em: out. 2016.

ATLAS do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 302 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263372>>. Acesso em: out. 2016.

BACHA, C. J. C. *Evolução recente da cafeicultura mineira: determinantes e impactos*. 1988. 440 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1988.

BAHIA na vanguarda da produção de cafés especiais no Brasil. Brasília, DF: Portal Embrapa, 2014. Postagem de 01 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2300651/bahia-na-vanguarda-da-producao-de-cafes-especiais-no-brasil>>. Acesso em: out. 2016.

BECKER, B. K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, n. 3, p. 107-132, jul./set., 1973a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: out. 2016.

_____. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação: conclusão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, n. 4, p. 35-110, out./dez., 1973b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: out. 2016.

BECKER, B. K. et al. Logística e ordenamento do território. In: MIRAGAYA, J. *Documento base para a definição da Política Nacional de Ordenamento do Território - PNOT: versão preliminar*. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/2006pnot/PNOT-v-preliminar.pdf>. Acesso em: out. 2016.

BESSA, F. *Tecnologias inovadoras permitem expansão da cafeicultura nas regiões de cerrado*. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, 2012. Notícia de 19 out. 2012. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1485085/tecnologias-inovadoras-permitem-expansao-da-cafeicultura-nas-regioes-de-cerrado>>. Acesso em: out. 2016.

BINSZTOK, J. Agricultura familiar na Amazônia: o contexto da cafeicultura no centro de Rondônia. *Geografias*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, v. 2, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/view/407/280>>. Acesso em: out. 2016.

BRASIL. Lei n. 1.779, de 22 de dezembro de 1952. Cria o Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, ano 91, n. 297, 23 dez. 1952. Seção 1, p. 19555-19557. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 128, 13 abr. 1990. Seção 1, p. 7101. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 141, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Café*. Brasília, DF, [2016a]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe/saiba-mais>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Secretaria da Receita Federal. *Recintos alfandegários*. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/importacao-e-exportacao/recinto-alfandegados>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Secretaria de Comércio Exterior. *AliceWeb*: sistema de análise das informações de comércio exterior. Brasília, DF: Secex, 2014. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: out. 2015.

BUAINAIM, A. M. Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. In: BUAINAIM, A. M. et al. (Ed.). *Mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília,

- DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, 2014. 1182 p. Disponível em: <https://www3.econ.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf>. Acesso em: out. 2016.
- BUAINAIM, A. M. et. al. *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*. Revista de Política Agrícola, Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, v. 22, n. 2, abr./maio/jun. 2013, p. 105-121. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/311/259>>. Acesso em: out. 2016.
- BUENO, F. G. Arrendamentos e parcerias rurais: questões civis e tributárias relevantes: novas alterações. *Checkpoint*, São Paulo: Thomson Reuters Global Resources, 2007. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/a/3g29/arrendamentos-e-parcerias-rurais-questoes-civis-e-tributarias-relevantes-novas-alteracoes-francisco-de-godoy-bueno>>. Acesso em: out. 2016.
- CAFÉ. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe>>. Acesso em: out. 2016.
- CAFÉ 2: qualidade ganha mercado internacional. *Revista Rural*, São Paulo, n. 200, 2014. Disponível em: <<http://www.revistarural.com.br/edicoes/item/6318-cafe%C3%A9-2-qualidade-ganha-mercado-internacional>>. Acesso em: out. 2016.
- CAFÉ de Piatã, na Bahia, é o campeão do Cup of Excellence – Pulped Naturals 2015. Rio de Janeiro: Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC, 2015. Postagem de 19 out. 2015. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=59&inoid=4898>>. Acesso em: out. 2016.
- CAFÉ produzido em Espírito Santo do Pinhal é o melhor café paulista de 2013. In: CAFÉ POINT. Notícias. mercado. Piracicaba: AgriPoint, Serviços de Informação para o Agronegócio, 2013. Postagem de 13 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/noticias/mercado/cafe-produzido-em-espirito-santo-do-pinhal-de-2013-86381n.aspx>>. Acesso em: out. 2016.
- _____. Santos: Associação Comercial de Santos - ACS, 2013. Disponível em: <http://acs.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6219:concursocafe&catid=2:noticias&Itemid=49>. Acesso em: out. 2016.
- CAFEICULTURA: nova cultivar de café tem potencial para mudar realidade do campo na Amazônia. Palmas: Cerrado, 2014. Disponível em: <<http://cerradoeditora.com.br/cerrado/cafeicultura-nova-cultivar-de-cafe-tem-potencial-para-mudar-realidade-do-campo-na-amazonia/>>. Acesso em: out. 2016.
- CALIMAN, O. Formação econômica do Espírito Santo: de fragmentos do período colonial à busca de um projeto de desenvolvimento. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, v. 1, n. 2, p. 37-63, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10061/7196>>. Acesso em: out. 2016.
- CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. In: _____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARNEIRO, P. A. S. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da zona da mata no leste da capitania de Minas Gerais, 1694-1835*. 2008. 295 f. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- CARVALHO, D. F. de. Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista. *Revista Histórica*, São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, v. 27, n. 3, nov. 2007. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/revista_historica?publicacoes/revista_historica/index.php>. Acesso em: out. 2016.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator*, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - UFC, v. 9, n. 18, p. 17- 26, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator>>. Acesso em: out. 2016.
- CAVALCANTE, D. T. Da parceria rural. *Universo Jurídico*, Juiz de Fora: Novaprolink, v. 11, fev. 2004. Disponível em: <http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/1655/da_parceria_rural>. Acesso em: out. 2016.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 758 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: out. 2016.

O'COFFEE. São Paulo, [2016]. Disponível em: <<http://www.gruposolpanamby.com.br/ocoffee-agronegocios.html>>. Acesso em: out. 2016.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO CAFÉ, 1.; 2016. Atibaia. [*Trabalhos apresentados*]. Porto Alegre: Yara Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.nossocafeyara.com.br/>>. Acesso em: out. 2016.

COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO E REGIÃO. Poço Fundo, MG: Coopfam, 2013. Disponível em: <<http://www.coopfam.agr.br/>>. Acesso em: out. 2016.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE PINHAL. Espírito Santo do Pinhal, SP: Coopinhal, 2012. Disponível em: <<http://www.coopinhal.com.br/>>. Acesso em: out. 2016.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. Appcer. Patrocínio, MG: Expocaccer, [2016]. Disponível em: <<http://www.expocaccer.com.br/expo/#pagina/40/23>>. Acesso em: out. 2016.

COOPERATIVA REGIONAL DOS CAFEICULTORES DO VALE DO RIO VERDE. Carmo de Minas, MG: Cocarive, 2014. Disponível em: <<http://www.cocarive.com.br/>>. Acesso em: out. 2016.

COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ. Guaxupé: Cooxupé, [2016]. Disponível em: <<https://www.cooxupe.com.br>>. Acesso em: out. 2016.

CUP of excellence: Brazil pulped naturals 2016. [Belo Horizonte]: Brazil Specialty Coffee Association - BSCA, 2016. Disponível em: <<http://bsca.com.br/cupofexcellence.php?id=11>>. Acesso em: out. 2016.

DELGADO, G. C. Agricultura: ciclos econômicos e crises desde a segunda guerra mundial ao século XXI. In: SENRA, N. de C. (Coord.). *O censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 360-381. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291157>>. Acesso em: out. 2016.

DEMANDA por cafés especiais altera dinâmica do mercado global. [Piracicaba]: Notícias Agrícolas, 2015. Postagem de 14 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/cafe/160299-demanda-por-cafes-especiais-altera-dinamica-do-mercado-global.html#.V-VmrksrJQI>>. Acesso em: out. 2016.

DINIZ, B. P. C. *O grande cerrado do Brasil central: geopolítica e economia*. 2006. 231 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062007-152913/pt-br.php>>. Acesso em: out. 2016.

DIVISÃO do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*, Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, v. 13, n. 2, nov. 2011. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/400>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. *Acta Geográfica*, Boa Vista: Universidade Federal de Roraima - UFRR, ed. especial, 2013. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/actageo/issue/archive>>. Acesso em: out. 2016.

_____. *Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto*, SP. São Paulo: Edusp, 2003. (Campi, 21).

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 10, n. 218, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: out. 2016.

- MARCOLAN, L. A. et al. *Cultivo dos cafeeiros conilon e robusta para Rondônia*. 3. ed. rev. atual. Porto Velho: Embrapa Rondônia; Emater-RO, 2009. 61 p. (Sistemas de Produção, n. 33). Disponível em: <http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/sp33-cafe.pdf>. Acesso em: out. 2016.
- ESTADO da Bahia ganha destaque na produção de cafés especiais com direito a prêmio internacional. *Sociedade Nacional de Agricultura*, Rio de Janeiro, 14 dez. 2014. Disponível em: <<http://sna.agr.br/estado-da-bahia-ganha-destaque-na-producao-de-cafes-especiais-com-direito-a-premio-internacional/>>. Acesso em: out. 2016.
- ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2014/default.shtm>>. Acesso em: out. 2016.
- ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2013/default.shtm>>. Acesso em: out. 2016.
- FALEIROS, R. N. História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação. *Revista Heera*, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, v. 5, n. 8, p.18-40, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/>>. Acesso em: out. 2016.
- FAVARÃO, B. C. *A indicação de procedência dos cafés produzidos na face sulmineira da serra da Mantiqueira: um estudo de caso sobre APROCAM*. 2011. 32 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia)- Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2011. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/a%20indica%C3%A7%C3%A3o%20de%20proced%C3%Aancia%20dos%20caf%C3%A9s%20produzidos%20na%20face%20sulm.pdf>>. Acesso em: out. 2016.
- FAVARÃO, C. B.; FREDERICO, S. Regiões do café: a denominação de origem dos cafés produzidos na face sul mineira da Serra da Mantiqueira. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. *Anais...* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php?orderBy=inscricoes.nome>>. Acesso em: out. 2016.
- FERREIRA, C. Extremo sul baiano torna-se novo pólo de produção de café robusta. *Valor Econômico*, São Paulo, 28 jul. 2014.
- FERREIRA, R. G. *Agricultura familiar e inovações tecnológicas: impacto sobre a ocupação e o êxodo rural nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio* - MG. 2004. 153 f. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, 2004. Disponível em: <http://www0.ufu.br/ie_dissertacoes/2004/1.pdf>. Acesso em: out. 2016.
- FICAFÉ marca nova cafeicultura no Norte Pioneiro. Curitiba: Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, 2011. Postagem de 10 nov. 2011. Disponível em: <<http://testes.sistemafaep.org.br/sistemafaep/ficafemarca-nova-cafeicultura-no-norte-pioneiro.html>>. Acesso em: out. 2016.
- FIGUEIREDO, A. H. *Por uma ação pública estratégica sobre a rede urbana na Amazônia*. Brasília, DF: Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2011.
- FORTUNATO, D. de O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. *Dimensões*, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, n. 27, p. 40-62, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/issue/view/204>>. Acesso em: out. 2016.
- FRANCO, L. Aqui se faz o melhor café do mundo. *Revista Globo Rural*, São Paulo, 05 jun. 2011. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,EMI231722-18283,00-AQUI+SE+FAZ+O+MELHOR+C AFE+DO+MUNDO.html>>. Acesso em: out. 2016.
- FREDERICO, S. Expansão da fronteira agrícola moderna e consolidação da cafeicultura científica globalizada no oeste da Bahia. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/58>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. *GEOUSP: espaço e tempo* (online). São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, v. 18, n. 1, p. 55-70, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp>>. Acesso em: out. 2016.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T. Uso da terra e produção agropecuária. In: SENRA, N. de C. (Coord.). *O censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 133-178 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291157>>. Acesso em: out. 2016.

GIDDENS, A. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010, 314p.

GRINBERG, L. *A visão dos proprietários: memórias de cafeicultores do sul de Minas Gerais*. Trabalho apresentado no I Congresso Sul-Americano de Estudos Agrários, realizado no Rio de Janeiro, 12-15 set. 2011.

GUIDA, L. C.; ALVES, F. D. Cafeicultura especializada na mesorregião sul/sudoeste de Minas: a organização espacial produtiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1399_1.pdf>. Acesso em: out. 2016.

GUIDA, L. C.; GUIDA, R. C.; ALVES, F. D. O complexo agroindustrial cafeeiro no sul de Minas e as alterações na relação campo-cidade. In: JORNADA CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA, 3., 2012, Alfenas. *Anais...* Alfenas: Universidade Federal de Alfenas - UFAL, 2012. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/jornadageografia/files/S03073.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 301p.

HOFFMANN, R. Estrutura agrária e acesso à terra. In: SENRA, N. de C. (Coord.). *O censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 618 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291157>>. Acesso em: out. 2016.

INACIO, A. Sul de Minas abre espaço à mecanização do café. *Revista Cafeicultura*, Rio Paranaíba, MG, 2011. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=38376>>. Acesso em: out. 2016

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Vitória: Incaper, 2016. Disponível em: <<http://incaper.es.gov.br/>>. Acesso em: out. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (Brasil). *Guia básico de indicação geográfica*. Rio de Janeiro: INPI, [1996]. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: out. 2016.

IPANEMA coffees. Disponível em: <<http://www.ipanemacoffees.com/?lang=pt-br#TIMELINE-IPANEMA>>. Acesso em: out. 2016.

JORDÁ POBLET, M. del M. F. *A dimensão espaço-temporal em Fernand Braudel: aportes teóricos para a geografia*. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-8P3N8A>>. Acesso em: out. 2016.

KHATOUNIAN, C. A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001. 345 p. Disponível em: <<http://www.lpv.esalq.usp.br/lpv513/A%20reconstrucao%20ecologica%20da%20agricultura.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

KUHLMANN, M. (Coord.). *Comércio justo módulo 1: o que é comércio justo?: uma introdução à certificação de comércio justo*. Bonn: Fairtrade Labelling Organizations International - FLO, 2006. 66 p. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/23721-Comercio-justo-modulo-1-o-que-e-comercio-justo-uma-introducao-a-certificacao-de-comercio-justo-agosto-de-2006.html>>. Acesso em: out. 2016.

- LAVOURAS de café muda a realidade do Alto Jequitinhonha. Araçuaí: Gazeta de Araçuaí, 2013. Postagem de 26 maio 2013. Disponível em: <http://www.gazetadearaçuai.com.br/noticia/1965/lavouras_de_cafe_mudaram_a_realidade_do_alto_jequitinhonha/>. Acesso em: out. 2016.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_%5Bmensal%5D/Fasciculo>. Acesso em: out. 2015.
- LOUREIRO, K. A modernização econômica do Espírito Santo e a ação dos agentes políticos locais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Associação Nacional de História - ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0560.pdf>>. Acesso em: out. 2016.
- MACEDO, F. C.; MAGALHÃES, D. F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, v. 16, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/268>>. Acesso em: out. 2016.
- MARCOLAN, A. L. et al. *Cultivo dos cafeeiros conilon e robusta para Rondônia*. 3. ed. ver. atual. Porto Velho: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Rondônia, 2009, 61p. (Sistema de Produção, 33). Disponível em: <http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/sp33-cafe.pdf>. Acesso em: out. 2016.
- MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - Sober, v. 52, supl. 1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600006>. Acesso em: out. 2016.
- MATIELLO, B. J. *Tributo à tecnologia cafeeira e aos nossos técnicos e cafeicultores*. Varginha: Fundação Procafé, [2006]. 2 p. Disponível em: <<http://www.fundacaoprocafe.com.br/sites/default/files/publicacoes/pdf/folhas/Folha136Tributo%C3%A0Tecnologia.pdf>>. Acesso em: out. 2016.
- MEIRELLES, L. C. *Agrotóxico é veneno. É sintetizado para pragas, mas pode matar humanos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, 2013. Notícia de 19 set. 2013. Entrevista concedida da Danielle Monteiro. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/agrot%C3%B3xico-%C3%A9-veneno-%C3%A9-sintetizado-para-pragas-mas-pode-matar-humanos>>. Acesso em: out. 2016.
- MELHORES cafés do Brasil: edição especial será lançada quarta-feira, em São Paulo. In: EDIÇÃO ESPECIAL DOS MELHORES CAFÉS DO BRASIL - SAFRA 2015, 12., 2016, São Paulo. São Paulo: Associação Brasileira da Indústria do Café – Abic, 2016. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=294>>. Acesso em: out. 2016.
- MELO, H. P. de. A zona rio cafeeira: uma expansão pioneira. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté: Universidade de Taubaté, v. 4, n. 3, p. 49-82, 2008. Disponível em: <<http://www.rbgrd.net/revista/index.php/rbgrd/issue/view/19>>. Acesso em: out. 2016.
- MESSIAS, R. C. *O cultivo do café nas bocas do sertão: mercado interno e mão-de-obra no período de transição, 1830-1888*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003. 192 p.
- MONBEIG, P. As tendências atuais da agricultura no Estado de São Paulo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 141, p. 721-726, nov./dez. 1957. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>>. Acesso em: out. 2016.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec et Polis, 1984.
- MOURA, L. do C. *A ocupação espaço-temporal dos cafezais no município de Machado, no sul de Minas: a relação entre aptidão agrícola da terra e seu uso na atividade cafeeira*. 2007. 117 f. Tese (Doutorado)-Universidade

Federal de Lavras – UFLA, Lavras, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/3725?mode=full>>. Acesso em: out. 2016.

NESTLÉ investe para aprimorar produção de café em Rondônia. *Revista Cafeicultura*, Rio Paranaíba, mar. 2016. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/?mat=61321>>. Acesso em: out. 2016.

NOGUEIRA, R. M. Cresce a mecanização na colheita de café. *Jornal do Sudoeste*, São Sebastião do Paraíso, MG, 24 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=3493>>. Acesso em: out. 2016.

NOGUEIRA, R. M.; ROBERTO, C. D.; SAMPAIO, C. P. Armazenamento de café: preservação da qualidade que vem do campo. In: CAFÉ POINT. Radares técnicos. Pós-colheita. Piracicaba: AgriPoint, Serviços de Informação para o Agronegócio, 2007. Postagem 23 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/radares-tecnicos/poscolheita/armazenamento-de-cafe-preservacao-da-qualidade-que-vem-do-campo-34893n.aspx>>. Acesso em: out. 2016.

NOVO recorde é registrado no Cup of Excellence Naturals 2014. In: CAFÉ POINT. Notícias. Produção. Piracicaba: AgriPoint, Serviços de Informação para o Agronegócio, 2015. Postagem de 27 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/noticias/producao/novo-record-e-registrado-no-cup-of-excellence-naturals-2014-93123n.aspx>>. Acesso em: out. 2016.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. 240 p.

OLIVEIRA, J. V. de. *Aspectos econômicos e sociais da cultura do café na Bahia*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, [2016]. Artigo publicado originalmente na Coleção Princípios em 01.10.1984. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/cdm/colecao-principios/152291-44663/1984-10-01/aspectos-economicos-e-sociais-da-cultura-do-cafe-na-bahia>>. Acesso em: out. 2016.

ORIGEM do café no Espírito Santo. *Revista Cafeicultura*, Rio Paranaíba, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=3904>>. Acesso em: out. 2016.

ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R. L. de; FAVERET FILHO, P. Café: (re)conquista dos mercados. *BNDES Setorial*, n. 10, p. 3-56, set. 1999. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2983/1/BS%2010%20Caf%C3%A9_\(re\)conquista%20dos%20mercados_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2983/1/BS%2010%20Caf%C3%A9_(re)conquista%20dos%20mercados_P.pdf)>. Acesso em: out. 2016.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. de; MOURO, M. de C. Mecanização e emprego na cafeicultura do cerrado mineiro. *Revista da ABET*, São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, v. 8, n. 2, p. 58-82, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/issue/view/1193/showToc>>. Acesso em: out. 2016.

PELEGRINI, D. F.; SIMÕES, J. C. Evolução, problemas e desempenho da cafeicultura de Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., Campo Grande (MS), 2010. *Anais...* Campo Grande, MS: Sober, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/816.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

PEREIRA, M. F. V. Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: patrocínio e o café do cerrado mineiro. *Cuadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia*, Bogotá: Departamento de Geografia, Universidad Nacional de Colômbia - UNAL, v. 23, n. 2, p. 239-254, jul./dic. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/37333>>. Acesso em: out. 2016.

PESQUISA DE ESTOQUES 2015. Rio de Janeiro: IBGE, n. 2, pt. 1, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php>>. Acesso em: out. 2016.

PRODUÇÃO agrícola municipal 1975-2013. In: IBGE. BME: banco multidimensional de estatísticas. Rio de Janeiro, [2016]. Disponível em: <<https://www.bme.ibge.gov.br/Detetive?oper=3&tipo=ASSUNTO&query=pnad&fonetiza=false&cod=10&codAssunto=10>>. Acesso em: out. 2016.

- PRODUÇÃO agrícola municipal 2014. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2016]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2016.
- PRODUÇÃO de café conilon em Rondônia deverá dobrar em 2014. *Revista Cafeicultura*, Rio Paranaíba, MG, 2014. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=53109>>. Acesso em: out. 2016.
- PRODUTOR fatura R\$ 3.000,00 em concurso de cafés especiais fairtrade. In: CAFÉ POINT. Notícias. Produção. Piracicaba: AgriPoint, Serviços de Informação para o Agronegócio, 2015. Postagem de 27 jan. 2015. 2014. Postagem de 13 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/noticias/producao/produtor-fatura-r-3000-em-concurso-de-cafes-especiais-fairtrade-92130n.aspx>>. Acesso em: out. 2016.
- PRODUTORES de cafés especiais criam cooperativa no norte pioneiro. *Revista Cafeicultura*, Rio Paranaíba, 2011. Postagem de 19 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=39056>>. Acesso em: out. 2016.
- PROJETO regiões rurais: relatório técnico. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 41 f. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_regioes_rurais.shtm>. Acesso em: out. 2016.
- REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: out. 2016.
- RESULTADO do Coffee of the year 2015. In: SEMANA INTERNACIONAL DO CAFÉ, 21-23 set. 2016, Belo Horizonte. São Paulo: Café Editora, 2016. Disponível em: <http://semanainternacionaldocafe.com.br/br/?page_id=1416>. Acesso em: out. 2016.
- ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. 173 p. (Espírito Santo. Economia e política, 1).
- RONDÔNIA: secretário quer reativar Câmara Setorial do Café. In: CAFÉ POINT. Notícias. Mercado. Piracicaba: AgriPoint, Serviços de Informação para o Agronegócio, 2013. Postagem de 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/noticias/mercadorias/rondonia-secretario-quer-reativar-camara-setorial-do-cafe-82213n.aspx>>. Acesso em: out. 2016.
- ROSA NETO, C. A agricultura de base familiar e sua importância para o processo de consolidação do agronegócio café em Rondônia: um estudo de caso. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 4., 2005, Londrina. *Anais...* Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Café, 2005. Disponível em: <http://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/EMBR_7f4aa6f5ff87cf624ceceff3ddc83811/Details>. Acesso em: out. 2016.
- ROSA NETO, C.; COLLARES, D. G. A importância da agricultura familiar no contexto do agronegócio: café em Rondônia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Sober, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/140.pdf>>. Acesso em: out. 2016.
- SAES, M. S. M. *Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura: a produção de pequena escala*. 2008. 162 p. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Estrategias_de_diferenciacao_e_apropriacao_da_quase_renda_na_agricultura_a_producao_em_pequena_escala_2008.pdf>. Acesso em: out. 2016.
- SAES, M. S. M.; NAKAZONE, D. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio: cadeia café: nota técnica final*. Campinas: Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia - NEIT, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2002. Disponível em: <http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Estudo_da_competitividade_de_cadeias_integradas_no_Brasil_2002.pdf>. Acesso em: out. 2016.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 192 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SCARAMUZZO, M. Importação de grão deve reforçar no país investimentos em cápsulas de café. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 maio 2015. Economia. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,importacao-de-grao-deve-reforcar-no-pais-investimentos-em-capsulas-de-cafe-imp-,1684322>>. Acesso em: out. 2016.

SCRIPTA NOVA: revista eletrônica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 10, n. 218, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/nova-ig.htm>>. Acesso em: out. 2016.

O SEGUNDO ciclo do café. *Revista Exame*, São Paulo, 05 out. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/878/noticias/o-segundo-ciclo-do-cafe-m0113164>>. Acesso em: out. 2016.

SILVA, C. M. A. O espaço rural brasileiro e o meio técnico-científico informacional. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2., Uberlândia, 2006. Anais... Uberlândia: Instituto de Geografia - IG, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2006. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t34.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

SILVA, R. *Pesquisa desenvolve café arábica para Amazônia*. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/8099637/pesquisa-desenvolve-cafe-arabica-para-amazonia>>. Acesso em: out. 2016.

SILVA, G. R. et al. Caracterização da notoriedade do café do planalto de Vitória da Conquista - BA para a indicação geográfica de procedência. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 8., 2013, Salvador. Anais... Brasília, DF: Consórcio Pesquisa Café, 2013. Disponível em: <<http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/separador1/simposio-de-pesquisa-dos-cafes-do-brasil/549-anais-do-viii-simposio-de-pesquisa-dos-cafes-do-brasil>>. Acesso em: out. 2013.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. 120 p.

SILVA, S. C. da; SOARES, E. G. da S. *Zoneamento agroclimático*. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Agência Embrapa e Informação Tecnológica, [2016]. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/feijao/arvore/CONTAG01_49_1311200215103.html>. Acesso em: out. 2016.

SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 9., 2015. Curitiba. Anais... Brasília, DF: Consórcio Pesquisa Café, 2015. Disponível em: <<http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/consorcio/separador2/simposio-de-pesquisa-dos-cafes-do-brasil/606-anais-do-ix-simposio-de-pesquisa-dos-cafes-do-brasil>>. Acesso em: out. 2016.

SOUZA JUNIOR, H. P. *O lugar do progresso: família, trabalho e sociabilidade em uma comunidade de produtores de café do cerrado mineiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. 218 p.

SOUZA, J. V. P. de; BIALOSKORSKI NETO, S. *Formação das cooperativas de café no Brasil: uma análise econômica e institucional*. Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Sober, 2004. 14 p. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/04O240.pdf>. Acesso em: out. 2016.

STRAUCH, L. M. de M. Atividades econômicas da Região Sul. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 145, p. 507-515, jul./ago. 1958. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>>. Acesso em: out. 2016.

TAUNAY, A. de E. *História do café no Brasil*. Volume primeiro: no Brasil colonial 1727-1822 (Tomo I). Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, 395 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/historiadocafnob11939affo>>. Acesso em: out. 2016.

- TEIXEIRA, M. M. *Influência dos diferentes processos de pós-colheita na agregação de valor do café conilon*. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado)-Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.incaper.es.gov.br/busca?b=ad&id=686&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22TEIXEIRA,%20M.%20M.%22&qFacets=autoria:%22TEIXEIRA,%20M.%20M.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>>. Acesso em: out. 2016.
- TRISTÃO é sócia da Wine na Mocoffe. Porto Alegre: Baguete, 2015. Postagem de 08 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.baguete.com.br/noticias/08/04/2015/tristao-e-socia-da-wine-na-mocoffee>>. Acesso em: out. 2016.
- VALE, A. R. do; CALDERARO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões triângulo mineiro/alto paranaíba e sul/sudoeste. *Campo-Território: revista de geografia agrária, Uberlândia*: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, v. 9, n. 18, p. 1-23, jun. 2014. Edição especial dedicada ao 21o Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Uberlândia, de 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26933/14626>>. Acesso em: out. 2016.
- VENÂNCIO, J.; LARANJEIRA, M. *Café: como inserir o produtor familiar no mercado de produtos diferenciados*. São Paulo: Centro de Documentação e Informação - Cdi, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 2009. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/27507/cafe-inserir-produtor-familiar-ercado>> Acesso em: out. 2016.
- VENEZIANO, W. *Cafeicultura em Rondônia: situação e perspectivas*. Porto Velho: Empresa Brasileira de Pesquisa Pecuária - Embrapa Rondônia, 1996. 24p. (EMBRAPA-CPAF Rondônia. Documentos, 30). Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/698625>>. Acesso em: out. 2016.
- VITTORETTO, B. N. A conformação da Zona da Mata Mineira no mercado mundial do café no século XIX, *Revista Heera*, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, v. 5, n. 9, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/>>. Acesso em: out. 2016.
- VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, n. 1, p. 3-82, jan./mar. 1958. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: out. 2016.
- ZYLBERSZJAJN, D. et al. *O sistema agroindustrial do café: um estudo da organização do agribusiness do café visto como a chave da competitividade*. Porto Alegre: Ortiz, 1993.



Apêndices

Apêndice 1 Trabalho de campo¹

A cafeicultura no Brasil, enquanto atividade socioeconômica, pode ser considerada “uma das fontes de maior geração de emprego e renda familiar da economia agrícola, cumprindo importante função social”. (ROSA NETO; COLLARES, 2006, p. 2).

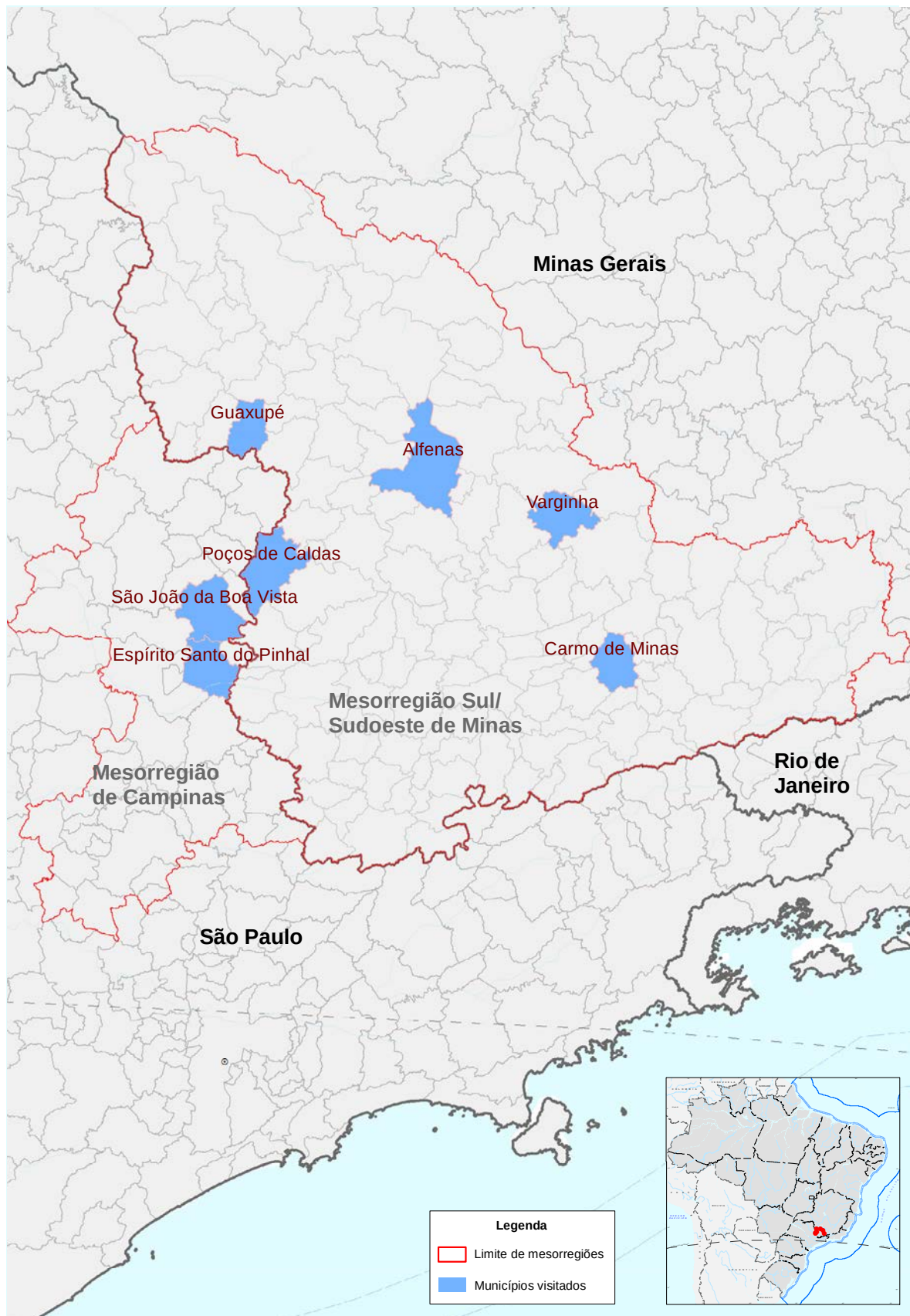
Entendendo a importância da cafeicultura na vida econômica brasileira e visando obter uma compreensão do estado atual de desenvolvimento dessa atividade no Brasil, geógrafos da Coordenação de Geografia do IBGE realizaram em 2015, um trabalho de campo na porção sul/sudoeste do Estado de Minas Gerais - principal região produtora de café arábica do País - no qual levantaram-se informações sobre o funcionamento da cadeia produtiva do café, conforme Cartograma 1.

A escolha dessa região justifica-se por ser o *lôcus* de dispersão da cultura do café como atividade econômica geradora de riquezas para o País, tendo o controle de sua cadeia produtiva, do plantio ao mercado. Nesse circuito, conforme mencionado, os estados cafeicultores da Região Sudeste lideram a produção propriamente dita, discutem políticas para o setor, centralizam a pesquisa, atuam na formação de preços e realizam negociações comerciais nacionais e internacionais.

Cabe observar que em outras regiões do País, destacadamente as Regiões Norte e Nordeste há estados que vêm consolidando sua participa-

¹ Trata-se de uma síntese do Trabalho de campo que não foi divulgado e que encontra-se armazenado na Coordenação de Geografia do IBGE.

Cartograma 1 - Municípios visitados no Trabalho de Campo



ção na cafeicultura nacional, produzindo café em níveis de quantidade e qualidade exigidas pelos mercados interno e externo.

Conforme observado no Mapa 1 foram visitados vários municípios da Mesorregião Geográfica do Sul/Sudoeste de Minas, além dos municípios paulistas de Espírito Santo do Pinhal e de São João da Boa Vista, situados na região conhecida como Baixa Mogiana, pertencente à Mesorregião Geográfica de Campinas.

O conjunto da cafeicultura brasileira é composto por recortes territoriais que apresentam entre si realidades bastante heterogêneas em seus diversos aspectos. Considerando esta premissa, elegeu-se, assim, para estudo uma região que representa uma das faces mais dinâmicas da cafeicultura brasileira, reunindo um conjunto de fluxos e nós articulados (elos) da cadeia produtiva do café, sem perder de vista sua própria complexidade interna (diferenciações entre atores). A partir desse pólo cafeicultor, informações sobre as demais regiões do País foram obtidas de forma indireta, possibilitando uma visão abrangente do quadro geral da cafeicultura praticada no Brasil nos dias atuais.

Um desses elos, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG, Unidade Poços de Caldas, forneceu importantes informações sobre a condição dos cafeicultores de arábica em terrenos de grande declividade do sul/sudoeste de Minas Gerais (com ênfase nos pequenos produtores familiares). As experiências vivenciadas pelos cafeicultores de montanha de Poços de Caldas são compartilhadas por aqueles de outros municípios da região, em situações semelhantes. A topografia acidentada das áreas de plantio não possibilita o emprego de máquinas na fase da colheita, momento de pico, isto é, de intenso emprego de mão de obra na região. Esta etapa é realizada de forma manual (quando muito, são utilizadas as derriçadeiras manuais). Esse processo executado pela escassa mão de obra especializada da região eleva o custo de produção e o preço final do produto, segundo relato obtido em campo. Nesse contexto, para que os produtores da região consigam contrabalançar o alto custo de produção e a baixa lucratividade na produção do café *commodity*², muitos deles têm feito esforços na produção dos cafés especiais.

Finalmente cabe ressaltar que a alta produtividade de café *commodity* em áreas de topografia mais plana, como aquelas dos cerrados mineiro e baiano - onde é viável a mecanização da colheita - pressiona a redução geral dos preços do café, diminuindo a margem de lucro dos produtores de áreas montanhosas como as do sul do Estado de Minas Gerais e da Mogiana paulista.

Referências

ROSA NETO, C.; COLLARES, D. G. A importância da agricultura familiar no contexto do agronegócio: café em Rondônia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., Fortaleza. Anais... Fortaleza: SOBER, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/140.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

² Café *commodity* – entende-se por um café padrão no que se refere à qualidade. Produto de baixo valor agregado negociada em grandes quantidades nas bolsas de valores.

Apêndice 2

Estabelecimentos agropecuários³ produtores de café: agricultura familiar e não familiar

À semelhança de outros produtos da agropecuária brasileira, a cafeicultura é realizada, por duas modalidades de produção que a caracterizam em seu conjunto: a agricultura familiar (BRASIL, 2006) e a não familiar⁴. Cada uma delas apresenta especificidades relacionadas aos estabelecimentos cafeicultores, tanto nos padrões fundiários, quanto na dinâmica social que os mesmos imprimem no território. Produtores familiares e não familiares distinguem-se pelos modelos de gestão, pelo tipo de mão de obra e de técnicas de produção adotadas e, sobretudo, pela capacidade de captação de crédito e de articulação dentro da cadeia produtiva do café e, naturalmente, pelo grau de investimento no empreendimento.

Os agricultores familiares são aqueles que, conforme a Lei n. 11.326, de 24.07.2006, administram seus estabelecimentos ou empreendimentos rurais contando com a força de trabalho dos membros de sua família (além de atenderem a uma série de outros requisitos). Os cafeicultores não familiares, por seu turno, são aqueles que não se enquadram nos parâmetros de agricultura familiar definidos pela referida lei. Ambos se integram a uma extensa e complexa gama de agentes que compõem a cadeia produtiva do café no Brasil.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006, do total de 286 842 estabelecimentos dedicados à cafeicultura no País, 230 353 estavam compreendidos no cômputo da agricultura familiar (de acordo com a citada Lei n. 11.326), o que representava 80,3% do total. Os outros 56 489 estabelecimentos, correspondentes a 19,7%, eram aqueles identificados como estabelecimentos de produção não familiar. O número de estabelecimentos cafeicultores de produção familiar é bastante superior ao número daqueles de gestão não familiar, tanto no caso dos produtores do café arábica, quanto dos produtores do café canephora, como pode ser observado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Número de estabelecimentos produtores de café arábica e de café canephora na agricultura familiar e não familiar - 2006

Especificação	Número de estabelecimentos produtores de café				
	Total	Agricultura familiar Lei 11.326		Agricultura não familiar	
		Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Café arábica e canephora	286 842	230 353	80,3	56 489	19,7
Café arábica	199 492	156 992	78,7	42 500	21,3
Café canephora	87 350	73 361	84,0	13 989	16,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

³ Estabelecimento agropecuário - É toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável (CENSO AGROPECUÁRIO 2006, 2012).

⁴ Entende-se por agricultura não familiar toda atividade agropecuária desenvolvida em unidade produtiva que não se enquadra nos critérios da Lei n. 11.326, de 24.07.2006 (BRASIL, 2006).

Referências

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 141, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 758 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: out. 2016.

Apêndice 3

Condição do produtor

Um aspecto importante a ser observado na produção do café no Brasil é a condição legal das terras dos estabelecimentos explorados pelos produtores. O Censo Agropecuário 2006 identificou cinco categorias de cafeicultores – proprietários; arrendatários; parceiros; ocupantes; e assentados - considerando como critério de classificação, o tipo de vinculação legal destes com as terras por eles cultivadas. Os cafeicultores brasileiros, portanto, enquadravam-se nas condições acima mencionadas, cujos conceitos e/ou definições serão sucintamente apresentados a seguir:

Na condição de produtores-proprietários encontram-se aqueles que produzem em terras próprias, adquiridas diretamente de terceiros, por meio do ato de compra das mesmas, as quais compõem o estabelecimento agropecuário. Como produtores-arrendatários compreendem-se aqueles que, por meio de contrato agrário de arrendamento rural, produzem em terras de terceiros (proprietários) mediante pagamento de valor em dinheiro, acordado em contrato, ou do equivalente em produtos. A assunção dos riscos e possíveis prejuízos da atividade agropecuária por apenas uma das partes contratantes (pelo produtor-arrendatário) é uma das principais características dessa relação contratual (CENSO AGROPECUÁRIO 2006, 2012; BUENO, 2007).

Como produtores-parceiros são considerados aqueles que, por meio de um contrato agrário de parceria rural, lhes é cedido o uso de terras pertencentes a terceiros (proprietários). Nessa modalidade de contrato de trabalho, produtores-parceiros e produtores-proprietários compartilham riscos, produtos e lucros da produção. A partilha desses resultados deve obedecer às proporções cabíveis a cada uma das partes, previamente estipuladas no contrato agrário de parceria rural. (CENSO AGROPECUÁRIO 2006, 2012; BUENO, 2007; CAVALCANTE, 2004).

Sob a denominação de produtores-ocupantes encontram-se aqueles que exploram um estabelecimento rural, por meio de ocupação, posse ou cessão, produzindo em terras, das quais não possuem nenhum tipo de titulação e pelas quais nada pagam pelo seu uso. Nos casos em que as terras pertencem a particulares e são exploradas por ocupantes, estes, podem vir a obter a posse das mesmas por usucapião, desde que transcorrido um período de cinco anos ininterruptos sem que ocorra contestação (CENSO AGROPECUÁRIO 2006, 2012).

A categoria dos produtores-assentados sem titulação definitiva foi incluída no Censo Agropecuário 2006, como um quantitativo de produtores, desagregado da categoria dos ocupantes. Assentados sem titulação definitiva se diferenciam dos ocupantes, por produzirem em terras públicas e disporem de algum tipo de título provisório (título de domínio ou concessão de uso, título de ocupação colonial, entre outros). A titulação definitiva pode vir a ser obtida pelos produtores-assentados por meio de programas de reassentamento rural ou reforma agrária (CENSO AGROPECUÁRIO 2006, 2012). Hoffmann (2014) destaca que para a análise da série histórica da categoria “ocupante”, de 1970 a 2006, os dados censitários de 2006 devem ser considerados a partir da agregação do número de ocupantes ao número de assentados sem titulação: “Os assentados sem titulação definitiva são agregados aos ocupantes, conforme recomendação do IBGE”. (HOFFMANN, 2014, p. 120-121).

Referências

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 758 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: out. 2016.

BUENO, F. G. Arrendamentos e parcerias rurais: questões civis e tributárias relevantes: novas alterações. Checkpoint, São Paulo: Thomson Reuters Global Resources, 2007. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/a/3g29/arrendamentos-e-parcerias-rurais-questoes-civis-e-tributarias-relevantes-novas-alteracoes-francisco-de-godoy-bueno>>. Acesso em: out. 2016.

CAVALCANTE, D. T. Da parceria rural. *Universo Jurídico*, Juiz de Fora: Novaprolink, v. 11, fev. 2004. Disponível em: <http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/1655/da_parceria_rural>. Acesso em: out. 2016.

HOFFMANN, R. Estrutura agrária e acesso à terra. In: SENRA, N. de C. (Coord.). *O censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 618 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291157>>. Acesso em: out. 2016.

Equipe técnica

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Claudio Stenner

Elaboração dos textos

Adma Hamam de Figueiredo (coordenação geral)

Cristiane Moreira Rodrigues

Emilio Reguera Rua

Ethel Guedes Vieites

Ivete Oliveira Rodrigues (coordenação técnica)

Pesquisa de Campo

Ivete Oliveira Rodrigues (coordenação)

Emilio Reguera Rua

Ethel Guedes Vieites

Geoprocessamento

Felipe Mendes Cronemberger (coordenação)

Cássio Albernoz Fonseca

Daiane Batista de Souza

Emílio Reguera Rua

Luíza Ramos Félix (estagiária)

Maira Magalhães Custódio de Carvalho (estagiária)

Marcela Figueiredo Cáceres Nunes (estagiária)

Maria Tereza Carnevale

Tadeu Tostes de Souza (estagiário)

Thalita Campos Lima

Revisão de Mapas

José Carlos Louzada Morelli

Colaboradores

Dalea Soares Antunes

Marcelo Luiz Delizio Araujo

Rogério Botelho de Mattos

Ronaldo Cerqueira Carvalho

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Diagramação textual

Fernanda Jardim

Programação visual da publicação

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Juliana da Silva Gomes

Karina Pessanha da Silva (Estagiária)

Lioara Mandoju

Nádia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181



MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



A geografia do CAFÉ

Com o lançamento desta publicação, o IBGE traz a público os primeiros resultados do Projeto Dinâmica Territorial da Produção Agropecuária, que tem por objetivo acompanhar o deslocamento espacial e revelar a geografia contemporânea dos principais produtos desse importante segmento econômico. Para tal, foram selecionados aqueles que, ao longo do tempo, alcançaram uma expressão relevante na estruturação do espaço rural brasileiro, como é o caso do café, cuja importância histórica, tanto economicamente, quanto no que diz respeito ao povoamento do território brasileiro, o credencia para inaugurar esta divulgação.

Na elaboração do presente estudo, foram utilizadas informações provenientes da Produção Agrícola Municipal - PAM, entre os anos de 1975 e 2013, do Censo Agropecuário 2006, bem como da Pesquisa de Estoques e do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, ambas referentes a 2013, as quais permitiram traçar a trajetória geográfica do café no Território Nacional. Além dessas bases de dados internas, o presente estudo contou ainda com estatísticas sobre a exportação de *commodities* agrícolas oriundas da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX.

O conjunto dessas informações também está disponibilizado no portal do IBGE na Internet. Espera-se que os resultados ora divulgados possam subsidiar a consolidação de um quadro geográfico de referência para a divulgação e a análise estatísticas, essencial ao aprofundamento da complexa realidade territorial do Brasil contemporâneo.

